



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B4, sala 135 – Bairro São José – Cep. 99052-900- Passo Fundo/RS
Fone (54) 3316-8341 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Laura Cristina Noal

**“QUE PAÍS É ESSE?”: UM ESTUDO SOBRE O IMAGINÁRIO
DE BRASIL E BRASILEIRO EM LETRAS DE MÚSICA DO
ROCK NACIONAL (1979 A 1989)**

Passo Fundo

2013

Laura Cristina Noal

**“QUE PAÍS É ESSE?”: UM ESTUDO SOBRE O IMAGINÁRIO
DE BRASIL E BRASILEIRO EM LETRAS DE MÚSICA DO
ROCK NACIONAL (1979 A 1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação da Dra. Carme Regina Schons.

Passo Fundo
2013

Agradecimentos:

É difícil expor com palavras todo o meu carinho aos que me acompanharam nesse período de leitura, estudo e produção, razão pela qual comungo com a afirmação de Ferreira (2000, p.90) de que “Falar de língua é falar da falta. Tudo não se pode dizer. Sempre faltam palavras para expressar algo.” Mesmo assim, é fundamental demonstrar minha gratidão, ainda que saiba que esse ritual é suscetível a falhas. Gostaria, então, de agradecer:

- a Deus pela força, coragem e saúde para que eu pudesse alcançar mais essa conquista;
- à professora Dra. Carme Regina Schons, pelo privilégio de ter sido sua orientanda, pela paciência, competência, carinho e disponibilidade nesse percurso de aprimoramento;
- à minha mãe Eleni e ao meu noivo João Marcelo pelo incentivo, compreensão e ajuda;
- à UPF pela bolsa concedida;
- aos membros da banca de qualificação Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG) e Dr. Ernani Cesar de Freitas (UPF), pelos valiosos apontamentos;
- aos colegas e professores do curso, pelas discussões linguísticas e pelos estudos compartilhados.
- aos amigos que, de uma forma ou de outra, me deram apoio, acompanhando a minha trajetória na realização deste trabalho.



**“O Brasil é feito por nós.
Só falta desatar os nós.”**

Aparício Torelly (Barão de Itararé)

RESUMO

O trabalho em questão versa sobre o imaginário nacional durante o período de transição entre o governo militar e a nova república. Serão analisadas as determinações de Brasil, brasileiro e do discurso-outro que o constitui em letras de música do rock nacional que fizeram sucesso entre os anos de 1979 e 1989. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e o método utilizado nas análises é de cunho descritivo e interpretativo. O trabalho está inscrito na perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, tendo como fundamento as formulações do filósofo e linguista Michel Pêcheux. Para Pêcheux a língua não é apenas um sistema abstrato, mas o lugar onde a ideologia se manifesta e o histórico-social estão inseridos. Dessa forma, buscamos analisar as relações que entram em jogo entre os discursos e práticas do governo militar sobre as questões de nacionalidade e, ao mesmo tempo, os discursos da MPB responsáveis pela resistência, envolvendo a memória discursiva, pela qual emergem os sentidos. O objetivo precípua é mostrar o funcionamento do imaginário pelo qual o sujeito “se reconhece” como brasileiro e reconhece o seu país, ou seja, como é organizada sua relação com aquilo que o representa e, mais especificamente, de que forma o imaginário está inserido na materialidade discursiva, bem como a heterogeneidade (o outro) e o que isso representa em termos sócio-históricos, que interesses subjazem a essas representações do país e do nosso povo observando os processos de memória, esquecimentos e resistências. Num primeiro momento falaremos sobre as relações entre linguagem, ideologia e discurso, após trilharemos um percurso teórico discursivo sobre o conceito de imaginário e finalizaremos com os nossos gestos de interpretação sobre o antagonismo existente entre a Formação Discursiva Governamental e a Formação Discursiva de Resistência. Por meio das análises encontrou-se um brasileiro sem lugar para exercer a cidadania no recém redemocratizado país, a esperança cedeu à frustração e o conceito de Brasil negócio desconstruiu como nunca a imagem de Brasil pátria.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Brasil. Ideologia. Imaginário. MPB.

ABSTRACT

The present study aims at underlining the national mind during the transitional period between the Military Government of Brazil and the New Republic. The definitions of Brazil, Brazilian and the other speech, which is built in national rock music lyrics that became a hit between the years 1979 and 1989, are going to be analyzed. This is a bibliographical research and the analysis method is a descriptive and interpretative one. The theoretical frame of this study is the French Discourse Analysis – within the philosopher and linguist Michel Pêcheux’s theoretical basis. For Pêcheux language is not merely an abstract system, but the place where ideology and the social-historical occur. Therefore, we analyzed the relations between the speeches and the practices of the Military Government about nationality issues and, at the same time, the MPB (Brazilian Popular Music) speeches which were responsible for the resistance involving the Discourse Memory – the place where the senses emerge from. The main objective is to show the operation of the imaginary in which the subject “recognizes himself” as a Brazilian and recognizes his country, that is, how his relation with that one thing that represents him is organized, specifically how the imaginary is included in the Discursive Materiality, as well as the heterogeneity (the other) and what this represents in social-historical terms, which interests make up these representations of the country and its people, observing the memory, the process of forgetting and the resistances. At first, we are going to talk about the relations between language, ideology and speech, then a theoretical path about the concept of the imaginary is going to be followed, and at last, the antagonism’s interpretation gestures which existed between the Governmental Discursive Formation and the Resistance Discursive Formation are going to be analyzed. Throughout the analysis it was possible to find a Brazilian without a place to exercise full citizenship in the very democratized country, hope has yielded up to frustration and the concept Brazil business has deconstructed as never the image of Brazil as a homeland.

Keywords: Discourse Analysis. Brazil. Ideology. Imaginary. MPB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD – Análise do Discurso
- AI 5 – Ato institucional nº. 5
- AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado
- ARE – Aparelhos Repressivos de Estado
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- CP – Condições de Produção
- FD – Formação Discursiva
- FDC – Formação Discursiva Capitalista
- FDG – Formação Discursiva Governamental
- FDR – Formação Discursiva de Resistência
- MPB – Música Popular Brasileira
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PDS – Partido Democrático Social
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PP – Partido Popular
- SD – Sequência Discursiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. DESENREDANDO OS FIOS PARA INÍCIO DO TEAR	13
1.1 Relações entre lingua(gem) e ideologia.....	13
1.2 A ideologia em Marx, Althusser e Žižek.....	17
1.3 O discurso em Foucault.....	29
1.4 Discurso e ideologia na AD.....	34
1.4.1 Condições de produção	39
1.4.2 Formação ideológica e formação discursiva.....	41
2. O IMAGINÁRIO NA TRAMA DOS SENTIDOS	51
2.1 A evolução do conceito de imaginário em AD.....	51
2.1.1 As formações imaginárias.....	52
2.1.2 As evidências imaginárias.....	57
2.1.3 Imaginário, simbólico e real.....	64
3. TECENDO A METODOLOGIA E COSTURANDO AS ANÁLISES	68
3.1. Seleção do <i>corpus</i> e preparação das análises.....	68
3.2. “Brasil, mostra a tua cara!”.....	72
3.2.1 Recorte 1 - O Imaginário que o brasileiro tem de si $I_A(A)$	81
3.2.1.1 A determinação de brasileiro no funcionamento dos pronomes.....	82
3.2.1.2 A determinação de brasileiro no funcionamento da negação.....	86
3.2.2 Recorte 2 - O imaginário do brasileiro em torno do outro $I_A(B)$	91
3.2.2.1 A (in)determinação do outro no D.R.M. e do D.R.I.I.....	91
3.2.2.2 A (in)determinação do outro no funcionamento da negação.....	95
3.2.2.3 A (in)determinação do outro no efeito metafórico (redes parafrásticas).....	98
3.2.3 Recorte 3 - O imaginário do brasileiro sobre o Brasil $I_A(R)$	102
3.2.3.1 A determinação de Brasil no funcionamento da interrogação.....	103
3.2.3.2 A determinação de Brasil no funcionamento da contradição.....	104
3.4 Arrematando os fios	107

PARA EFEITOS DE CONCLUSÃO.....	109
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXOS.....	115
ANEXO 1.....	116
ANEXO 2.....	117
ANEXO 3.....	118
ANEXO 4.....	119
ANEXO 5.....	120

INTRODUÇÃO

Passados mais de quinhentos anos do “achamento” do Brasil, ainda ressoam ecos do discurso fundador no imaginário do país e da nação, assim, o outro¹ vai constituindo também a nossa imagem: *tem gringo pensando que nós é indigente*². A terra grandiosa e repleta de riquezas naturais é, aos olhos do colonizador, um paraíso sem lei do qual ele pode vir e se apropriar, *negócio bom assim ninguém nunca viu, tá tudo pronto aqui é só vim pegar, a solução é alugar o Brasil*. Séculos atrás, o escambo constituía-se como uma relação desigual e exploratória na qual os portugueses davam aos índios bugigangas e quinquilharias como apitos, espelhos e chocalhos em troca de trabalho árduo. Nos dias de hoje, as relações desiguais de troca permanecem, porém, tudo é feito de forma dissimulada, o dominador continua tirando proveito do dominado, que se contenta em receber migalhas, *o dólar deles paga o nosso mingau*.

O “outro” pode não ser o mesmo dos tempos remotos, contudo, permanecemos com o estigma de país colonizado, explorado, subdesenvolvido *terceiro mundo se for, piada no exterior*, agora quem dita as regras do jogo, o que pode e o que não pode ser feito, é o capital. Tudo precisa ser revestido em lucros à custa da miséria do povo brasileiro que fica *desempregado, despejado, sem ter onde cair morto, endividado sem ter mais com que pagar*.

Mas afinal, *que país é esse?* Será que a culpa é nossa? Será que *não sabemos escolher presidente, não sabemos tomar conta da gente?* Ou *essa droga já vem malhada antes de nascermos*. Esse é um pesado fardo de exploração desmedida que o nosso povo carrega. Tem alguém ganhando muito com essa história, mas quem é o nosso algoz? Quem é o “outro”? *Brasil, mostra a tua cara, quero ver quem paga pra gente ficar assim, Brasil, qual é o teu negócio? O nome do teu sócio? Confia em mim...*

Através da utilização do método analítico aplicado na investigação de um corpus composto por cinco letras de músicas do rock nacional que fizeram sucesso entre os anos de 1979 e 1989 – período de transição do governo militar para a Nova República³ que representava a redemocratização do país –, configuramos nosso objetivo geral: analisar o

¹ Segundo Pêcheux (1995), o sujeito é guiado por um desejo de completude buscando construir-se ilusoriamente como uno e autônomo, desconhecendo (esquecendo) sua constituição psíquica e ideológica, nesse sentido, o imaginário impede que o sujeito perceba ou reconheça que sua constituição é definitivamente marcada pela alteridade. Assim, o sujeito é constituído por um Outro da linguagem e um outro da historicidade (memória).

² Os trechos em itálico fazem parte do nosso corpus de pesquisa que são algumas letras de música com a temática Brasil, brasileiro durante os anos de 1979 até 1989.

³ O termo Nova República foi criado por Tancredo Neves, que, embora não tenha sido eleito diretamente pelo povo, angariava bastante prestígio popular e gerava a esperança democrática.

imaginário de “Brasil” e “brasileiro” nessas canções através da identificação pela qual o sujeito “se reconhece” como brasileiro e reconhece o seu país, e, mais especificamente, verificar como é organizada sua relação com aquilo que o representa, observar de que forma o imaginário está inserido na materialidade discursiva, bem como a heterogeneidade (o outro) e o que isso representa em termos sócio-históricos, ou seja, que interesses subjazem a essas representações do país e do nosso povo.

Nesse sentido, a contribuição deste trabalho para a sociedade é propiciar uma reflexão sobre esses questionamentos para que possamos assumir um olhar crítico perante os fatos históricos compreendendo como se produziram esses sentidos que se dão por evidentes e definidos. Afinal, “esse imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa por relações de poder” (ORLANDI, 2000, p. 42). É preciso perscrutar, ouvir a voz da resistência para que nossas práticas também possam ser ressignificadas na busca de uma nação mais justa e igualitária.

Escolher a linha de pesquisa da Análise do Discurso é optar por uma “abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do “pensamento” nos processos discursivos. Isso supõe, como veremos, o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa; portanto, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário” (PÊCHEUX, 1995, p. 125).

Buscamos tal percurso teórico por acreditar na importância desses conceitos para pensar numa língua enquanto sistematicidade e também historicidade, imaginário e opacidade. “Uma língua, enfim, que não seja translúcida, mas cuja espessura e densidade façam resistência” (FERREIRA, 2000, p.23).

Não é a identidade do brasileiro que está em questão, são, antes, os sentidos postos discursivamente pelo jogo das formações imaginárias, pois o princípio da identidade alude à homogeneidade lógica que elimina de seu campo a possibilidade de equívocos e contradições, o que não condiz com a proposta de nossa pesquisa.

A imagem que temos de “Brasil” e “brasileiro” se constituiu no confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. Por isso que a perspectiva teórica da Análise do Discurso é profícua, ela atravessa esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos e ajuda a compreender melhor o que está sendo dito. A Análise do Discurso refere o sentido às suas condições de produção e estabelece as relações que ele mantém com os eixos da memória e da atualidade.

Na intrincada trama desse “tapete teórico”⁴, o nosso fio condutor será o imaginário pelo qual perpassa a ideologia e o inconsciente. É mister comentar que nós mobilizamos apenas os conceitos que dizem respeito à pesquisa realizada, visto que cada *corpus* que se analisa mobiliza certos conceitos, não o todo da teoria.

No primeiro capítulo, “Desenredando os fios para o início do tear”, traremos o embasamento teórico analisando quais as relações existentes entre lingua(gem) e ideologia e os estudos de Marx, Althusser e Žižek a respeito desse tema. Após, faremos um breve comentário sobre o discurso na óptica de Foucault, uma vez que suas reflexões foram úteis para Pêcheux e, na sequência, colocaremos em pauta a ligação da Análise do Discurso com a teoria marxista althusseriana e com a psicanálise Freud-lacaniana. Também abordaremos alguns conceitos da Análise do Discurso necessários para a análise do tema proposto, são eles: condições de produção, formação ideológica e formação discursiva.

No segundo capítulo, “O imaginário na trama dos sentidos”, mostraremos a evolução do conceito de imaginário na Análise do Discurso passando pelas formações imaginárias, evidências imaginárias até a seu registro ao lado de outras duas instâncias psíquicas, o real e o simbólico.

No terceiro capítulo, “Tecendo a metodologia e costurando as análises”, vamos estabelecer os procedimentos metodológicos, explicar como delimitamos o *corpus* de pesquisa e adentrar as análises juntamente com a contextualização histórica do período que marcou a lenta e gradual redemocratização nacional (1979-1989).

Vale dizer que os resultados obtidos no percurso realizado, no qual o referencial teórico está em constante diálogo com os recortes relacionados ao tema em pauta, são constituídos de uma relação possível, pois em se tratando de Análise do Discurso os gestos de interpretação dos sentidos podem ser outros⁵.

Por todos esses apontamentos relevantes trazidos pela Análise do Discurso, seu estudo torna-se algo instigante, pois, como diria Eni Orlandi em nota à edição brasileira de *Semântica e Discurso* (1975-1995) sobre Pêcheux, “tinha, ele também, a arte de levar aos extremos as questões imperdoáveis”. Consonantes com essa afirmação, também acreditamos que é preciso ter ousadia, coragem e resistência para romper o amálgama de uma ciência linguística que não questiona o efeito de evidência dos sentidos e da transparência da linguagem.

⁴ Essa expressão é recorrente nos trabalhos de AD, assim como “fios do discurso”, “trama discursiva” [...]. São metáforas que associam o ato de coser ao trabalho do analista do discurso.

⁵ Nas palavras de Orlandi (1984, p. 20): “Por definição todos os sentidos são sentidos possíveis. Em certas condições de produção, há a dominância de um sentido possível sem por isso se perder o eco dos outros sentidos possíveis”.

1. DESENREDANDO OS FIOS PARA O INÍCIO DO TEAR

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras.

(Eni Orlandi)

Começaremos este primeiro capítulo discutindo as relações entre linguagem e ideologia através dos conceitos de Marx (1933–2008), Althusser (1970–1992) e Žižek (1996). Também abordaremos alguns tópicos sobre o discurso em Foucault e a ligação entre Análise do Discurso com a teoria marxista althusseriana e com a psicanálise Freud-laciana, uma vez que esses estudos foram de grande valia para a análise discursiva. Traremos o embasamento teórico da pesquisa mobilizando algumas noções de Análise do Discurso consideradas importantes, tais como condições de produção, formação ideológica e formação discursiva.

1.1. Relações entre lingua(gem) e ideologia

Muitos estudos na área da linguagem remetem a Saussure, quer tomando-o como ponto de partida, assumindo suas postulações teóricas, quer rejeitando-as. No campo da Análise do Discurso⁶, a referência a Saussure deve-se à sua célebre concepção dicotômica entre língua e fala. Embora seja reconhecido o valor da revolução linguística provocada pelo estruturalismo de base saussuriana⁷, logo se descobriram os limites dessa dicotomia no campo dos estudos linguísticos. Nas palavras de Pêcheux (1975-1995⁸, p. 245, grifos do autor):

A noção saussuriana de *fala* constituía justamente “o mais fraco elo” do dispositivo científico estabelecido sob a forma do conceito de *língua*: a *fala* não é de modo algum o conceito de um elemento contraditório dialeticamente ligado ao conceito de língua, e todas as acrobacias teóricas nada poderão mudar nesse particular; a *fala* saussuriana é, bem ao contrário, o autêntico tipo de anticonceito, um puro excipiente ideológico que vem “completar” por sua evidência, o conceito de língua, portanto um tapa-buraco, um remendo que oculta a “lacuna” aberta pela definição científica da língua como sistematicidade em funcionamento.

⁶ Doravante pode aparecer abreviada como AD

⁷ Remetemo-nos ao Curso de Linguística Geral, obra póstuma de Ferdinand de Saussure organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye a partir de explicações orais e anotações deixadas pelo mestre suíço. O livro é considerado o marco fundador da linguística por definir a língua como objeto de análise para os padrões científicos da época e inaugurar a fase estruturalista dos estudos da linguagem.

⁸ Reportamo-nos ao ano de publicação original e ao ano da edição brasileira utilizada na pesquisa no decorrer de toda a dissertação quando aparecerem duas datas.

Mesmo mantendo uma postura crítica em relação ao estruturalismo que encantava e dominava o largo domínio das ciências humanas, Pêcheux não fica alheio às reflexões teóricas de pensadores estruturalistas como Althusser, Lacan, Derrida e Foucault. Noções como a de estrutura entendida como sistema e a de acontecimento entendido como historicidade serão conceitos importantes para seu estudo, ainda que existam diferenças profundas no modo como esses estudiosos as definam.

Dentre os primeiros que perceberam o empecilho que colocava como objeto da linguística apenas a língua, tendo-a como algo abstrato e ideal a constituir um sistema sincrônico e homogêneo, está Bakhtin (VOLOSHINOV, 1929-2002), que, com seus estudos, antecipa muito as orientações da linguística moderna. No seu livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* a relação entre a ideologia e a linguagem é reconhecida. “As bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos do conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc – estão estreitamente ligadas aos problemas da filosofia da linguagem” (VOLOSHINOV, 2002, p. 31). Bakhtin afirma ainda que tudo o que é ideológico possui significado; é, portanto, um signo e que “sem signos não existe ideologia”. (VOLOSHINOV, 2002, p. 31)

Bakhtin (VOLOSHINOV, 2002) postula que a língua é um fato social cuja existência funda-se nas necessidades de comunicação. Porém, afasta-se de Saussure ao conceber a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando, dessa forma, a fala. A matéria linguística é apenas uma parte do enunciado, existe também outra parte, não verbal, que corresponde ao contexto da enunciação e é componente necessário para a compreensão e explicação da estrutura semântica.

O interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado. Da concepção de signo linguístico como “sinal” inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato, passa-se a outra compreensão do fenômeno, a de signo dialético, vivo, dinâmico. Bakhtin esclarece que tanto isso é verdade que a palavra penetra em todas as relações entre indivíduos. A palavra está presente nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros da vida cotidiana. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2002, p. 41).

Para esse filósofo russo, a palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela pluralidade: “O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Essa pluralidade social do signo ideológico é um traço da maior importância [...] torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir” (BAKHTIN/VOLOSHINOV,

2002, p. 46). Por isso, o signo é o lugar privilegiado para a manifestação de uma ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes, pontos de vista daqueles que a empregam. “Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2002, p. 32).

Dessa forma, assim como Bakhtin, outros estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas em um nível situado fora desse polo da dicotomia saussureana. E essa instância da linguagem é a do discurso, o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos.

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como “meio de comunicação entre os homens”, uma vez que esse “instrumento” permite a comunicação e a não comunicação de um sentido. É necessário expor o olhar do ouvinte/leitor à opacidade (materialidade) do que escuta/lê, objetivando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres e também ao não dito.

O que se entende por discurso não é transmissão de informação, não há linearidade na disposição dos elementos da comunicação. O discurso realiza um processo de significação que é estabelecido no funcionamento da linguagem, uma relação de sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, formalizando assim uma constituição de sujeitos e produção de sentidos com efeitos múltiplos e variados.

Nesses termos, a linguagem enquanto discurso serve como mediação necessária entre o homem e sua realidade, atuando como forma de engajamento entre esses dois elementos. A linguagem é lugar de conflito, de contradição, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais.

Para a Análise do Discurso, o discurso é, nessa perspectiva, é visto como um elo imprescindível entre o homem e a realidade natural e social. Em consonância com Orlandi (2000, p. 15-16):

a Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua do mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

No decorrer deste estudo, veremos que na perspectiva discursiva a ideologia está diretamente relacionada à interpretação, já que o homem na sua realidade não pode deixar de

significar. Ele está sentenciado a significar e essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida pelas condições de produção⁹ de sentidos na história da sociedade. Este é um dos princípios básicos assimilados pelo discurso.

Dessa forma, optamos pela Análise do Discurso de linha francesa porque ela teoriza como a ideologia se manifesta na linguagem concebendo o discurso como um lugar particular em que essa relação ocorre. Para o estudo ao qual estamos nos propondo, as considerações de Orlandi (1990), na obra *Terra à vista* são relevantes no que diz respeito aos sentidos postos sobre o “brasileiro” em nossa sociedade.

Não pretendemos tampouco definir o brasileiro. O que visamos é observar como o discurso que define o brasileiro constitui processos de significação, produzindo o imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade. Ou dito de outra forma, procuramos compreender os processos discursivos que vão provendo o brasileiro de uma definição que, por sua vez, é parte do funcionamento imaginário da sociedade brasileira (ORLANDI, 1990, p.16).

Assim sendo, a análise do funcionamento discursivo nos permitirá abarcar mecanismos de determinação histórica para os processos de significação que constituem o imaginário de “Brasil” e “brasileiro” em cinco letras de música do rock brasileiro entre os anos de 1979 a 1989 e, para o estudo ao qual nos propomos, a noção de sujeito é muito importante:

é uma posição material linguístico-histórica produzida em meio ao jogo de contradições e tensões sócio-ideológicas. Assim, em uma dada análise, busca-se compreender o modo de produção de sentidos resultante das posições discursivas de sujeito constituídas. (MARIANI, 2003, p. 61).

Dessa maneira, nossa “prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações históricas dadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 213). Esses discursos sobre o país e a nação são maneiras de construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. É claro que não existe prática sem sujeito, porém não se trata de dizer que essa seria uma prática de sujeitos. Para o precursor da Análise do Discurso:

isso seria cair no golpe do que chamamos o “efeito *Münchhausen*”! mas sim de constatar que todo sujeito é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se

⁹ As condições de produção são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do texto. As condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido restrito (circunstâncias da enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico) segundo preconiza Orlandi (2000).

inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável” (PÊCHEUX, 1995, p. 214).

A Análise do Discurso leva em consideração, para a devida análise da temática abordada, a existência de um sujeito que não deve ser banido ou universalizado, mas sim determinado pelo contexto social e histórico, pela ideologia e pelo inconsciente. Assim, é possível:

discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 1995, p.133-134, grifos do autor).

A esse respeito, afirma Henry (1992, p. 188): “O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. De acordo com o que afirma Henry (1992), não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos e a sua opacidade, destacando a necessidade de saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. Por isso é fundamental a superação de uma relação ingênua com a linguagem, é impossível desconsiderar a ideologia existente no posicionamento do sujeito frente à realidade.

No percurso desta pesquisa, abordaremos a concepção de ideologia para Marx, Althusser e Žižek, uma vez que Althusser baseia-se nos estudos de Marx reformulando-os e Pêcheux fundamenta a sua teoria não subjetiva da subjetividade citando muitos apontamentos de Althusser. Já Žižek traz uma visão contemporânea sobre a ideologia aprofundando essa noção ao seu conhecimento psicanalítico.

1.2 A Ideologia em Marx, Althusser e Žižek

Concebido de diversas formas, por diferentes autores, o termo ideologia é ainda hoje uma noção complexa. Antes de abordar o conceito de ideologia trabalhado na Análise do Discurso, explanaremos considerações importantes a esse respeito elaboradas por alguns estudiosos.

De acordo com Chauí (1980, p. 23), o termo “ideologia”, criado pelo filósofo Destutt de Tracy em 1801 na obra *Elements de idéologie* nasceu como sinônimo da atividade científica

que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as ideias “como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente”. Entendida como ciência positiva do espírito, a ideologia se opunha à Metafísica, à Teologia, à Psicologia, pela exatidão e rigor científicos que se propunham como método.

Chauí (1980, p. 24-25) esclarece que se opondo ao significado original, o termo passa a ter um sentido pejorativo, pela primeira vez, com Napoleão, que qualifica os ideólogos franceses de “abstratos, tenebrosos, ignorantes do realismo político que adapta as leis ao coração humano e às lições da história”. A ideologia passa a ser vista então como uma doutrina irrealista e sectária, sem fundamento objetivo e perigosa para a ordem estabelecida.

O curioso é que se a acusação de Napoleão Bonaparte é infundada com relação aos ideólogos franceses, não o seria se fosse dirigida aos ideólogos alemães, criticados por Marx, ou seja, ele conservará o significado napoleônico para o termo ideologia: um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com o real.

No livro *A Ideologia Alemã*, publicado somente em 1933¹⁰, Marx e Engels também empregam o termo ideologia de forma negativa enquanto consciência falsa, equivocada, da realidade. O significado conferido por esses autores ao termo constitui questão-chave na reviravolta representada pelo materialismo histórico¹¹. A ideologia sistematiza as ideias num compêndio de ilusões através das quais os homens pensam sua própria realidade de maneira enviesada, deformada, fantasmagórica. No entanto, essa consciência falsa é vital aos homens em sua convivência e atividade social, não resultando da manipulação calculista ou de propagandismos, mas da necessidade de se pensar a realidade sob o enfoque de determinada classe social, no quadro das condições de sua posição e funções, das suas relações com as demais classes. Por conseguinte, a ideologia¹² pertence ao âmbito do que Marx chamou de superestrutura. O ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real.

¹⁰ Essa obra que assinalou o nascimento do materialismo histórico foi redigida por Marx e Engels entre 1845 e 1846. Porém, na época, não encontraram editor interessado em publicá-la e os originais foram abandonados sem amargura, conforme o próprio Marx esclarece no prefácio de outra obra “Para a Crítica da Economia Política” publicado em 1859: “Abandonamos tanto mais prazerosamente o manuscrito à crítica roedora dos ratos, na medida em que havíamos atingido nosso fim principal: ver claro em nós mesmos”. Assim, o que sobrou do manuscrito veio a ser publicado quase um século depois.

¹¹ Marx elaborou uma teoria conhecida como a concepção materialista da história a qual concebe que os acontecimentos históricos são determinados pelas condições materiais (econômicas) da sociedade. Ele compara a sociedade com um edifício na qual as fundações (infraestrutura) seriam representadas pelas forças econômicas, ao passo que o edifício em si (superestrutura) representaria as ideias, os costumes, as instituições.

¹² Cabe ressaltar que à sua própria teoria Marx e Engels nunca chamaram de ideologia. Eles consideravam sua teoria como reconstrução científica da realidade social e expressão dos interesses da classe do proletariado, significando implicitamente que só o proletariado poderia se libertar da ilusão ideológica em geral e alcançar a visão objetiva correta da história humana e da sociedade existente.

Até agora, os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função das representações que faziam de Deus, do homem normal etc. Esses produtos de seu cérebro cresceram a ponto de dominá-los completamente. Criadores, inclinaram-se diante de suas próprias criações. Livremo-los, pois, das quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles se estiolam (MARX; ENGELS, 2008, p. 10).

Marx e Engels (2008, p. 10) não concordam com “a maneira de ver abstrata e ideológica” dos filósofos alemães que, perdidos na sua fraseologia, não buscam a “ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a ligação entre a sua crítica e o seu próprio meio material”.

Para tanto, Marx e Engels (2008) tomam por princípio somente dados possíveis de uma verificação empírica, ou seja, os dados da realidade que são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, aquelas que já encontraram a sua espera e aquelas que surgem com a própria ação. São, então, a maneira como os indivíduos manifestam sua vida, um reflexo exato do que eles são e isso coincide com a sua produção, isto é, “tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2008, p. 11).

Assim, de acordo com Marx e Engels (2008), a produção de ideias, de concepções e da consciência liga-se diretamente à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem da vida real. Por conseguinte, a observação empírica tem de mostrar empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação a ligação entre estrutura social e política e a produção. “São os homens que produzem suas representações, suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem [...]” (MARX; ENGELS, 2008, p. 19).

Todavia, segundo Marx e Engels, o que as ideologias fazem é colocar os homens e suas relações de cabeça para baixo, como ocorre com a refração da imagem numa câmera escura. Essa inversão de imagem, metaforicamente, significa que se ascende da terra ao céu, ao contrário dos filósofos alemães, que desciam do céu sobre a terra. Serve para explicar que a inversão da imagem representa o desvio de percurso que consiste em partir das ideias para se chegar à realidade.

Para os autores de *A Ideologia Alemã*, a história é, em primeiro lugar, a história da sociedade civil, não a história do Estado. A história se apresenta como sucessão das relações de produção e de modos de produção, é a luta de classes. Por isso, eles enfatizam a questão da divisão do trabalho no desenvolvimento histórico: quando acontece a separação do que é

trabalho intelectual e do que é trabalho material, dando à primeira vista uma prerrogativa ao primeiro, ou seja, às ideias que, autonomizadas e prevalecendo sobre o segundo, passam a ser expressão das ideias da classe dominante, uma vez que o pensar enobrece e as tarefas que exigem esforço físico envilecem. É mister ressaltar que, dentro da própria classe dominante, observa-se, também, essa divisão entre os membros ativos, ocupados com a prática da dominação, e seus membros intelectuais, encarregados de elaborações ideológicas. Ou seja, da criação de ilusões sobre a dominação de classe à qual pertencem. Nas palavras de Marx e Engels (2008, p. 48-49, grifos dos autores):

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido à classe dominante (...) é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias são portanto as ideias dominantes de sua época.

A ideologia, segundo a concepção marxista, é um instrumento de dominação de classe, porque a classe dominante faz com que suas ideias passem a ser ideias de todos. Para isso eliminam-se as contradições entre força de produção e relações sociais resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual. Necessária à dominação de classe, a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade.

A ideologia se apresenta como explicação teórica e prática, concomitantemente. Enquanto explicação, ela não se explicita e, aliás, não pode explicitar tudo sob o risco de se perder, de se destruir ao expor, por exemplo, as diferenças, as contradições sociais. Esse subterfúgio vai fazer com que o discurso se caracterize pela presença de “lacunas”, “silêncios”, “brancos” que preservem a coerência do seu sistema.

Diante do exposto, o ponto crucial dessa teoria é a crítica ao sistema capitalista e ao respectivo desmascaramento da ideologia burguesa. Marx e Engels revolucionaram a teoria política analisando a luta de classes. Pela primeira vez na história das ideias políticas o Estado deixa de ser conceituado como entidade representativa dos interesses gerais e comuns da sociedade e passa a ser vinculado aos interesses de determinada classe social, isto é, aos interesses da classe dominante. Para esses estudiosos, o Estado é uma comunidade ilusória atuando, na verdade, como órgão de dominação e de intervenção repressiva. Portanto, devem ser travadas lutas políticas sobre o terreno do Estado enquanto poder geral e representante da

própria sociedade civil, uma vez que, ao contrário do que pensava Hegel¹³, não é o Estado que cria a sociedade civil, mas a sociedade civil que cria o Estado.

Com relação a essa teoria marxista, Louis Althusser, em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970 - 1992), afirma que “é indispensável acrescentar algo a definição clássica de Estado como aparelho de estado” (1992, p. 65). Baseando-se nos estudos de Gramsci¹⁴, Althusser traz então o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, isto é, o Estado não se reduz ao aparelho (repressivo) de Estado, ele compreende também certo número de instituições da sociedade civil.

Sendo assim, para manter sua hegemonia, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Desses mecanismos fazem parte o Estado, por meio de seu Aparelho Repressor (ARE) (compreendendo o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) – compreendendo instituições distintas e especializadas tais como a religião, a escola, a família, o Direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação. Os aparelhos ideológicos intervêm ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração. Existe um aparelho (repressivo) de Estado e sua unidade é infinitamente maior que a do conjunto dos Aparelhos Ideológicos do Estado, que são vários e aparentemente dispersos.

O que distingue o ARE dos AIE é a sua forma de funcionamento: enquanto o primeiro funciona de uma maneira prevalente pela repressão e secundariamente pela ideologia; inversamente, os segundos funcionam de um modo prevalente pela ideologia, embora funcione secundariamente pela repressão “seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Dessa forma, a Escola, as Igrejas ‘moldam’ por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc. [...]” (ALTHUSSER, 1992, p. 70).

O elemento que possibilita a compreensão sobre o que constitui a unidade do corpo aparentemente disperso dos AIE é a ideologia que unifica a diversidade desses no seu próprio funcionamento, na medida em que a ideologia, na qual funcionam, está de fato sempre unificada, apesar da sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante.

¹³ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1770 – 1831). Filósofo alemão, um dos criadores do idealismo alemão, importante precursor da Filosofia continental e do marxismo.

¹⁴ GRAMSCI, Antônio (1891 – 1937). Filósofo italiano, cientista político, comunista e antifascista, famoso pela elaboração do conceito de hegemonia e bloco hegemônico, e também por focar o estudo dos aspectos culturais da sociedade (a chamada superestrutura no marxismo clássico) como elemento a partir do qual se poderia realizar uma acção política.

Segundo Althusser (1992), como todo funcionamento da ideologia dominante está concentrado nos AIE, a hegemonia ideológica exercida através deles é importante para se criarem as condições necessárias para reprodução das relações de produção.

Na medida em que prossegue suas análises, Althusser (1992) recobra os estudos sobre o conceito de ideologia, mas não mais focalizado na questão dos AIE e da reprodução que envolve um uso específico do conceito “ideologia dominante”. Nessa etapa das suas indagações, ele vai buscar um entendimento para uma ideologia em geral que lhe é distinta de “ideologias particulares, que expressam sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (ALTHUSSER, 1992, p. 82).

Althusser (1992) explica que na concepção de Marx a ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada. Toda a realidade está fora dela, assim, a ideologia é pensada como um constructo imaginário, vazio e vão. É nesse sentido que na ideologia alemã, a ideologia não tem história, uma vez que a história está fora dela. Essa tese é bem diferente da que Althusser defende, ele propõe que a ideologia é um elemento onipresente, trans-histórico e eterno na história humana:

Se eterno significa, não a transcendência a toda história (temporal), mas onipresença, transhistórica e portanto imutabilidade em sua forma em toda extensão da história, eu retomarei palavra por palavra da expressão de Freud e direi: *a ideologia é eterna*, como o inconsciente. E acrescentarei que essa aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral (ALTHUSSER, 1992, p. 85, grifos do autor).

Assim, para Althusser (1992) as ideologias têm uma história sua e, ao mesmo tempo, a ideologia em geral não tem história (não no sentido marxista de que a história está fora dela), mas no sentido de que ela é eterna, onipresente sob sua forma imutável em toda a história.

Desse modo, a ideologia, em geral, seria para Althusser a abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia e, para explicá-la, formula duas teses:

- Tese I: “A ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1992, p. 85).

Dessa forma, Althusser contrapõe a concepção simplista de ideologia como representação mimética da realidade e argumenta que a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com suas reais condições de existência, relação que é obrigatoriamente imaginária. O que acentua o caráter imaginário é o aspecto produtivo da ideologia, ou seja, o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação

com a realidade concreta. O homem atua e relaciona-se com as condições reais de vida por meio do imaginário. Essas relações imaginárias, representadas simbolicamente, abstratamente, supõem um distanciamento da realidade e esse distanciamento pode ser a causa para a transposição e para a deformação imaginária das condições de existência reais do homem, numa palavra, para a alienação no imaginário da representação das condições de existência dos homens.

- Tese II: “A ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1992, p. 88).

As ideias deixam de ter uma existência espiritual como nas formulações de Hegel e Marx e adquirem materialidade na medida em que as ideias e os atos de um sujeito são materiais porque estão inseridos nas práticas materiais reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do sujeito. Isso leva Althusser (1992, p. 93) a inferir que “só há prática através de e sob uma ideologia” e que “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”. Dito de outra forma por Eagleton (1996, p. 213), o sujeito é:

meramente o produto “sobredeterminado” desta ou daquela estrutura social. Mas, uma vez que hesitaríamos em levantar da cama se essa verdade estivesse constantemente em nossa cabeça, ela tem que desaparecer de nossa consciência “prática”. E é nesse sentido que o sujeito, tanto para Althusser como para Freud, é o produto de uma estrutura que tem que ser necessariamente recalcada no próprio momento da “subjetivação”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Althusser (1992) chega à formulação de sua categoria de sujeito e de seu funcionamento. Ele explica que a categoria de sujeito é uma evidência primeira “está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.)” (ALTHUSSER, 1992, p. 94), o que é um efeito ideológico elementar que funciona como um ritual de reconhecimento. Destarte, o funcionamento da categoria do sujeito faz com que toda ideologia interpele os indivíduos concretos em sujeitos. “A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa” (ALTHUSSER, 1992, p. 97). A ideologia funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana opera a transformação dos indivíduos em sujeitos, o reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se inscreve, a si mesmo e a suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos.

Em tempos hodiernos, o filósofo contemporâneo Slavoj Žižek, a respeito das proposições elaboradas por Marx, afirma que “a ideologia não é simplesmente uma “falsa consciência”, uma representação ilusória da realidade; antes, é essa mesma realidade que deve ser concebida como ideológica” (ŽIŽEK, 1996b, p. 305-306). É impossível separar ideologia e realidade, as duas dimensões têm que ser registradas juntas, tanto em sua identidade quanto em

sua diferença. A própria realidade não pode reproduzir-se sem essa chamada mistificação ideológica. Segundo o autor, somos obrigados a aceitar a inexorável pertinência do conceito de ideologia por mais ambíguo e elusivo que isso pareça:

Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece a sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse (ŽIŽEK, 1996a, p. 9).

O autor esclarece que quando um processo é denunciado como “ideológico por excelência”, certamente seu inverso não é menos ideológico, ou seja, o próprio gesto de sair da ideologia puxa-nos de volta para ela. Entre os processos geralmente reconhecidos como “ideológicos” acha-se, em definitivo, a perenização de alguma situação historicamente limitada, o ato de discernir numa contingência uma necessidade superior. Também é possível ocorrer o processo inverso de não se reparar na necessidade, de apreendê-la erroneamente como uma contingência insignificante, ou seja, um fato isolado. Assim, a contingência do real, carente de sentido, é internalizada, simbolizada, provida de sentido. Dessa forma, a tarefa da crítica da ideologia é justamente discernir a necessidade oculta, naquilo que se manifesta como mera contingência.

Pensando na reflexão proposta por Žižek (1996) e trazendo-a para a problemática do nosso estudo, um exemplo bem notável seriam os discursos hegemônicos elitistas que se eternizaram no imaginário do povo brasileiro, são mitos que perpassam a nossa história, caracterizando o brasileiro como aquele que não se envolve nas coisas públicas, que encontra um jeitinho malandro para resolver os seus problemas, que reclama dos políticos, mas não faz nada para mudar a situação, que fica sempre esperando um salvador da pátria, que não é organizado, enfim, uma nação pacífica e ignorante. Generalizações como essas são ditas e repetidas ao longo dos anos, frequentemente, em tom de crítica ou lamento sem serem analisadas a fundo. Mas em que consiste essa mistificação ideológica? Para (1996a, p. 11), “a evocação da complexidade da situação serve para nos livrar da responsabilidade de agir”.

Imaginemos, então, que a ideia de um sujeito – o brasileiro – plenamente responsável por seus atos atende, claramente, à necessidade ideológica de esconder a complexa trama, sempre já operante, dos pressupostos histórico-discursivos, que não apenas o contexto do ato praticado pelo sujeito, mas também definem de antemão as coordenadas de seu sentido: o sistema só pode funcionar se a causa de sua disfunção puder ser situada na “culpa” do sujeito

responsável. Essa atribuição da responsabilidade e da culpa pessoais nos exime da tarefa de investigar as circunstâncias concretas do ato em questão, ela impossibilita qualquer análise das condições ideológicas, políticas e econômicas. Porém, levada ao extremo, não será autoinvalidante a lógica de culpar as circunstâncias na medida em que ela leva necessariamente ao cinismo do tipo “seríamos bons se as circunstâncias não fossem essas”.

Em todos esses casos, nos esclarece Žižek (1996a, p. 12, grifos do autor):

o paradoxo é que *a saída da(qual que vivenciamos como) ideologia é a própria forma de nossa escravização a ela...* a lição extraída disso é que o conceito de ideologia deve ser desvinculado da problemática “representativista”: *a ideologia nada tem a ver com a “ilusão”, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. Dito em termos sucintos, um ponto de vista político pode ser perfeitamente correto (“verdadeiro”) quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico.*

Essa afirmação de Žižek (1996) corrobora com a tese lacaniana de que a verdade tem a estrutura de uma ficção. Assim, uma ideologia não é necessariamente “falsa”, porque o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação.

Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – “verdadeiro” ou “falso” (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”) de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta.* Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade* (ŽIŽEK, 1996a, p. 14, grifos do autor)

Esse autor discorda de Marx (2008) ao comentar que não se trata de uma consciência ingênua que desconhece a realidade social, mas sim de uma “mentira sob o disfarce da verdade”. É interessante observar que “em vez de avaliar diretamente a adequação ou a “veracidade” das diferentes noções de ideologia, deve-se interpretar essa própria multiplicidade de determinações da ideologia como um indicador de diferentes situações históricas concretas” (ŽIŽEK, 1996a, p. 14).

Para Žižek (1996), pode-se distribuir em três eixos, a grosso modo, a multiplicidade de ideias associadas com o termo ideologia, que seriam: a ideologia como um complexo de ideias (teorias, convicções, crenças, métodos de argumentação); a ideologia em seu aspecto externo (a materialidade da ideologia), os Aparelhos Ideológicos de Estado; e, por fim, o campo mais fugidio, a ideologia “espontânea” que atua no cerne da própria “realidade social”.

A ideologia como doutrina, conjunto de ideias, crenças e assim por diante, refere-se ao convencimento de sua “veracidade”, porém serve a algum interesse particular do poder. A crítica a essa ideologia é fazer uma leitura sintomal discernindo a tendenciosidade não reconhecida no texto oficial, através das rupturas, lacunas e lapsos. Dentre os que seguem essa tendência estão os analistas de discurso. “Para a Análise do Discurso, a própria ideia de um acesso à realidade que não seja distorcido por nenhum dispositivo discursivo ou conjunção com o poder é ideológica” (ŽIŽEK, 1996a, p. 16).

A ideologia como alteridade-externalização é sintetizada pela noção althusseriana de Aparelhos Ideológicos de Estado, que apontam a existência material da ideologia nas práticas, rituais e instituições ideológicas. Nesse aspecto, podemos estabelecer uma relação com as ideias de Foucault (1972) que fala sobre os processos disciplinares que funcionam no nível do “micropoder” e designam o ponto em que o poder se inscreve diretamente no corpo, contornando a ideologia – razão pela qual Foucault nunca usou o termo “ideologia” a propósito desses mecanismos de micropoder, o que acarretou num déficit em sua teoria. A prerrogativa de Althusser em relação a Foucault é clara: Althusser procede em sentido inverso concebendo esses microprocessos como partes dos AIE, em outras palavras, como mecanismos que, para “captarem” o indivíduo de forma eficaz, já pressupõem a presença do Estado, a relação transferencial do indivíduo com o poder do Estado em quem se origina a interpelação.

A ideologia concebida como “espontânea” é sua própria desintegração, dispersão. Ela deixa de ser concebida como um mecanismo homogêneo que garante a reprodução social e se transforma em processos vagamente interligados e heterogêneos, cujo alcance é estritamente localizado. A ideologia não é pensada como doutrina explícita e muito menos como existência material, mas uma rede elusiva de pressupostos e atitudes implícitos que formam um momento irreduzível da reprodução de práticas “não ideológicas”. Žižek (1996a, p. 20) esclarece essa perspectiva da seguinte maneira:

Hoje em dia, no capitalismo tardio, quando a expansão dos novos meios de comunicação de massa permite, ao menos em princípio, que a ideologia penetre efetivamente em todos os poros do corpo social, o peso da ideologia como tal diminui: os indivíduos não agem da forma como agem em função, primordialmente, de suas crenças ou convicções ideológicas – ou seja, a reprodução do sistema, em sua maior parte, contorna a ideologia e confia na coerção, nas normas legais e do Estado, e assim por diante. Nesse ponto, contudo, as coisas voltam a ficar opacas, já que, no momento em que examinamos mais de perto esses mecanismos supostamente extra-ideológicos que regulam a reprodução social, vemo-nos atolados até os joelhos no já mencionado campo obscuro em que a realidade é indistinguível da ideologia.

O autor ressalta que “embora nenhuma linha demarcatória clara separe a ideologia e a realidade, embora a ideologia já esteja em ação em tudo o que vivenciamos como realidade, devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a crítica da ideologia” (ŽIŽEK, 1996a, p. 22).

A crítica de Žižek é pautada na tese de Peter Sloterdijk escrita no livro *Crítica da razão cínica* (1983) que propõe que o modo dominante de funcionamento da ideologia é cínico e não ingênuo. O sujeito cínico sabe o que é mascaramento ideológico e o que é realidade social, mas, apesar disso, continua a insistir na máscara que não esconde simplesmente o verdadeiro estado de coisas, a distorção ideológica está inscrita em sua própria realidade. A “razão cínica” não é ingênua, mas o paradoxo de uma falsa consciência esclarecida: sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse particular por trás de uma universalidade ideológica, mas, ainda assim, não se renuncia a ela e mantém-se a máscara. Sua fórmula seria “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem¹⁵”. Ainda sobre o cinismo, Žižek (1996b, p. 313) explica que:

não é uma postura de imoralidade direta, mas, antes, a própria moral colocada a serviço da imoralidade: a “sabedoria” cínica consiste em apreender a proibição como a mais rematada forma de desonestidade, a moral como a forma mais suprema de devassidão e a verdade como a forma mais eficaz da mentira. Assim, o cinismo realiza uma espécie de “negação da negação” perversa; por exemplo, diante do enriquecimento ilícito, do roubo, do assalto, a reação cínica consiste em afirmar que o enriquecimento legítimo é um assalto muito mais eficaz do que o assalto criminoso e, além disso, é protegido pela lei.

Dessa forma, a ideologia não é um constructo imaginário que dissimule ou embeleze a realidade social, a ilusão não está no saber, mas já está do lado da própria realidade, daquilo que as pessoas fazem. Assim, as pessoas sabem muito bem que, em sua atividade real, pautam-se por uma ilusão, mas, mesmo assim, continuam a fazê-lo. A ilusão, portanto, torna-se dupla: “consiste em passar por cima da ilusão que estrutura nossa relação real e efetiva com a realidade. E essa ilusão desconsiderada e inconsciente é o que se pode chamar de *fantasia ideológica*” (ŽIŽEK, 1996b, p. 316, grifos do autor).

Žižek (1996b, p. 323) comenta que para Lacan a “realidade” é uma construção fantasiosa que nos permite mascarar o Real¹⁶ de nosso desejo e o mesmo acontece com a ideologia, pois ela não é uma ilusão do tipo onírico que construímos para escapar da realidade

¹⁵ De acordo com Žižek (1999, p. 313), essa fórmula é baseada na definição marxista mais elementar da ideologia “disso eles não sabem, mas o fazem.”

¹⁶ Para Lacan, o Real (escrito em letra maiúscula) é o que se repete como falta, é o não simbolizado, o impossível de ser tocado; o liga ao resto (uma realidade desejante e inacessível), ao desejo do inconsciente. Por sua vez, o real (com letra minúscula) aponta para a representação, sempre imaginária da realidade.

insuportável, ela é uma construção fantasiosa que serve de suporte à nossa própria “realidade”: uma “ilusão” que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo real traumático.

Porém, de acordo com Žižek (1996), quando Lacan afirma que o suporte da “realidade” é a fantasia, isso não quer dizer que “a vida é um sonho” ou que a “realidade é uma ilusão”, e assim por diante. Essa ilusão generalizada é impossível. A tese lacaniana diz que sempre existe um núcleo sólido, um resto que persiste e que não pode reduzir-se a um jogo totalmente simbólico e alienante. Em outras palavras, a realidade nunca é “ela mesma”, só se apresenta através de sua simbolização incompleta/falha. Ou seja, essa simbolização sempre fracassa e nunca consegue abarcar inteiramente o real. Esse Real – a parte da realidade que permanece não simbolizada – retorna sob a forma de aparições espectrais. As aparições espectrais emergem justamente nessa lacuna que separa perenemente a realidade e o real, e em virtude da qual a realidade tem o caráter de uma ficção (simbólica): o espectro dá corpo àquilo que escapa à realidade (simbolicamente estruturada).

Para Žižek (1996a, p. 26), “talvez seja aí que devemos buscar o último recurso da ideologia, o cerne pré-ideológico, a matriz formal em que são externadas as várias formações ideológicas: no fato de que não existe realidade sem o espectro”. Elaborando conjecturas, Žižek (1996) questiona se o exemplo supremo dessa “realidade” não seria o conceito marxista de luta de classes, uma vez que não há luta de classes “na realidade”, no sentido de que tentam ocultar os seus vestígios, remendar esse antagonismo. “A luta de classes não é nada mais do que o nome do limite imperscrutável que é impossível de objetivar, situado dentro da totalidade social, já que ela mesma é o limite que nos impede de conceber a sociedade como uma totalidade fechada” (ŽIŽEK, 1996a, p. 27). Em outras palavras, a luta de classes é o “real” no sentido lacaniano, pois a “realidade” tenta manter a coesão social fantasiando um todo harmonioso fechado em si mesmo, mas existe sempre algo que denuncia esse desequilíbrio nas relações sociais demonstrando que a tentativa de escondê-lo, minimizá-lo ou apagá-lo sempre fracassa. Žižek (1996) postula que é isso que Lacan tem em mente ao afirmar que a distorção e/ou dissimulação é reveladora em si: o que desponta através das distorções da representação exata da realidade é o real – ou seja, o trauma em torno do qual se estrutura a realidade social.

Dando continuidade às reflexões teóricas, trataremos no item 1.3 o discurso em Foucault, pois seus estudos foram de grande proveito para a elaboração da teoria de Pêcheux.

1.3 O discurso em Foucault

Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber* (1969-1972), elabora conceitos extremamente profícuos para estudiosos que buscam uma pesquisa linguística visando ao discurso. Suas análises revelam um esforço imane no sentido de restabelecer as bases sólidas para uma investigação científica e uma revisão conceitual da História uma vez que ela “parece apagar, em benefício das estruturas sem labilidade, a irrupção dos acontecimentos” (FOUCAULT, 1972, p. 12). O autor questiona, tal como fez Pêcheux nos seus primeiros artigos em que assinava com o pseudônimo de Thomas Herbert, esse falso conhecimento contínuo, objetivo e “evidente” das ciências. Foucault (1972, p. 16) critica os historiadores que demarcam, descrevem e analisam estruturas, sem jamais se perguntarem se eles mesmos não estão deixando escapar a viva, frágil e fremente História:

Para a história em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se oferecia sob a capa dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou agora um dos elementos fundamentais da análise histórica.

Assim, Foucault (1972) rompe com a ordem clássica que via a história como um discurso do contínuo e instaura uma nova visão da história como ruptura, transformação e descontinuidade. Ele atribui ao discurso um estatuto privilegiado de matéria para uma análise histórica descontínua sem referência a uma teleologia ou a uma subjetividade fundadora:

Se a história do pensamento pudesse permanecer como o lugar das continuidades ininterruptas, se ela unisse sem cessar encadeamentos que nenhuma análise poderia desfazer sem abstração, se ela tramasse, em torno do que os homens dizem e fazem, obscuras sínteses que se antecipam a ele, o preparam e o conduzem indefinidamente para o seu futuro, - ela seria para a soberania da consciência um abrigo privilegiado. A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser-lhe devolvido; a certeza de que o tempo não dispersará nada sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que todas essas coisas mantidas a uma grande distância pela diferença, o sujeito poderá um dia – sob a forma da consciência histórica – delas se apropriar novamente, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode bem chamar sua morada. (FOUCAULT, 1972, p. 20-21).

Por todas essas razões, a História não é uma precisão progressiva, de racionalidade continuamente crescente com seu grau de abstração, ela é descontínua, apresenta rupturas e transformações, é um jogo de diferenças, um árduo trabalho de liberdade. É preciso, então,

repor em questão essas sínteses acabadas, a validade desse sistema estrutural, “desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam” (FOUCAULT, 1972, p. 32). Ao contrário de aceitar esses aspectos sem questionamentos é necessário inquietar-se diante de certas “evidências”, analisar primeiramente esse enorme e complexo campo de acontecimentos discursivos dispersos.

Todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escritura que não é senão o vazio de seu próprio traço [...]. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele não diz; e esse não-dito seria um vazio que mina, do interior, tudo que se diz. O primeiro motivo destina a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro a destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria ao mesmo tempo um não-dito. É preciso renunciar a todos esses temas, que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. Estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção como acontecimento; nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado [...] (FOUCAULT, 1972, p. 36).

Dessa forma, os discursos são uma dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. É tarefa da Análise do Discurso fazer a descrição desses elementos dispersos:

Tarefa que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações) mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao discurso (*parole*). É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1972, p. 64, grifos do autor).

Foucault (1972) procura estabelecer regras capazes de reger a formação dos discursos e denomina essas regras como “regras de formação” que determinam os elementos do discurso, tais como os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num espaço comum discursivo, os diferentes tipos de enunciação que permeiam o discurso, os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum: os temas e teorias que fazem parte das relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma “formação discursiva” (FOUCAULT, 1972, p. 51) – termo também convencionado pelo autor –, permitindo ou excluindo o que deve ser dito.

Uma formação discursiva é determinada, portanto, por essas regras de formação que formam um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a formação discursiva em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade¹⁷. A regularidade só é obtida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva.

O discurso é definido como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva e sua análise consiste, então, na descrição dos enunciados que a compõem.

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, em que exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (FOUCAULT, 1972, p. 39-40).

Na busca de estudar com afinco essas questões, o autor esclarece que por mais banal, facilmente esquecido, pouco entendido ou mal decifrado que suponhamos um enunciado, ele é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Não se trata de restabelecê-lo em um isolamento ou fechá-lo em si mesmo, mas torná-lo livre para descrever nele e fora dele jogos de relações.

Convém ressaltar que a noção de enunciado para Foucault (1972) é diferente da noção de proposição e de frase (unidade, respectivamente, constitutiva da lógica e da linguística da frase), é a unidade elementar, básica, que forma o discurso. Ele escreve:

Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua, e a de uma proposição pelas leis de uma lógica, a regularidade dos enunciados é definida pela formação discursiva. Seu pertencimento e sua lei não fazem senão uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção mas por uma dispersão de fato, e que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência (FOUCAULT, 1972, p. 146).

Assim sendo, as relações discursivas não são internas ao discurso (não religam entre si os conceitos ou as palavras), elas não estabelecem entre as frases ou as proposições uma dedução. Também, não são relações exteriores ao discurso que o limitariam, imporiam certas

¹⁷ Regularidade entendida por Foucault (1972) como ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações.

formas ou forçariam em certas circunstâncias a enunciar certas coisas. As relações discursivas estão no limite do discurso: “elas determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder tratá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicar etc” (FOUCAULT, 1972, p. 61). São relações que caracterizam o próprio discurso enquanto prática e não a língua que utiliza ou as circunstâncias em que ele aparece.

O enunciado, segundo Foucault, apresenta quatro características constitutivas. A primeira refere-se à relação do enunciado com seu correlato que ele chama de “referencial”, ou seja, aquilo que o enunciado enuncia, “leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 1972, p. 114).

A segunda característica refere-se à relação do enunciado com seu sujeito – aspecto relevante para a Análise do Discurso – Foucault critica a concepção do sujeito enquanto instância fundadora da linguagem.

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos...é preciso reconhecer agora que não é nem pelo recurso, a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que é preciso definir o regime de suas enunciações (FOUCAULT, 1972, p. 70).

O autor vai mais além, afirmando que se um conjunto de signos, uma frase, proposição, podem ser considerados enunciados, não é da mesma medida em que há alguém para proferi-los ou para depositar em algum lugar seu traço provisório; é na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não significa analisar o que o autor disse ou quis dizer ou disse sem querer, mas em estabelecer qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.

O sujeito é uma função vazia, um espaço “que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em lugar de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia” (FOUCAULT, 1972, p. 119). O sujeito jamais vai assumir uma função unificante, mas sim dispersiva: “as diversas modalidades de enunciação em lugar de remeter à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão” (FOUCAULT, 1972, p. 69-70). Essa dispersão é decorrente de várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso.

A terceira característica diz respeito à existência de um domínio, isto é, de um campo adjacente ou espaço colateral, associado ao enunciado integrando-o a um conjunto de

enunciados, uma vez que ao contrário de uma frase ou proposição, não existe enunciado isoladamente.

O enunciado não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se exerceu a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Existência que a faz aparecer como algo diferente do simples traço, mas como relação a um domínio de objetos; como algo diferente do resultado de uma ação ou de uma operação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito (FOUCAULT, 1972, p. 136).

A última característica constitutiva do enunciado o faz emergir como objeto, ou seja, a sua condição material. “O enunciado é sempre dado através de uma espessura material, mesmo se ela está dissimulada, mesmo se, apenas surgida, está condenada a se desvanecer [...] em uma parte ela o constitui” (FOUCAULT, 1972, p. 125). O enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data e quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade.

Foucault distingue enunciado e enunciação dizendo que aquele se dá toda vez que alguém emite um conjunto de signos e esta “é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir” (1972, p. 127). Pode acontecer de enunciações diferentes proferirem o mesmo enunciado. Porém, a repetição de um enunciado depende de sua materialidade que é de ordem institucional, uma frase dita no cotidiano inserida em outro tipo qualquer de texto jamais será o mesmo enunciado, pois, em cada um desses campos, possui uma função enunciativa diferente:

O enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um estatuto, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a transferências e a modificações possíveis, integra-se em operações e em estratégias em que sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 1972, p. 131-132).

Diante do exposto, podemos perceber que as ideias de Foucault (1972) servem de base para Pêcheux e suas reflexões no campo da Análise do Discurso, principalmente no que se refere ao discurso como prática, lugar de ruptura, contradição e luta política.

No próximo item, apresentaremos um breve histórico da Análise do Discurso e sua articulação com outras disciplinas.

1.4 Discurso e ideologia na Análise do Discurso

Segundo Maingueneau (1987), “Nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura¹⁸”, uma articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade” (apud BRANDÃO, 1997, p.17). Sendo assim, o quadro epistemológico geral deste empreendimento reside na articulação de três regiões do conhecimento científico, conforme Pêcheux e Fuchs (1975-1997, p. 163-164):

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Assim estava configurada a Análise do Discurso de linha francesa, “marcada por seu contato com outros campos do saber. Em razão disso, a AD nunca pôde ser chamada de monodisciplinar, e, é bem verdade, Pêcheux nem mesmo a idealizou para ser uma disciplina de instituições de ensino” (MAZZOLA, 2009, p. 10).

Conforme Mazzola (2009), a AD teve sua origem na França em 1969. O lançamento da Revista *Languages*, organizada por Jean Dubois e do livro *Analyse automatique du discours* de Pêcheux, foram os destaques da sua fundação. Os estudos desenvolvidos pelo linguista propunha a Análise do Discurso como uma prática que rompe com o comentário literário e direciona a teoria para o estudo dos grandes textos políticos da tradição francesa, elegendo esses textos como objeto da nova disciplina. Pêcheux, por sua vez, anunciava em seu livro um programa teórico e prático. A noção de “máquina discursiva” era o dispositivo capaz de determinar, sempre numa relação com a história, as possibilidades discursivas dos sujeitos em sua formação social¹⁹. A concepção de discurso para esse autor era sempre determinada e entendida em/na sua relação com a história, sendo também um princípio de construção do *corpus* discursivo.

Muito embora cada um deles convivesse com preocupações distintas, é nesse contexto que a AD foi se constituindo, se configurando. A partir disso, Pêcheux e Dubois seguem em

¹⁸ A AD era preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos.

¹⁹ O conceito de formação social é originário da obra de Louis Althusser (1970).

busca do sujeito descentrado, sujeito do inconsciente, buscam/encontram no materialismo histórico e na ideologia proposta nos estudos de Louis Althusser, cujo sujeito é assujeitado e/ou interpelado pela ideologia e materialmente construído pela linguagem. Logo, o que há em comum entre os dois pesquisadores, Dubois e Pêcheux, é que ambos partilham o espaço do marxismo e da política, “garimpando” questões referentes à luta de classes, ao movimento social e à história. Entretanto, o que os distingue é que, enquanto Dubois pensa a AD como uma passagem contínua do estudo das palavras ao estudo do enunciado, Pêcheux desenvolve um pensamento crítico sobre a linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga e sobre as Ciências Sociais, interrogando o efeito de transparência da linguagem:

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões da Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classe sobre o que se pode chamar as “práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no “estudo da linguagem” e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tornando-as como os efeitos derivados da luta de classes hoje em um “país ocidental”, sob a dominação da ideologia burguesa (PÊCHEUX, 1995, p. 24).

Na Análise do Discurso não se trabalha com a língua fechada, sistemática, mas com o discurso que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Assim, o analista relaciona a linguagem à sua exterioridade. Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Segundo Henry (1997, p. 14), “Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social”, uma vez que ali se encontrava seu objetivo de análise profissional. Pêcheux (1969) estava convencido de que uma crítica unicamente filosófica das ciências sociais não podia ir muito longe, mesmo estando convicto de que as ciências sociais não são ciências e sim ideologias. Para esse autor, a única crítica válida a tais ideologias é a ciência ou as ciências, do terreno ou do domínio que elas ocupam, “uma ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia (ou das ideologias) com as quais ela rompe” (HENRY, 1997, p. 18). Conforme Henry (1997), Pêcheux queria se basear no que já lhe parecia ter provocado uma mudança na problemática dominante das ciências sociais; o materialismo histórico, tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno a Freud”, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo.

Do ponto de vista de Pêcheux, as “ciências sociais” são essencialmente técnicas que têm uma ligação crucial com a prática política e com as ideologias desenvolvidas em contato com a prática política, cujo instrumento é o discurso. Nas palavras de Leite (1994, p. 104):

É por isso que a elaboração de uma teoria do discurso é apresentada como condição necessária para a constituição da cientificidade de uma teoria das ideologias. Uma teoria científica das ideologias não poderia repetir o desconhecimento/esquecimento do papel do discurso como instrumento político no funcionamento da ideologia, definida esta como mecanismo que produz e conserva as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção dentro das sociedades de classe.

Isso significa recusar a concepção da linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, ou seja, como meras informações. Segundo Henry (1997), essa teoria é, para Pêcheux, uma ideologia cuja função nas “ciências humanas e sociais” é mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer essa ligação e, ao mesmo tempo, colocar essas ciências no prolongamento das ciências naturais. Não quer dizer que “a linguagem não serve para comunicar, mas sim que este aspecto é somente uma parte emersa do iceberg” (HENRY, 1997, p. 26). É preciso levar em consideração que sob a forma geral do discurso são produzidas e conservadas as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção, sem dúvida isso não ocorre de modo explícito.

Pensando nessas questões, Pêcheux vai fazer os seus apontamentos tendo como base os estudos precedentes de Althusser, Foucault e Lacan, que o ajudam a elaborar alguns princípios teóricos da Análise do Discurso como a questão do sujeito.

Conforme já elucidamos anteriormente, Althusser (1992, p. 93) afirma que “só há ideologia pelo e para os sujeitos”, no sentido de que o funcionamento da ideologia depende dos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses dependem da ideologia para constituírem-se como tal. Acrescenta ainda que não existe prática senão sob uma ideologia, de forma que todo indivíduo só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito.

Já para Foucault (1972), ser um sujeito é ocupar uma posição enquanto enunciador, “descrever uma formulação como um enunciado não consiste em analisar a relação entre o autor e aquilo que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem o querer), mas sim em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 1972, p.

120). O sujeito de Foucault é deslocado para a teoria do discurso e retomado por Pêcheux que, com base nele, desenvolve a noção de forma-sujeito²⁰.

De acordo com Mariani (2003), ao renovar a psicanálise, o objetivo de Lacan é argumentar que o sujeito é aquele do inconsciente, aquilo que introduz para todo ser falante uma discordância com sua própria realidade. Para Lacan, o inconsciente é a manifestação de um saber desconhecido e não familiar para o sujeito, um sentido que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente. Através de um retorno a Freud e de uma revisão crítica da concepção saussureana de língua como sistema de valores, Lacan conceituará o inconsciente a partir da linguagem e mais, estruturando-o como linguagem.

Conforme exposto, temos diversas tentativas de renovação, sendo que todas colocam em pauta a questão do sujeito, seu estatuto, como sendo um ponto precípuo. Os sujeitos de Foucault e Lacan²¹ são ligados à linguagem ou ao signo, já Althusser não estava particularmente interessado pela linguagem, é aí que Pêcheux (1995) encontra em Althusser (1992), um sujeito que pode ser chamado de sujeito da ideologia, uma vez que se constitui e opera através dessa estrutura-funcionamento. Entretanto, sobre a formulação de seu objeto teórico – o discurso – Pêcheux (1995) vislumbrava a incidência não só da ideologia, mas também da linguagem.

Conforme Althusser (1992), para o materialismo histórico a linguagem nunca foi objeto de estudo, mas, ainda assim, foi no próprio Althusser que Pêcheux encontrou a base para uma aproximação entre linguagem e ideologia:

é preciso alertar para o fato de que, tanto aquele que escreve estas linhas como o leitor que as lê, são sujeitos, e portanto sujeitos ideológicos [...] o autor e o leitor destas linhas vivem “espontaneamente” ou “naturalmente” na ideologia, no sentido em que dissemos que “o homem é por natureza um animal ideológico”. [...]

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra designe uma coisa ou possua um significado (portanto inclusas as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) (ALTHUSSER, 1992, p. 94).

²⁰ Esse termo foi introduzido por Althusser (1992). Segundo o autor, todo indivíduo humano como ser social, só pode ser agente de uma prática se ela for revestida da forma-sujeito, que, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.

²¹ A fonte principal da crítica das evidências ideológicas na Análise do Discurso é o texto de Lacan “O estágio do espelho como formador da função do Eu”, texto que introduziu o conceito de reconhecimento [*reconnaissance*] como desconhecimento [*méconnaissance*].

Althusser (1992, p. 94) acrescenta que “os linguistas e todos aqueles que recorrem à linguística com diferentes fins, tropeçam frequentemente em suas análises por desconhecer os efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os discursos científicos”. Assim, ao aproximar sujeito e transparência da linguagem como efeitos ideológicos elementares, Althusser (1992) fornece a Pêcheux os fundamentos reais para uma teoria não subjetivista do sujeito e este aproveita as bases da teoria materialista e o tema sujeito/ideologia para construir a sua teoria sustentada por três eixos interligados: a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade ciência/ideologia.

Refletindo sobre as considerações de Althusser, Pêcheux e Fuchs (1997, p. 165-166, grifos dos autores) introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar:

o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas).

É enquanto sujeito que qualquer pessoa é “interpelada” a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. A reprodução dessas relações de produção é uma das formas pela qual a instância ideológica funciona e materializa-se na linguagem.

Pêcheux (1995) se colocou entre o que podemos chamar de “sujeito da linguagem” e “sujeito da ideologia” discernindo claramente as relações entre esses dois sujeitos, ou seja, as relações entre a “evidência subjetiva” e a “evidência do sentido (significação)”. O discurso estaria entre a linguagem – vista a partir da linguística saussuriana e do conceito de *langue* – e a ideologia, tornando-se efeito de sentidos entre sujeitos.

A condição de possibilidade do discurso é a língua, uma espécie de invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um momento histórico determinado e os processos discursivos são a fonte de produção dos efeitos de sentido no discurso. Então, a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Pêcheux (1995, p. 91, grifos do autor) escreve que:

O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a base comum de *processos discursivos* diferenciados [...].

De acordo com essa linha de pesquisa, se o processo discursivo é produção de sentido, o discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. E aqui, o lugar específico da

constituição dos sentidos é a formação discursiva (doravante também como FD), noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica (doravante também como FI), vai fazer parte das formulações principais da Análise do Discurso. Prosseguindo nossa dissertação, vamos expor agora esses conceitos necessários para a análise do nosso *corpus*.

1.4.1. Condições de produção do discurso

Courtine (2009, p. 45-46) esclarece que as origens da noção de condições de produção (doravante aparecerá também abreviada por CP) são de três ordens: a primeira origina-se da análise de conteúdo tal como é praticada, sobretudo na psicologia social; uma segunda acepção provém indiretamente da sociolinguística na medida em que esta admite variáveis sociológicas como o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação (gêneros do discurso), os objetivos do pesquisador (explicações históricas) etc; a terceira origem da noção de CP se situa implicitamente no texto de Harris, *Discourse Analysis* (1952). Nesse texto, o termo CP não aparece, porém, em contrapartida, o termo “situação” figura-se correlacionado ao termo “discurso” referindo-se ao fato de se dever considerar como fazendo parte do discurso apenas as frases que foram pronunciadas ou escritas umas após as outras, por uma ou várias pessoas, em uma única situação, ou ainda quando se trata de determinar a correlação entre as características individuais de um enunciado e as particularidades de personalidade que provém da experiência do indivíduo em situações interpessoais condicionadas socialmente. Tal noção se mostra insuficiente e muito próxima da formulação de CP elaborada pela análise de conteúdo da psicologia social ou da sociolinguística.

Na sequência dessas concepções de origem, Courtine (2009, p. 49) postula que os estados sucessivos da noção de CP do discurso se dividem em dois conjuntos: um conjunto nomeado de “definições empíricas” em que “as CPs do discurso tendem a se confundir com a definição empírica de uma situação de enunciação” e outro conjunto oposto de “definições teóricas que aparece desde 1971 em AD com o termo de formação discursiva” proveniente do trabalho de Foucault (1997a) em 1969.

A primeira definição empírica geral da noção de CP foi elaborada por Pêcheux (1997a). Ele inscreveu essa noção no esquema informacional da comunicação elaborado por Jakobson²². Esse esquema tinha a vantagem de colocar em cena os protagonistas do discurso e o seu

²² JAKOBSON, Roman (1896 – 1982). Pensador russo, um dos maiores linguistas do século XX e pioneiro da análise estrutural da linguagem, poesia e arte.

“referente” permitindo compreender as condições (históricas) da produção do discurso. A contribuição de Pêcheux (1997a) foi perceber nos protagonistas do discurso não uma presença física “indivíduos”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos” Pêcheux (1997a, p. 82). No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e fundar estratégias para o seu discurso.

Segundo Courtine (2009, p. 50), “a tentativa de definição geral, esboçada em Pêcheux (1997a), não é, pois, de uma natureza que possa romper com as origens psicossociológicas da noção”. Para Courtine, os termos de “imagem” ou de “formação imaginária” poderiam perfeitamente substituir a noção de “papel”, tal como aquela utilizada nas teorias herdadas da sociologia funcionalista ou ainda do interacionismo psicológico. Sob esse enfoque, a relação entre língua e discurso, mediatizada pelo psicossociológico, apaga as determinações propriamente históricas, fazendo com que a caracterização do processo da enunciação em cada discurso não seja relacionada ao efeito de uma conjuntura, mas às características individuais de cada locutor ou ainda às relações interindividuais que se manifestam na base de um grupo. Conforme a noção de CP assim definida, o plano psicossociológico domina o plano histórico, não havendo uma hierarquização teórica dos planos de referência. A respeito do seu trabalho, Courtine (2009) revela que o seu anseio seria distinguir-se:

da irresistível atração que toda pesquisa, especialmente sobre a enunciação no discurso, parece ter por uma definição das CPs em que domina a referência a uma situação psicossociológica de comunicação. O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma *psicologização espontânea* das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito (COURTINE, 2009, p. 51-52, grifos do autor).

Assim, para esse autor, faz-se necessária uma redefinição da noção de CP alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva.

1.4.2. Formação Ideológica e Formação Discursiva

Conforme abordamos anteriormente no item 1.3, o termo Formação Discursiva é proveniente da obra de Foucault (1972). A Análise do Discurso retoma esse conceito e o articula com o conceito de Formação Ideológica de Althusser. É interessante ressaltar que a noção de FD tal como definida em Foucault como um tipo de regularidade encontra concordância apenas na primeira fase da AD em que essa é considerada homogênea. Após, esse conceito é modificado e a FD deixa de ser considerada um bloco fechado para ser uma unidade dividida, heterogênea.

Para entender todo o percurso dessas noções, é necessário expor duas teses elaboradas por Pêcheux (1995, p. 160). Na primeira tese, Pêcheux afirma que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe num sentido próprio, ou seja, relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Althusser (1973, apud PÊCHEUX, 1995, p. 236) remete a esse assunto escrevendo que “a palavra ‘homem’ não passa de uma palavra. É o lugar que ocupa e a função que exerce na ideologia e na filosofia burguesa que lhe conferem seu sentido” e ainda:

As realidades da luta de classes são “representadas” por “ideias” que são representadas por palavras. Nos raciocínios científicos e filosóficos, as palavras (conceitos, categorias) são “instrumentos do conhecimento”. Mas na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, com uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa. [...] O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político (ALTHUSSER, 1973, apud PÊCHEUX, 1995, p. 210).

As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que a empregam, isto é, elas adquirem o seu sentido em referência a essas posições ou como também poderíamos chamar –formações ideológicas – nas quais essas posições se inscrevem:

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (esse aspecto na luta dos aparelhos²³) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais

²³ Pêcheux está se referindo aos Aparelhos Ideológicos de Estado que colocam em jogo práticas associadas a lugares que remetem às relações de classe. “Num dado momento histórico, as relações de classe se caracterizam pelo confronto, no interior mesmo destes aparelhos, de posições políticas e ideológicas (...) que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166).

ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito uma com as outras. (PÊCHEUX ; FUCHS, 1997, p. 166, grifos dos autores).

Assim, uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza é o discurso, isso quer dizer que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente uma ou várias formações discursivas interligadas:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifos do autor).

Então, como não existe um sentido próprio para as palavras vinculado à sua literalidade, é porque seu sentido deriva de cada FD em que se inscrevem. De modo semelhante, as mesmas palavras mudam de sentido de uma formação discursiva para outra e, da mesma forma, proposições diferentes podem, no interior de uma FD dada, ter o mesmo sentido.

Sendo assim, as palavras “Brasil” e “brasileiro” não significam o mesmo para o Estado, para as pessoas de diferentes classes sociais e em diferentes épocas, para os estrangeiros etc. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. Isso vai ao encontro do que estudaremos mais adiante no capítulo das análises, pois observando as condições de produção e o funcionamento da memória, podemos remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que está dito nas letras de músicas de nosso *corpus*.

Portanto, para Pêcheux (1995, p. 92), “Todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” e designa “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1995, p. 161). Em outras palavras, Orlandi (2000, p. 36) coloca essa temática como uma “tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”. Para essa autora, todo o funcionamento da linguagem apresenta “algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” – a paráfrase – o “retorno aos mesmos espaços do dizer”; e também apresenta o “deslocamento, ruptura de processos de significação” – a polissemia – que joga com o equívoco, com o diferente. Então, a paráfrase é um mecanismo de fechamento, de delimitação das fronteiras de uma FD e a polissemia rompe essas fronteiras “embaralhando” os limites entre diferentes FDs, instalando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos.

Dessa forma, Pêcheux (1995, p. 162), ao reconhecer que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido, elabora sua segunda tese: “Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]”. Pêcheux vai chamar de “interdiscurso” esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas que também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas²⁴. A noção de interdiscurso está bem elucidada em Orlandi (2000, p. 31) que comenta:

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Ligado ao conceito de interdiscurso aparece o de pré-construído²⁵, designado como o “sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade (o mundo das coisas)” (PÊCHEUX, 1995, p. 164). Ou seja, aquilo que é pensado anteriormente, em outro lugar e independente do que é construído no enunciado presente. “O pré-construído, tal como o redefinimos, remete simultaneamente ‘aquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender” (PÊCHEUX, 1995, p.171). “Se o pré-construído dá seus objetos ao sujeito enunciador sob a modalidade da exterioridade e da preexistência, essa modalidade se apaga (ou se esquece) no movimento da identificação” (COURTINE, 2009, p. 75).

A existência de um já-dito que, interpelando ideologicamente o sujeito, obriga-o a produzir, no aqui e agora da enunciação, um sentido fixo, um lugar comum a ser reconhecido, mesmo quando não explicitado. Devemos atentar para o fato de que a constituição do sentido é tão importante quanto a sua formulação. Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, ou seja, a relação entre o interdiscurso e o que Pêcheux (1995, p. 166, grifos do autor) chama de intradiscurso:

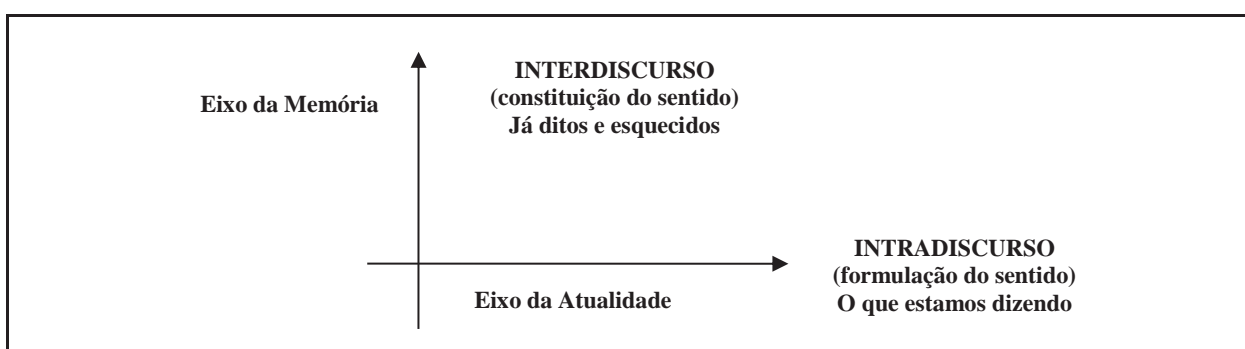
Designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu

²⁴ Vale lembrar que o interdiscurso, a discursividade não é a forma geral da ideologia, é apenas uma das formas específicas.

²⁵ O termo foi introduzido por Henry, em relação a estudos sobre a pressuposição, em texto de 1974 que, comporia, anos mais tarde (1977), o livro “A Ferramenta Imperfeita”.

direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘correferência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito).

O que é chamado de interdiscurso pode ser representado como um eixo vertical no qual todos os dizeres já ditos e esquecidos em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível, histórica e linguisticamente definido. O interdiscurso fornece sob a forma de citação, recitação ou pré-construído, os objetos em que a enunciação se sustenta. No eixo horizontal, teríamos o intradiscurso que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas, conforme podemos observar na figura 1:



**Figura 1 – Esquema dos eixos do interdiscurso e do intradiscurso baseado em Courtine.
Fonte: elaborado pela autora.**

Para Courtine (1999, p. 18, grifos do autor), pensar o assujeitamento do sujeito falante na ordem do discurso é dissociar e articular esses dois níveis de descrição:

1) *o nível da enunciação* por um sujeito enunciator em uma situação dada (o “eu”, “aqui” e o “agora” dos discursos); 2) *o nível do enunciado*, no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria de interdiscurso; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafaseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, domínio de memória, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciator na formação de enunciados “preconstruídos”, de que sua enunciação apropria-se.

Seguindo com suas considerações, Courtine (1999, p.21-22) descreve duas formas de repetição: uma “repetição de elementos em extensão” quando consideramos um fragmento de discurso como determinado por um enunciado e aí tomando lugar, ou seja, “uma repetição na ordem de uma memória cheia, saturada” e uma “repetição vertical” que repete um não sabido, um não reconhecido, deslocado no enunciado, uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente, “ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu

efeito, uma repetição na ordem de uma memória lacunar ou com falhas”. Dessa forma, tem-se o interdiscurso como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável e o interdiscurso como oco, vazio, deslocado que ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade divisão) na cadeia do reformulável.

Assim, é através do interdiscurso que o analista, em seu gesto de interpretação, mobiliza os saberes que podem configurar uma determinada formação discursiva com a qual o sujeito discursivamente vai se identificar. É com essa exterioridade, essas vozes, esse outro que se formam relações passíveis de interpretação. É isso que faz com que “as filiações históricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 1997c, p. 54).

Concebendo o sujeito como historicamente situado, agente de práticas sociais, interpelado pela ideologia e atravessado por questões da ordem do inconsciente, Pêcheux (1995, p. 167) traz à baila a noção de forma-sujeito²⁶ “pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui”, tendendo a “absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso [...]”. Ela realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso, é um dos fundamentos da unidade imaginária do sujeito, da sua identidade presente-passada e futura. Nesse desconhecimento-reconhecimento, o sujeito esquece-se das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa como um “sempre-já” sujeito, ele “sempre-já” se esqueceu de suas determinações que o constituem como tal.

Num primeiro momento da teoria elaborada pelo precursor da AD, a Formação Discursiva tinha os seus saberes regulados e organizados pela forma-sujeito e era pensada como uma unidade fechada e homogênea. Porém, na obra – Semântica e Discurso – em que a noção de sujeito é entendida como unitária e a FD como homogênea, essas duas concepções são relativizadas na medida em que Pêcheux descreve as modalidades de tomada de posição do sujeito²⁷ frente aos saberes que estão inscritos na FD. De acordo com Pêcheux (1995, p. 214, grifos do autor):

²⁶ A noção de forma-sujeito é uma releitura da acepção lacaniana de imaginário, uma vez que se refere às propriedades discursivas do “EGO, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com sua realidade)” (PÊCHEUX, 1995, p. 163). Pêcheux (1995) acrescenta que assim como o Outro lacaniano e o Sujeito althusseriano, o interdiscurso também é um determinante que constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior). Para Teixeira (2005), a associação entre o Sujeito althusseriano e o Outro lacaniano é equivocada porque “coloca o sujeito como predominantemente tomado pelo *imaginário* e o *simbólico*, desconhecendo que, de acordo com Lacan, é das amarras do nó dos três registros – real, imaginário e simbólico – que ele depende para se constituir” (TEIXEIRA, 2005, p. 18, grifos da autora).

²⁷ Essa tomada de posição, conforme Pêcheux (1995, p. 171-172), “não é um ‘ato imaginário’ do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como

Não se trata de dizer que uma prática (discursiva ou não) seja a *prática de sujeitos* (no sentido dos atos, ações, atividades de um sujeito – isso seria cair no golpe do que chamamos o “efeito Münchhausen²⁸!”), mas sim de como constatar que todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável” (...) essa interpelação supõe necessariamente um *desdobramento* constitutivo de sujeito do discurso, de forma que um dos termos representa o “locutor”, ou aquele a que se habituou chamar o “sujeito da enunciação”, na medida em que lhe é “atribuído o encargo pelos conteúdos colocados” – portanto, o sujeito que “toma posição”, com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade, etc. – e o outro termo representa “o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal”.

Segundo Pêcheux (1995, p. 215), esse desdobramento do sujeito pode assumir diferentes modalidades sendo que duas das quais são “evidentes”. A primeira modalidade seria uma superposição entre sujeito do discurso e sujeito universal da FD. O sujeito do discurso se identifica plenamente com a forma-sujeito da FD que o afeta, caracterizando o “discurso do bom sujeito”. Essa superposição do sujeito do discurso com a forma-sujeito revela a unicidade imaginária do sujeito.

A segunda modalidade de tomada de posição caracterizaria o “discurso do mau sujeito” que se contrapõe à forma-sujeito e aos saberes que ela organiza no interior da FD em que se identifica. Isso representaria uma dúvida, revolta, questionamento, contestação, enfim, uma contraidentificação com a forma-sujeito da FD que o afeta instituindo-se como uma forma de resistência. Essa superposição imperfeita e incompleta resulta um recuo que permite a instauração da diferença, da dúvida, da contradição no âmbito dos saberes da FD, fazendo surgir outras posições-sujeito em seu interior. Disso resulta o discurso outro, a alteridade e também no entendimento da FD como heterogênea. Indursky e Ferreira (2007, p. 168) explicitam a segunda modalidade do sujeito da seguinte maneira:

Saberes que não fazem parte de uma determinada FD, em um determinado momento e em uma dada conjuntura, passam a integrá-la, aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD. E é aí que as diferentes modalidades de tomada de posição assumem seu papel, produzindo o entrelaçamento entre o mesmo e o diferente, vindo de outro lugar, de outro discurso, de outra FD.

discurso-transverso, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo, na medida em que ela ‘se volta sobre si mesma’ para se atravessar.”

²⁸ Pêcheux (1995, p. 157) atribui esse nome ao efeito fantástico pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito, em memória ao livro que contava as histórias absurdas do imortal barão de Münchhausen que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos.

Além dessas duas modalidades, Pêcheux (1995, p. 217) acrescenta uma terceira modalidade que consiste numa “desidentificação”, uma tomada de posição não subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito e não sua simples anulação. O sujeito do discurso desidentifica-se, inconscientemente, de uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva e sua forma-sujeito mas, nem por isso, implicando um processo de desassujeitamento ou dessubjetivização. Nas palavras de Pêcheux (1995, p. 218-219, grifos do autor):

A ideologia – “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo).

Assim, o homem, como um animal ideológico, está sempre identificado a alguma ideologia, seja ela qual for. Todavia, em outro estágio de suas reflexões, Pêcheux (1995) reconhece que não há mais espaço para o “bom-sujeito” – a forma-sujeito regula, mas não garante a identificação plena. O autor esclarece que “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas²⁹; enfraquecimento e brechas [...]”, “uma palavra pela outra é a definição da metáfora³⁰, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (PÊCHEUX, 1995, p. 301) e vai mais além ao concluir seu texto de forma brilhante afirmando que:

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”.
- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo” (PÊCHEUX, 1995, p. 304).

São essas duas últimas observações que colocam a partir de então e definitivamente o tema da heterogeneidade. Ocorre aí uma retificação do percurso teórico de Pêcheux e novas formulações são introduzidas na teoria discursiva através do texto “Remontémons de Foucault a Spinoza” (1980) no qual Pêcheux atualiza a questão da ideologia e da formação discursiva.

²⁹ Consideração escrita no texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno francês: início de uma retificação” (1978) em que Pêcheux aborda falhas na interpelação da ideologia dominante, por meio de contradições estabelecidas por lapsos, atos falhos, equívocos, enfim, o non-sense que inscreve os traços de resistência e revolta, e por onde sobressai o discurso-outro produzindo um sentido pelo deslizamento do significante indicando falha na interpelação e na reprodução.

³⁰ Para Pêcheux (1995, p. 300), “o sentido é produzido no ‘non-sens’” sob “o primado da metáfora”. Dessa forma, certos sentidos que são constituídos a partir de uma determinada interpelação/identificação, a partir de certo momento, podem ser questionados e um sentido pode tornar-se outro.

Nesse trabalho, Pêcheux expõe a categoria da contradição ainda influenciado pelas ideias de Althusser e afirma que para uma teoria de discurso político é necessário o engajamento em uma prática política e simultaneamente uma tomada de posição na luta histórica de classes. Tal opção não faria parte dos planos de filósofos da linguagem ou de linguistas. Pêcheux (1980) também traz ao debate o pensamento dos filósofos Foucault e Spinoza que teorizaram sobre o discurso e confronta estes com alguns aspectos de seus escritos.

No decorrer das suas exposições, Pêcheux (1980) mostra que a prática discursiva não é um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo, mas uma possibilidade de expressão de sentidos divididos e que as classes sociais não são universos fechados, elas apresentam problemas análogos apesar de serem antagônicas. A dominação acontece por uma relação de desigualdade que faz com que a classe dominante tenha suas ideias revestidas de universalidade, como se fossem comuns a toda a sociedade, como se houvesse uma sociedade homogênea.

Quanto à ideologia, o autor postula que “uma ideologia não é idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 1980, p. 192), “trata-se de pensar a contradição de dois mundos em um só” (PÊCHEUX, 1980, p. 195). Eagleton (1996, p. 186) exemplifica essa relação da seguinte maneira:

não pode haver classe burguesa sem um proletariado, ou vice-versa, a ideologia típica de cada uma dessas classes é constituída até a raiz pela ideologia de seu antagonista. As ideologias dominantes têm que se comprometer efetivamente com a experiência vivida das classes subalternas; e a maneira como essas classes subalternas vivenciam seu mundo é tipicamente moldada e influenciada pelas ideologias dominantes.

A partir de então, para Pêcheux, toda a formação ideológica deve ser analisada sob um enfoque regional e de classe³¹, sendo que o enfoque regional está ligado a elementos culturais como moral, Deus, o conhecimento, o Direito. Uma formação discursiva é então denominada como “modalidade pela qual se designam (em palavras e em escritos) estas ‘coisas’, ao mesmo tempo idênticas e divididas” (PÊCHEUX, 1980, p. 196). Por conseguinte, a formação discursiva passa a ser vista não mais em termos de uma homogeneidade, mas como unidade dividida. Conforme Indursky e Ferreira (2007, p. 169):

Vale dizer, pois, que, se a ideologia não é idêntica a si mesma, a formação discursiva, por idênticas razões, também é, a um só tempo, idêntica e dividida. Isto significa que seu domínio de saber comporta identificação, isto é, reduplicação da identificação, mas

³¹ Valemo-nos aqui também das considerações de Hall (2005, p. 20) sobre a classe dizendo que só ela “não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas”.

também diferença e divergência. Ou seja, a contra-identificação é responsável pela introdução da contradição no âmbito da FD. E a consequência direta disso é que a igualdade dos sentidos e unicidade do sujeito dão lugar à diferença dos sentidos e a fragmentação da Forma-sujeito.

Então, não se trata mais de uma forma-sujeito única, mas sim de um conjunto de diferentes posições de sujeito em uma FD que também abriga a diferença e a ambiguidade em seu interior, cuja característica marcante é a contradição, que lhe é constitutiva. É preciso que “se aceite colocar a categoria da contradição ‘no âmago da sua existência’ [...] deixar de pensar uma FD como repetição na categoria do mesmo (ou do diferente) e de colocar em evidência todas as formas de alteridade constitutivas de sua existência” (COURTINE, 2009, p. 235-236).

Dessa forma, devido à maleabilidade das fronteiras da FD, novos saberes anteriormente alheios a um determinado domínio de saber podem, em determinadas condições, entrar para uma FD e transformá-la, assim como fragmentar a própria forma-sujeito e até mesmo instaurar uma nova posição-sujeito. Nesse último caso, a FD recebe não só saberes que lhe eram alheios, como também eram aí interditados causando o estranhamento de sentidos da referida FD, situação que traz para o interior da identidade a alteridade. Essas são as falhas no ritual que Indursky e Ferreira (2007, p. 171) comentam:

[...] falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los. Da mesma forma, é porque o ritual esta sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD.

Essa instabilidade e dispersão dos sentidos faz com que o próprio Pêcheux em *A análise do discurso: três épocas* (1983-1997b) questione a noção de FD: “Assim, a insistência da alteridade discursiva coloca em causa o fechamento dessa identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez também a de formação discursiva” (PÊCHEUX, 1997b, p. 315). Pêcheux e Fuchs já teriam escrito anteriormente algo a respeito em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* (1975-1997) sobre:

a dificuldade de caracterizar as fronteiras reais dos objetos reais que correspondem aos conceitos... (p.ex., formação ideológica, formação discursiva, condições de produção). Essa ‘dificuldade’ não é efeito apenas de um malfadado acaso mas resulta da contradição existente entre a natureza destes conceitos e o uso espontaneamente imobilista e classificatório [...] (1997, p. 168).

Não é nada fácil trabalhar com uma FD heterogênea, não tem como o analista de discurso não se inscrever dentro dessa agitação e tensão dos sentidos, ele acaba tomando uma posição ao realizar o seu gesto de interpretação analítica.

Nesse sentido, terminamos esse percurso sobre a FD fazendo nossas as palavras de Indursky e Ferreira (2007, p. 171-172, grifos nossos):

Penso que *é difícil suportar a diferença*, mas é ela que mostra que a FD, e não apenas o discurso, é o lugar de tensão e não apenas de segurança. Expulsar a diferença, a divergência, enfim a alteridade e a contradição que ela introduz, consiste em trabalhar com universos logicamente estabilizados os quais Pêcheux tanto criticou. Portanto, *a FD merece que lutemos por ela*, desde que tenhamos clareza de que ela não pode ser tratada como uma maquinaria discursiva fechada.

Ou seja, cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inserindo-o nas questões linguísticas e também históricas, procurando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas. Relembrando uma frase instigante de Foucault (1972, p. 187) “analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições; é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”. Sob essa ótica, a FD é um espaço de inumeráveis dissensões em que atuam oposições (contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade) cujos níveis e papéis devem ser observados não com o objetivo de nivelá-las ou pacificá-las em formas gerais do pensamento, mas de descrever o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam.

No próximo capítulo mostraremos a trajetória do conceito de imaginário na Análise do Discurso, desde o conceito sobre as formações imaginárias presente na *Análise Automática do Discurso* de 1969, passando pelas evidências imaginárias até a seu registro ao lado de outras duas instâncias psíquicas, o real e o simbólico.

2. O IMAGINÁRIO NA TRAMA DOS SENTIDOS

Foi a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar) quer dizer: que este “quer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o “quer dizer” do discurso do inconsciente – este fundo duplo do qual a linguística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e condições formais.

(Louis Althusser)

Neste capítulo traremos à baila a trajetória do conceito de imaginário na AD, tendo em vista que ele é o fio condutor do nosso estudo, é o lugar onde ocorrem as representações de Brasil, brasileiro no *corpus* proposto. Sua importância se deve ao fato de que “ao dizer ‘eu’ desse lugar imaginário e identificado à formação discursiva que o domina, o sujeito materializa sua inserção na história, mostra um percurso de sentidos na língua e, ao mesmo tempo, se coloca a mercê do jogo dos significantes” (MARIANI, 2003, p. 70). Por isso, faz-se necessário traçar o percurso dessa noção na teoria discursiva.

2.1. A evolução do conceito de imaginário em AD

Existem duas acepções concomitantes para a noção de imaginário em AD: uma é a de que o imaginário advém do social, da história ideológica nas formações sociais, e a outra a de que é um dos registros da ordem psíquica. Essas duas acepções coexistem no processo da enunciação. Segundo Pêcheux (1995), o sujeito é guiado por um desejo de completude buscando construir-se ilusoriamente como uno e autônomo, desconhecendo (esquecendo) sua constituição psíquica e ideológica, nesse sentido, o imaginário impede que o sujeito perceba ou reconheça que sua constituição é definitivamente marcada pela alteridade. Assim, o sujeito é constituído por um Outro da linguagem e um outro da historicidade (memória). O Outro com ‘O’ maiúsculo remete a Lacan, que designa o simbólico, o tesouro dos significantes, o inconsciente como “discurso Outro”. Já o outro com ‘o’ minúsculo relaciona-se ao interdiscurso – conjunto complexo de formações discursivas e ideológicas.

Conforme reconhece Pêcheux (1995), ficou por fazer uma reflexão mais profunda sobre os elementos que ligam essas duas instâncias constitutivas da subjetividade: ideologia e inconsciente. “De fato, não podemos mascarar por meio de fórmulas a ausência, cujo peso é

grande, de uma articulação conceptual elaborada ente ideologia e inconsciente: estamos ainda no estágio dos ‘vislumbres’ teóricos penetrando a obscuridade [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 152).

Discutir a questão do imaginário é adentrar num território movediço partindo da mobilização do real psicanalítico e pensando no estatuto lacunar das evidências imaginárias resultantes do processo de assujeitamento ideológico que Pêcheux (1995, p. 154) denomina como “o teatro da consciência” (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc.) observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer “Eu falo”.

A seguir, mostraremos o percurso teórico elaborado para a noção de imaginário em AD. Percurso que dialoga constantemente com a teoria marxista althusseriana e com a psicanálise Freud-lacanianana.

2.1.1. As formações imaginárias

Num primeiro momento teórico da produção de Michel Pêcheux, denominado como Análise Automática do Discurso (AAD-69)³², a questão do imaginário surge através da expressão “formações imaginárias”. Neste estudo, o autor começa a conceber sua teoria, que, com o decorrer dos anos, passa a receber elaborações mais definidas.

Pêcheux (1969-1997a) considera o discurso como um processo discursivo, ou seja, não é produto pronto para ser analisado, mas uma construção histórica e social de produção da linguagem no interior de um sistema de formações sociais. Esse processo discursivo integra mecanismos da ordem da fala – a linguagem em uso pelos indivíduos, porém coletivamente – e que estariam ligados à situação em que o discurso é produzido. Nas palavras de Pêcheux, o estudo do processo discursivo supõe duas ordens de pesquisas (1997a, p. 74-75, grifos do autor):

³² Na tese universitária defendida por Pêcheux em 1968 e publicada em 1969 chama atenção o fato de quase não existir nenhuma referência sobre a questão da psicanálise e do materialismo histórico uma vez que, antes da obra mencionada, o autor havia publicado dois textos sob o pseudônimo de Thomas Herbert em que abordava esses assuntos. Segundo Henry (1997, p. 14) “Não há no livro, senão uma única referência a uma “teoria das ideologias” e a uma “teoria do inconsciente”, em uma nota de rodapé. Nesta nota, MP diz somente que a teoria do discurso, tal como ele concebe, não pode ocupar o lugar destas teorias, mas pode intervir em seu campo”. Para Gadet (1997, p. 49) poderia ser uma estratégia universitária do autor, que teria optado por estar de acordo com os objetivos piagetianos do diretor da coleção, François Bresson, na qual seria publicada sua tese, ou talvez pela sua participação na seção de psicofisiologia e psicologia do *Centre National de La Recherche Scientifique*, seção fortemente dominada pelas concepções positivistas, cujos partidários jamais esconderam sua hostilidade para com a Psicanálise.

- o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção³³ particulares considerados sobre o “fundo invariante” da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais).
- o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* – e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel do *contexto* ou à *situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão.³⁴

Conforme postula Pêcheux em AAD 69 (1997a), um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: situa-se no interior da relação de forças existentes entre elementos antagonistas de um determinado campo. Isso porque, para a Análise de Discurso, as palavras significam diferente de acordo com a posição daqueles que as sustentam.

Assim, se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de forças, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno (ORLANDI, 2000, p. 39-40).

O discurso deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele “orquestra” os termos principais ou anula os argumentos. Em outras palavras, o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio³⁵, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar proveito.

Significa que o orador experimenta de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o “espera”. Essa antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso. Quanto ao ouvinte, ele pode bloquear o discurso ou apoiá-lo por meio de intervenções diretas ou indiretas, verbais ou não verbais. Nas palavras de Orlandi,

³³ Para Pêcheux, o termo “processo de produção” designa o conjunto de mecanismo formais que produzem um discurso tipo dado em “circunstâncias” dadas.

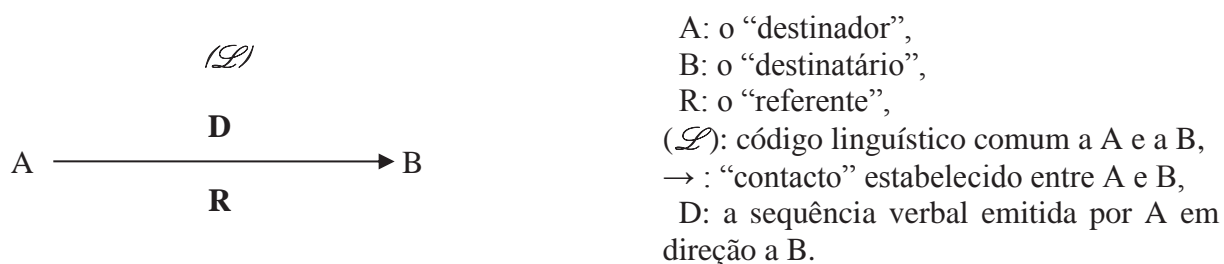
³⁴ Nessa época, o termo discurso ainda não tinha o estatuto teórico bem nítido. Parte-se da ideia de discurso como um mecanismo em funcionamento, isto é, pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada.

³⁵ Essa é a primeira menção de Pêcheux à sustentação do discurso sobre um discurso prévio.

segundo o mecanismo de antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (2000, p. 41)

Dessa forma, fica evidente que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1997a, p. 79)

Pensando na especificação dos elementos que integram as condições de produção, Pêcheux (1997a) reformula o esquema informacional do linguista Roman Jakobson. O esquema torna-se então:



De acordo com esse esquema, um destinador (A) envia uma mensagem (D) a um destinatário (B), que deverá decodificá-la no código (L) em que foi veiculada. A mensagem deve remeter a um referente (R) e requer um contato (\rightarrow), isto é, um canal físico entre os interlocutores.

Pêcheux (1997a) pretere o termo “mensagem” pelo elemento “discurso”, explicando que não se trata necessariamente de uma transmissão de informações entre A e B, mas, de modo geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. Pêcheux deixa claro que A e B não são presenças físicas de organismos humanos individuais, mas designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa, etc.), do funcionário da repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. Pêcheux (1997a, p. 82, grifos do autor) relata que

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem para *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações).

Segundo Pêcheux (1997a, p. 83), todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias³⁶, as quais ele apresenta da seguinte maneira:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Figura 2 – Quadro das formações imaginárias das imagens dos protagonistas sobre seus lugares sociais.
Fonte: Adaptado de Pêcheux (1997a)

Pêcheux (1997a, p. 84) formula um quadro em que é possível visualizar o modo pelo qual a posição dos protagonistas do discurso intervém no âmbito das condições de produção do discurso. Convém ressaltar que o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso está inclusa nas condições de produção. Assim sendo, o referente também é um objeto imaginário (o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física. Conforme vamos observar na figura 3:

Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A $I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B $I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

³⁶ A primeira menção ao imaginário na Análise do Discurso é feita através da noção de formações imaginárias

FIGURA 3 – Quadro das formações imaginárias das imagens dos interlocutores sobre os referentes.
Fonte: Adaptado de Pêcheux (1997a)

As diversas formações imaginárias resultam de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas deram origem a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco³⁷.

Portanto, o objeto investigativo do discurso é o de analisar a ligação entre as relações de força (exteriores à situação do discurso) e as relações de sentido próprias a uma estrutura social dada, Pêcheux (1997a) trata o discurso do sujeito sociológico como representativo da relação entre sua situação (socioeconômica) e sua posição (ideológica) na estrutura.

No texto *Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969*, Gadet et al. (1997, p. 52) relatam que, nessa época, Pêcheux estava “orientado para um horizonte teórico implicitamente dominado por um fantasma da articulação entre o materialismo histórico, peça dominante, e a teoria do inconsciente, contribuição regional”. Esse fantasma, que para Pêcheux era ora objeto de rejeição, ora de fascínio, aparece através da persistência à alusão da psicologia social mesmo que se buscasse apagar essas marcas. Gadet et al. (1997, p.54) atestam essa opacidade da AAD, afirmando que:

Se A e B não são – é certo – indivíduos, indivíduos caros à psicologia empírica, se “esses elementos A e B” representam lugares, esses lugares continuam enigmáticos, pois são lugares de sujeitos (patrões, funcionários de repartição, operários) que são outros tantos, isto é, representações imaginárias não atestadas como tais, pois justamente esses lugares são considerados como sede de representações imaginárias determinadas pela estrutura econômica e tidas como escapadiças ao domínio desses sujeitos.

Assim, Pêcheux (1997a), comprometido com a teoria marxista das formações sociais, via o real econômico (exterioridade) como estruturalmente determinante em última instância. Tal postura acaba impedindo que outras determinações viessem aí se colocar, não há fissura ou ruptura entre o real do nível considerado e a linguagem, esta é pensada como não tendo lacunas. O Outro é, nesse momento da teoria, “pensado como completo, não comportando em si, por sua vez, falta alguma, o que inevitavelmente levará a impasses sérios no que respeita à articulação com a teoria psicanalítica” (LEITE, 1994, p. 114).

Todavia, esses empecilhos diminuem, da mesma forma que o fantasma da articulação, na medida em que a obra de Pêcheux vai se desenvolvendo, especialmente quando da publicação de

³⁷ As formações imaginárias são constituídas pelo “já dito” e “já ouvido”, expressões que antecedem a noção de pré-construído, desenvolvida por Pêcheux em outro momento de sua teorização.

Althusser denominada *Aparelhos Ideológicos de Estado* em 1970, trazendo um alento inesperado³⁸ porém não resolutivo para a AD.

Na sequência, abordaremos o modo como a noção de formações imaginárias é redimensionada numa fase posterior da teoria discursiva.

2.1.2. As evidências imaginárias

Um segundo momento da Análise do Discurso volta-se para uma crítica à Análise Automática do Discurso (AAD-69), com o objetivo de retificar erros e constatar certas dificuldades, uma vez que esse texto suscitou muitas interpretações contraditórias, principalmente referentes às “condições de produção”:

esta ambiguidade residia no fato de que o termo “condições de produção” designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a “situação” no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo etc. No limite, as condições de produção neste último sentido determinariam “a situação vivida pelo sujeito” no sentido de variável subjetiva (“atitudes”, “representações” etc.) inerentes a uma situação experimental. Podemos agora precisar que a primeira definição se opõe a segunda como o real ao imaginário, e o que faltava no texto de 1969 era precisamente uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real. (...) Em outros termos, o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 170-171).

Dessa forma, Pêcheux esclarece que na AAD-69, a abordagem teórica não trazia um discernimento sobre as designações do conceito “condições de produção”, o termo tanto poderia ser empregado para uma situação concreta, institucional e material, como também para o efeito das relações de lugar onde se inscreve o sujeito, gerando uma confusão entre real e imaginário.

No texto *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* (1975-1997), os autores Michel Pêcheux e Catherine Fuchs iniciam apresentando o quadro epistemológico da AD baseado na articulação de três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendida aí como a teoria das ideologias; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Acrescente-se ainda que essas três regiões (cujos conceitos básicos são os de formação social, língua e discurso) estão de certa maneira atravessadas pela referência a uma teoria da subjetividade – de natureza psicanalítica.

³⁸ A teoria de Althusser (1992) que explicita a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, fornece subsídios para Pêcheux formular a sua teoria não subjetiva da subjetividade.

Com relação ao materialismo histórico, Pêcheux e Fuchs (1997) esclarecem que o que os interessa é a ligação entre a superestrutura ideológica e o modo de produção que domina uma determinada formação social. Esses autores consideram insuficiente a ideia de uma superestrutura ideológica como expressão da base econômica. Dessa forma, a ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica, sendo que em última instância o seu funcionamento deve ser concebido pelo aspecto econômico, na medida em que aparece como uma das condições (não econômicas) da reprodução das relações de produção³⁹ inerentes a essa base econômica. Essa concepção da instância ideológica, que vai permitir a Pêcheux chegar à representação do “exterior da língua”, é caudatária do trabalho de Althusser sobre as ideologias.

Na reprodução das relações de produção, uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da “interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Nas palavras de Althusser (1992, p. 96, grifos do autor),

Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos de *interpelação* que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!”

Ou seja, isso acontece sem que o indivíduo tome consciência disso e até tenha a impressão de que é o senhor de sua própria vontade, sendo levado a ocupar seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas. As classes sociais, assim constituídas, mantêm relações que são reproduzidas continuamente e garantidas materialmente pelo que Althusser (1992) denominou de AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado). Os AIE são realidades complexas que colocam em jogo práticas associadas a lugares ou a relação de lugares que remetem à relação de classe. Em um dado momento histórico e no interior mesmo desses aparelhos, as relações de classe podem caracterizar-se pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas se organizam de forma a manter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação. Essa organização de posições políticas e ideológicas é que constitui as formações ideológicas que desempenham, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção.

³⁹ Segundo a sociologia funcionalista, as relações de produção seriam fixadas numa repetição eterna, porém, na realidade, à medida que as relações de produção correspondem a relações de classe, o ideal é falar em reprodução-transformação das relações de produção. Nesse sentido, o materialismo histórico deixa a desejar.

Para Pêcheux e Fuchs (1997) o discurso compõe um dos aspectos materiais da ideologia, é pertencente ao gênero ideológico. Em outras palavras, a formação ideológica (FI) tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas (FDs) interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. O que significa que os discursos são governados por formações ideológicas, tese esboçada por Althusser (1992)⁴⁰, mas não desenvolvida por ele.

Os aspectos ideológicos e políticos no discurso apresentam-se semanticamente relevantes, pois refletem na interação entre os sujeitos, o lugar histórico-social de onde o discurso é produzido. Nas palavras de Fernandes (2007, p. 62):

as relações de poder constroem-se e as representações de poder confrontam e alteram-se, mudando, conseqüentemente o lugar de onde vozes produzem enunciações, de onde os discursos são produzidos. As relações de poder são preenchidas politicamente por ideologia e, em conformidade com as mudanças que sofrem, diferentes vozes ideológicas enunciam construindo diferentes rumos na História. As alterações político-ideológicas nos discursos decorrem da mudança de sujeitos em cena, ou da transformação dos sujeitos na linha do tempo, o que implica mudanças no espaço social. Na verdade, novas perspectivas políticas e ideológicas, que provocam o surgimento de um novo cenário sociocultural, são aspectos inerentes à formação de um discurso.

Pêcheux e Fuchs (1997) esclarecem então de que maneira ocorre a interpelação ideológica do sujeito, realizada pelas formações discursivas, sem que ele tome consciência disso. Segundo os autores, podemos distinguir duas formas de esquecimento⁴¹ no discurso.

O esquecimento número um, também chamado de ideológico, é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Através dele temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na verdade, retomamos sentidos pré-existentes. Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso nos faz lembrar Bakhtin (1993, p.88) quando escreve que as palavras são, sempre e inevitavelmente, as palavras dos outros:

Somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro. Nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência socialmente sustentada.”

⁴⁰ Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser (1992) escreveu sobre as materialidades da ideologia e comentou que apresentavam diferentes modalidades. O autor cita dentre essas modalidades um discurso verbal interno (a consciência) ou um discurso verbal externo, indicando que o discurso era uma das formas de realização do ideológico.

⁴¹ Em nota, os autores Pêcheux e Fuchs (1997, p. 238) explicam que o termo “esquecimento”, nesse caso, não remete a um distúrbio individual da memória. Designa, por mais estranho que pareça, o que nunca foi sabido e que, no entanto, toca o mais próximo o “sujeito falante”.

Assim sendo, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. Por esse esquecimento o sujeito apaga, rejeita, inconscientemente, qualquer elemento que remete ao exterior da sua formação discursiva; por ele é que o sujeito “recusa” essa e não outra sequência para que obtenha esse e não outro sentido. Isso se faz necessário para que haja sentidos e sujeitos. Orlandi (2000, p.36) esclarece:

É por isso que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem sujeitos.

O esquecimento número dois é da ordem da enunciação que atesta que a sintaxe significa (o modo de dizer não é indiferente aos sentidos): pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, porém, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer podia ser outro, mas nem sempre temos consciência disso. Este é um esquecimento parcial, semiconscente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a essa margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos.

Continuando esse raciocínio, é possível perceber na relação desses dois esquecimentos a prerrogativa do não-dito pelo dito, em outras palavras, o não-afirmado precede e domina o afirmado:

é preciso não perder de vista que *o recalque que caracteriza o “esquecimento nº1” regula, afinal de contas, a relação entre dito e não-dito no “esquecimento nº2”, onde se estrutura a sequência discursiva. Isto deve ser compreendido no sentido em que, para Lacan, “todo discurso é ocultação do inconsciente” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 178, grifo nosso).*

A mobilização desses dois esquecimentos vai ao encontro do que Pêcheux propunha com uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua concreta situação de enunciador, configurando-se a primeira ligação entre enunciação e imaginário que estabelece uma via para a análise dos mecanismos enunciativos. Conforme os autores postulam:

Esta oposição entre os dois tipos de esquecimento tem relação com a oposição já mencionada entre a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu (“outro” com *o* minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo “Outro” com *O* maiúsculo: neste sentido, o monólogo é um caso

particular do diálogo e da interpelação (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 177, grifo dos autores).

Dessa forma, Pêcheux escapa do fantasma da articulação trazendo à teoria althusseriana uma explanação da psicanálise sobre como o sujeito esquece as determinações que o afetam. Porém, de acordo com Pêcheux e Fuchs (1997, p. 177), o intuito não é com isso “resolver a questão da relação entre ideologia, inconsciente e discursividade”, mas apenas “caracterizar o fato de que uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo *por aquilo que aí é estritamente não-formulável [...]*”.

É interessante observar que a ilusão subjetiva que sustenta o funcionamento da ideologia, conforme vai sendo significanda dentro da teoria psicanalítica, “autoriza a leitura de que neste momento teórico há uma relação de subordinação lógica do ideológico para com o inconsciente” (LEITE, 1994, p. 140), ou seja, só há ideológico porque há inconsciente, sendo impossível pensar o contrário neste quadro teórico.

Pêcheux (1975-1995) aproxima-se ainda mais das ideias de Althusser através da obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. As reflexões que aí se encontram são marcadas pela leitura althusseriana para os conceitos trabalhados por Freud e aprofundados por Lacan. Pêcheux também remonta ao filósofo marxista ao abordar o processo de interpelação ideológica produzindo duas evidências: a do sujeito e a do sentido, baseando-se nas ideias propostas por Althusser (1992, p. 95, grifo do autor), como por exemplo:

você e eu somos *sempre* sujeito e que, enquanto tais, praticamos ininterruptamente os rituais do reconhecimento ideológico, que nos garantem que somos de fato sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis. O que escrevo neste momento e a leitura que vocês fazem neste momento estão entre os rituais de reconhecimento ideológico, inclusive a “evidência” através da qual pode se impor a vocês a “verdade” ou o “erro” de minhas reflexões.

Assim, a ideologia tem a função de produzir essas evidências discretamente e impô-las aos sujeitos, ela determina a todos, inclusive aqueles que acreditam ser objetivos em seus discursos como ocorre no âmbito científico. Althusser também postula que a transparência da linguagem defendida pelos linguistas não é uma propriedade do sistema, mas uma “evidência” gerada pela intervenção da ideologia em todos os discursos.

Diante do exposto, o entendimento da questão das “evidências” no campo da linguística é tratado por Pêcheux (1995) como a “ignorância das causas”, produzindo uma inversão típica do funcionamento ideológico, vale dizer, sujeito e sentido, enquanto “evidências”. Tal entendimento é tomado como anterioridade lógica causal, lá onde se dão, via simbólico, como efeitos do real.

Pêcheux (1995) trava um embate com o idealismo uma vez que este não constitui verdadeiramente uma posição epistemológica defensável, pois suas teses são firmadas sobre “evidências” produzidas como efeito do pensamento, sustentando o primado do pensamento sobre o ser. Segundo Leite (1994, p. 151), “o sujeito do cogito⁴² cartesiano, assentando no pensamento a garantia de existência/ser, ilustra de forma exemplar o funcionamento da ilusão subjetiva, naquilo que toma o efeito pela causa”. Pêcheux (1995, p. 260) critica essa acepção idealista: “nenhum sujeito é, como tal, sua causa: pelo contrário, é nessas representações que o sujeito se instalará, sentindo-se ‘aprisionado’, identificado com a completa estranheza de uma evidência familiar [...]. Como já sublinhamos, o não-dito precede e domina a asserção”.

A postura dos idealistas não reconhece a sobredeterminação simbólica, ou seja, da existência de um inconsciente. Para Leite (1994, p. 150), este aspecto é relevante “na medida em que possibilita aproximarmos o lugar de compatibilidade teórica de um projeto materialista e a psicanálise, enquanto teoria que enuncia o princípio da sobredeterminação⁴³ simbólica dos fenômenos psíquicos”. A descoberta freudiana do inconsciente denuncia a ilusão subjetiva ao afirmar que a garantia do ser se funda lá onde o sujeito não pensa pensar. Nas palavras de Hall (2005, p. 36):

A teoria de Freud de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma “lógica” muito diferente daquela da Razão, arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada – o “penso, logo existo”, do sujeito de Descartes.

Pêcheux (1995) considera então, que as questões relativas à língua são inseparáveis dos conceitos de ideologia e de inconsciente e eles estão presentes na constituição do sujeito pela linguagem, ou seja, no processo de interpelação ideológica que

fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

O caráter material do sentido é uma evidência para o sujeito “do todo complexo das formações ideológicas”. Dito de outra forma, na verdade não existe sentido literal para o

⁴² Trata-se do sujeito de Descartes com capacidade de raciocinar e pensar: “*Cogito, ergo sum*”, traduzindo “Penso, logo existo”.

⁴³ A sobredeterminação é um conceito cuja definição remete diretamente à descrição do inconsciente, conceito central da descoberta freudiana, enunciando a dimensão simbólica da determinação dos fenômenos psíquicos.

significante, o sentido é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Para Orlandi (1984, p. 22), “a literalidade não é um dado que preside ao uso, mas, isso sim, é produzida pelo uso [...] o sentido dominante é instituído nas diferentes instâncias da interlocução”. As palavras mudam de sentido conforme as posições ocupadas por aqueles que as empregam.

Dessa maneira, as considerações feitas por Pêcheux e Fuchs (1997) em *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* (1975) são melhor especificadas em Pêcheux (1995) no livro *Semântica e Discurso*, no qual o conceito de formações imaginárias é revisitado: a partir de então, as formações imaginárias passam a ser evidências, ilusões subjetivas do interdiscurso que “fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Ao trazer a noção de interdiscurso e seus elementos, o pré-construído e a articulação⁴⁴ que são incorporados no discurso e dissimulados como um já-dito, Pêcheux funda a unidade imaginária do sujeito.

Nessa etapa, foi necessária uma correção entre os conceitos de sujeito e ego na teoria, pois desde quando surgiu o conceito de formações imaginárias até a sua reformulação para evidências imaginárias houve uma equivalência indevida entre esses termos. De acordo com Leite (1994, p. 159), a confusão foi devido a “uma leitura da categoria do Outro como completo, ou não barrado (equivalente a pensar o campo do grande Outro como consistente)” até porque a causa desse problema é o fato de Pêcheux ter se baseado na leitura althusseriana de Lacan.

Althusser (1992), numa leitura equivocada dos textos psicanalíticos de Lacan, formulou o seu sujeito bem mais estável e coerente que o sujeito de Lacan que é marcado pelo inconsciente. Em tom de crítica, Eagleton (1996, p. 216) postula que

O sujeito imaginário de Althusser corresponde, na verdade, ao eu [*moi*] lacaniano, que é, para a teoria psicanalítica, meramente a ponta do *iceberg* do Eu [*je*]. É o eu, para Lacan, que se constitui no imaginário como uma entidade unificada; o sujeito “como um todo” é o efeito clivado, faltoso e desejante do inconsciente, que para Lacan, pertence ao “simbólico” e também à ordem imaginária [...]. Para Lacan, a dimensão imaginária de nosso ser é vazada e atravessada pelo desejo insaciável, o que sugere um sujeito bem mais volátil e turbulento que as entidades serenamente centradas de Althusser.

Com isso, Althusser (1992) exclui o desejo do sujeito, calando a possibilidade da rebeldia, ignorando que só de maneira ambígua e precária ele pode atingir o lugar que lhe é destinado na

⁴⁴ A articulação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 164, grifos do autor).

ordem social. O resultado desse erro é que Althusser teria produzido uma ideologia do ego e não do sujeito. Eagleton (1996, p. 217), sobre o tema, vai mais além, afirmando que:

O fato de, aparentemente, os amigos de Louis Althusser nunca haverem confundido seu animado grito de saudação na rua é oferecido como prova irrefutável de que a história da interpelação ideológica é invariavelmente bem-sucedida. Mas, será que é? E se deixarmos de reconhecer e responder ao chamado do Sujeito? E se lhe retrucamos: “Desculpe, você chamou a pessoa errada”? O fato de termos de ser interpelados como um tipo de sujeito está claro: a alternativa, para Lacan, seria ficarmos inteiramente fora da ordem simbólica, caindo na psicose.

Sendo assim, para o precursor da AD, nesse momento da teoria, as evidências não apresentavam “furos”, como se o sujeito só pudesse criar representações imaginárias produzidas pela formação ideológica a qual está filiado. Somente no anexo *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* é que Pêcheux (1995, p. 300-301, grifos do autor) reconhece que:

alguma coisa está falhando também do lado da Psicanálise, na referência feita à seus conceitos, e se concentra sobre a relação entre o *ego* e o *sujeito*. Tudo se passa, em *Vérités de La Palice*, como se o que foi dito *do sujeito* se confundisse tendencialmente com o que foi posto relativamente ao *ego* como “forma-sujeito” da ideologia jurídica, a ponto de que o funcionalismo, expulso politicamente pela porta, pudesse, apesar de todas as denegações, ter voltado a tamborilar pela janela psicanalítica, sob a forma de uma espécie de gênese do ego; a força de levar exageradamente a sério as ilusões do poder unificador da consciência.

Pêcheux mostra, mais uma vez, com esse engano, “o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação se encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto” (PÊCHEUX, 1995, p. 300). Convém enfatizar que essa questão marca “o germe do que podemos qualificar de um afastamento de Pêcheux com relação a Althusser, o que inaugura, para o nosso entendimento, uma ruptura no interior dos trabalhos de teorização, especificamente no que respeita à relação com a teoria psicanalítica” (LEITE, 1994, p. 159).

Prosseguiremos agora mobilizando a questão do imaginário num momento posterior da teoria discursiva em que a inclusão do real possibilitou uma significativa mudança.

2.1.3. Imaginário, simbólico e real

Esse momento é marcado por mudanças e desconstruções de conceitos que eram anteriormente pertinentes para a AD, um reflexo da crise do marxismo (principalmente o althusseriano) e do próprio campo da linguística. As análises dos discursos institucionalizados são

deslocadas agora para o âmbito do ordinário, onde o sujeito é encontrado, via história, pelo trabalho de memória, pela incessante retomada do já-dito, mostrando as heterogeneidades discursivas e novamente constatando que todo enunciado está “susceptível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente)” (PÊCHEUX, 1997c, p. 53).

Em seu trabalho *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983), Pêcheux (1997c) teoriza um estudo do discurso que não seja apenas a reprodução de sentidos já-dados como uma estrutura, mas que inclua a possibilidade de um novo sentido, uma reviravolta colocada em jogo pelo acontecimento. A noção de acontecimento é trazida como um fato novo, singular, imprevisível em seu contexto de atualidade e no espaço de memória, que ele convoca e reorganiza. Porém, isso não exclui a opacidade inscrita no jogo de alguns enunciados que remetem ao mesmo fato, mas que têm vários sentidos; em outras palavras:

as diferentes maneiras pelas quais é falado constituem diferentes significações para o que refere ao mesmo fato. Entretanto, isto não implica afirmar que este independe do discurso, uma vez que não há realidade pré-discursiva; trata-se, entretanto, de demonstrar de que maneira o acontecimento é significado (LEITE, 1994, p. 176).

O autor comenta a relação entre os universos logicamente estabilizados e as formulações irremediavelmente equívocas, investigando as relações do descritível e do interpretável. Para ele, os analistas de discurso devem determinar em suas práticas os momentos de descrição da estrutura linguística e de interpretação dos processos discursivos mostrando a presença do discurso-outro:

a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência (PÊCHEUX, 1997c, p. 54-55).

Os enunciados, descritos como estruturas linguísticas, são igualmente pontos de deriva passíveis de interpretação. Uma análise feita dessa forma colocaria o discurso, dialeticamente, na ordem da estrutura e também do acontecimento. Para o discípulo de Pêcheux, Courtine (1981-2009, p. 25, grifo do autor), uma análise feita dessa maneira deveria questionar:

Quem fala, qual o sujeito do discurso, e como é possível caracterizar a emergência do sujeito nos discursos? Do que fala o discurso, como *identificar* dentro dele a existência de temas determinados? Em quais condições, enfim, o discurso é produzido, mas também compreendido e interpretado? Em que medida tais condições inscrevem-se na relação do discurso com a língua? Como o exterior da língua se reflete na organização linguística dos elementos do discurso?

Então, Pêcheux (1997c) reconhece a importância do real – transformado daquele da psicanálise⁴⁵ – relacionando-o com a história e o inconsciente. O autor fala da existência de um real da língua⁴⁶ que tem a ver com a ordem da língua (ordem significante em funcionamento, marcada pela falha em que é impossível de se dizer e impossível de não se dizer). Essa impossibilidade de se dizer tudo é denominada em francês de *lalangue* e em português de “alingua”, diferenciando-se da noção de “língua” que é da ordem do todo, do possível. Pêcheux (1997c) cita também a existência de um real sócio-histórico da ordem da história “não como puro efeito imaginário, mas como lugar contraditório em que se materializam os equívocos, pontos que afetam a univocidade linguística do sujeito [...]” (MARIANI, 2003, p. 60). O equívoco que impede o sucesso total das identificações e obriga o sujeito a tomar uma posição, a interpretar. Conforme esclarece Pêcheux (1997c, p. 56),

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra [...].

Por isso, sempre pode haver deslizamento de sentidos, eles estão sempre suscetíveis a falhas e derivas. O sentido é constituído em meio à tensão entre o mundo real e o universo simbólico dos que interagem. Assim, para que se possa dizer que há real, é preciso fazer intervir o simbólico. Se houvesse só o real seria impossível haver discurso. O simbólico é condição para dizer, tanto que há real, quanto que o imaginário é o que estabelece tal relação. Vale dizer também que “frente à incompletude do simbólico e à sujeição ao real da língua, é no imaginário que o sujeito encontra refúgio enquanto ilusão necessária de sua unidade” (MARIANI, 2003, p. 57).

O reconhecimento da falha na identificação simbólica oferece uma resposta satisfatória à questão do desejo do Outro, restando então ao analista do discurso interpretar, ou seja, “construir seu estilo, vale dizer, contar sua fantasia, ultrapassando-a” (LEITE, 1994, p. 190), porém, o fazendo de forma responsável.

⁴⁵ Na obra de Lacan, o real é caracterizado como impossível, resistindo à simbolização e ocorrendo, por isso, como falta. O sujeito é constituído numa estrutura que suporta a falta, uma vez que os registros do simbólico e do imaginário sustentam o real. Para esse autor, o real que estrutura o sujeito do inconsciente se faz sem a interferência da ideologia. O real remete à noção de *objeto a*, causa da divisão do sujeito. É um objeto que não pode ser representado, é encontrado em fragmentos, ele aparece no espaço que a linguagem cria para além da necessidade fisiológica, no espaço da demanda, que nunca pode ser suprida pelo objeto da necessidade.

⁴⁶ O dizer é da ordem do “não todo” e esse “não todo” é o real da língua. Esse termo vem da psicanálise e foi desenvolvido na linguística por Milner. Essa perspectiva teórica de que em matéria de linguagem não se pode dizer tudo abre caminho para que se considere a existência do impossível da língua. O real da língua não se submete aos enquadramentos formais da língua lógica. Por isso se apresenta atravessado por falhas, furos e fissuras, que se evidenciam pela existência dos jogos de palavras, do absurdo, dos lapsos, enfim, das brincadeiras com a língua.

Não é nada fácil fazer interpretação em AD, o analista precisa trabalhar a interpretação enquanto dispersão de regularidades observando, conforme postula Ferreira (2005), o equívoco da história que é a ideologia, o equívoco do sujeito que é o inconsciente e o equívoco da língua que é o seu real (impossível) e sua relação com o simbólico. Podemos dizer que o trabalho do analista é “desvendar” por meio do seu gesto de interpretação os efeitos de sentido que aparecem no discurso.

Após apresentar o percurso da noção de imaginário para a Análise do Discurso, avançaremos para o próximo capítulo, no qual serão explicitadas a metodologia e as análises propostas.

3. TECENDO A METODOLOGIA E COSTURANDO AS ANÁLISES

Analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições; é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.

(Michel Foucault)

Para pensar a determinação e seus efeitos sobre o imaginário de “Brasil” e “brasileiro”, cabe ponderar, conforme já referimos anteriormente na seção 1.4.1, as condições de produção que se situam, de um lado, na emergência do acontecimento, de outro, na contingência histórica da luta de classes. Tratar das condições de produção do *corpus* de nossa pesquisa na emergência do acontecimento significa pensar a ruptura drástica das relações de produção dentro de um processo de democratização do país pelo sistema militar e o movimento das “Diretas Já⁴⁷”. Podemos dizer que a condição de “revolucionária” da MPB foi resultado das relações contraditórias entre a repressão política dos militares e a pressão social liderada por grupos de oposição (na voz dos intelectuais e uma grande parte do povo) em busca de anistia geral e irrestrita a todos os perseguidos políticos e da promessa de algumas reformas políticas e econômicas. Isso aconteceu em função, também, de um processo de silenciamento decorrente da censura e da resistência que esse grupo exerceu na busca da anistia. Cabe destacar, também, que o grupo que desempenhou essa resistência não o fez somente em função da anistia, mas também, e principalmente, em função da democratização do país e de melhores condições de vida.

3.1. Seleção do *corpus* e preparação das análises

Ao analisar o imaginário de “Brasil” e “brasileiro” no período de redemocratização do país, partiremos, primeiramente, “de um ‘universal discursivo’, entendido como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise para estabelecer um campo discursivo de referência, o qual se define como um tipo específico de discurso” (COURTINE, 2009, p.54). O universal discursivo que pretendemos analisar é o do rock brasileiro nos anos de 1980, uma vez que esse estilo musical estava em evidência na época e representava a resistência, a voz da contestação frente ao conturbado período de transição pelo qual o país estava passando. Assim, a música se torna um

⁴⁷ Diretas Já foi um movimento de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizou com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando a sociedade brasileira. Ainda assim, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial em janeiro do ano seguinte quando Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral.

rico documento de pesquisa, constituindo-se numa das mais expressivas manifestações culturais. A música nacional nos leva ao encontro de nós mesmos, retrata nossa identidade, através da qual podemos conhecer melhor a nossa história, a história de nossa cidade, de nosso estado, de nosso país.

Nosso corpus de referência é composto por cinco letras de músicas do rock nacional que foram muito tocadas na década de 1980, escritas por diferentes compositores e que fazem referência às temáticas “Brasil” e “brasileiro”. Mais adiante, veremos que essas músicas constituem discursos sobre o nosso país e povo fazendo parte de nossos processos de significação e construindo redes de filiações de sentidos. Pensamos ser esse um objeto de estudo muito interessante para mostrar a relação da língua com as ideologias e a contradição presente na materialidade discursiva, uma vez que “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações históricas dadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 213). Vale dizer que todas as músicas são práticas ideológicas pertencentes à mesma formação social dominada pelo modo de produção capitalista.

Para uma melhor visualização das sequências das músicas que constituem o *corpus* deste trabalho, elaboramos um quadro demonstrativo:

Músicas	Compositor(es)	Gravado por
1) <i>Aluga-se</i> (A)	Raul Seixas e Cláudio de Azevedo	Raul Seixas (1980)
2) <i>Inútil</i> (I)	Roger Moreira	Ultraje a Rigor (1985)
3) <i>Que país é esse?</i> (Q)	Renato Russo	Legião Urbana (1987) ⁴⁸
4) <i>Brasil</i> (B)	Cazuza, George Israel e Nilo Romero	Cazuza (1988)
5) <i>Perplexo</i> (P)	Herbert Vianna	Paralamas do Sucesso (1989)

FIGURA 4 – Quadro demonstrativo das músicas que serão analisadas.
Fonte: elaborado pela autora.

Segundo Courtine (2009, p. 54), “a constituição de um corpus discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano) hipóteses emitidas na definição dos objetivos da pesquisa”.

Assim, pretendemos analisar o imaginário de “Brasil” e “brasileiro” na década de 1980 através dessas músicas que fazem parte do rock nacional tentando identificar como o sujeito “se reconhece” como brasileiro e reconhece o seu país, ou seja, como é organizada sua relação com

⁴⁸ Embora essa música tenha sido composta em 1978, ou seja, antes do período que será analisado (1979-1989), ela só foi gravada pela banda Legião Urbana em 1987 e o seu sucesso nas rádios provém dessa época.

aquilo que o representa e, mais especificamente, de que forma o imaginário está inserido na materialidade discursiva, bem como a heterogeneidade (o outro) e o que isso representa em termos sócio-histórico-ideológicos, que interesses subjazem a essas representações.

Através do nosso *corpus* discursivo, selecionaremos algumas sequências discursivas (doravante também aparecerão abreviadas pela sigla SDs) que constituem recortes discursivos. Com a noção de recorte discursivo elaborada por Orlandi (1984, p. 14), diferencia-se a ação do linguista que segmenta a frase do gesto do analista do discurso que recorta o texto⁴⁹. “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva.”

Para evitar as repetições ao final de cada SD sobre as informações⁵⁰ referentes a cada música analisada, escolhemos uma sigla para denominar que determinada SD pertence a tal música. Assim, para a música *Aluga-se* teremos a sigla A, para a música *Inútil* utilizaremos a sigla I, para a música *Que País é esse?* teremos a sigla Q, para a música *Brasil* utilizaremos a sigla B e, finalmente, a música *Perplexo*, sinalizaremos com a letra P, isto é, cada música será representada pela letra inicial do seu nome e aparecerá por ordem cronológica de acordo com o ano de sua gravação.

Para melhor visualização e compreensão das análises, foram selecionados três recortes discursivos. O primeiro recorte compreenderá o imaginário que o brasileiro tem de si, ou seja, $I_A(A)$, através da determinação de brasileiro no funcionamento dos pronomes (SDs1 a 5) e da negação (SDs6 a 8). O segundo recorte abordará o imaginário que o brasileiro tem do outro, $I_A(B)$, através da (in)determinação desse outro, que também constitui o brasileiro no discurso relatado marcado e do discurso relatado indireto informal (SDs9 e 10), bem como no funcionamento da negação (SDs11 e 12), no funcionamento do efeito metafórico (redes parafrásticas – SDs13 a 15). O terceiro recorte apresenta o ponto de vista do brasileiro sobre o Brasil, a saber, $I_A(R)$, trazendo as determinações de Brasil no funcionamento da interrogação (SDs16 a 18) e no funcionamento da contradição (SDs19 a 22). Lembrando que, através desses recortes, analisaremos também o embate entre os dizeres pertencentes à Formação Discursiva Governamental e à Formação Discursiva de Resistência da MPB. Vamos ao quadro, então:

⁴⁹ Conforme Orlandi (1984, p. 14), “o texto é o todo em que se organizam os recortes. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva”.

⁵⁰ As informações são: nome da música, compositor(es) e o nome da banda ou intérprete juntamente com o seu ano de gravação. Todas essas informações podem ser conferidas na figura 4.

RECORTES		MÚSICAS
<p>Recorte 1 O Imaginário que o brasileiro tem de si I_A(A)</p>	1.1 – A determinação de brasileiro no funcionamento dos pronomes.	SD1 – “A solução pro nosso povo eu vou dá [...] nós não vamos pagar nada” (A) SD2 – “Ninguém respeita a Constituição/ mas todos acreditam no futuro da nação” (Q) SD3 – “Mas o Brasil vai ficar rico/ vamos faturar um milhão/ quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão” (Q) SD4 – “Inútel, a gente somos inútel” (I) SD5 – “Não penso mais no futuro/ é tudo imprevisível/ posso morrer de vergonha/ mas eu ainda estou vivo” (P)
	1.2 – A determinação de brasileiro no funcionamento da negação.	SD6 – “A gente não sabemos escolher presidente/ a gente não sabemos tomar conta da gente/ a gente não sabemos nem escovar os dente” (I) SD7 – “A gente faz carro e não sabe guiar/ a gente faz trilho e não tem trem pra botar/ a gente faz filho e não consegue criar/ a gente pede grana e não consegue pagar [...] A gente faz música e não consegue gravar/ a gente escreve livro e não consegue publicar/ a gente faz peça e não consegue encenar/ a gente joga bola e não consegue ganhar” (I) SD8 – “Desempregado, despejado, sem ter onde cair morto/ endividado sem ter mais com que pagar” (P)
<p>Recorte 2 O imaginário que o brasileiro tem do outro I_A(B)</p>	2.1 – A (in)determinação do outro no D.R.M. e no D.R.I.I. ⁵¹	SD9 – “Será que é o meu fim?/ Ver TV a cores/ na taba de um índio/ programada pra só dizer “sim, sim” (B) SD10 – “Mandaram avisar/ que agora tudo mudou/ eu quis acreditar/ outra mudança chegou/ fim da censura, do dinheiro, muda nome, corta zero/ entra na fila de outra fila pra pagar” (P)
	2.2 – A (in)determinação do outro no funcionamento da negação.	SD11 – “Não me ofereceram nem um cigarro/ fiquei na porta/ estacionando os carros/ não me elegeram chefe de nada/ o meu cartão de crédito é uma navalha [...] Não me sortearam a garota do Fantástico/ Não me subornaram” (B) SD12 – “Eu vou lutar/ eu sou Maguila/ não sou Tyson” (P)
	2.3 – A (in)determinação do outro no efeito metafórico redes parafrásticas.	SD13 – “Os estrangeiros/ eu sei que eles vão gostar/ tem o Atlântico/ tem vista pro mar/ a Amazônia é o jardim do quintal/ e o dólar deles/ paga o nosso mingau [...]” (A) SD14 – “Tem gringo pensando que nós é indigente [...]” (I) SD15 – “Não me convidaram/ pra esta festa pobre/que os homens armaram/ pra me convencer/ a pagar sem ver/ toda essa droga/ que já vem malhada/ antes de eu nascer[...] Brasil, mostra a tua cara, quero ver quem paga pra gente ficar assim!” (B)
<p>Recorte 3 O ponto de vista do brasileiro sobre o Brasil I_A(R)</p>	3.1 – As determinações de Brasil no funcionamento da interrogação.	SD 16 – “Que país é esse?” (Q) SD17 – “Brasil/ qual é o teu negócio?/ o nome do teu sócio?/ confia em mim... (B) SD18 – “Nesse país, nesse país, nesse país/ que alguém te disse que era nosso. Será?” (P)
	3.2 – As determinações de Brasil no funcionamento da contradição.	SD19 – “Negócio bom assim/ ninguém nunca viu/ tá tudo pronto aqui/ é só vim pegar/ a solução é alugar o Brasil! [...] É tudo free/ tá na hora/ agora é free/ vamo embora/ dá lugar pros gringo entrar/ esse imóvel está pra alugar” (A) SD20 – “Nas favelas, no Senado/ sujeira pra todo lado” (Q) SD21 – “No Amazonas, no Araguaia iá iá/ na baixada fluminense/ Mato Grosso, Minas Gerais e no nordeste/ tudo em paz/ na morte eu descanso/ mas o sangue anda solto/ manchando os papéis e

⁵¹ As siglas significam, respectivamente, Discurso Relatado Marcado e Discurso Relatado Indireto Informal.

		documentos fiéis/ ao descanso do patrão” (Q) SD22 – “Grande pátria/ desimportante/ em nenhum instante eu vou te trair” (B)
--	--	--

**FIGURA 5 – Quadro demonstrativo dos recortes e das respectivas seqüências discursivas que serão analisadas.
Fonte: elaborado pela autora.**

Vale lembrar que, para o estudo ao qual nos propomos, “a relação entre o sintático, o semântico e o pragmático não deve ter a forma de hierarquia, em que uma dimensão determina as outras. Ao contrário, essas diferentes dimensões devem conviver dinamicamente” (ORLANDI, 1984, p. 18). Dizendo de outra forma, para a AD a linguagem compreende muitas dimensões e todas elas são importantes. Trata-se de um estudo mais abrangente e isso quer dizer que:

vai mais fundo na sua natureza, ou seja, é aquele que perde menos de sua multiplicidade, de sua complexidade. É aquele que ousa aceitar que não há hierarquias, não há categorias estritas, ou níveis que possam servir de suporte para explicitar o que não dá para explicitar, nem simplificar o que não dá para simplificar, ou clarear o que, por natureza, se faz obscuro (ORLANDI, 1984, p. 24).

Procuramos, então, fazer uma análise mais abrangente que leva em consideração as condições de produção da linguagem, o processo de interação, isto é, o lugar social dos interlocutores, a relação de interlocução e as circunstâncias em que essa se realiza.

Diante do exposto, antes de começar com a análise propriamente dita descreveremos as condições de produção em que as músicas de nosso *corpus* surgiram.

3.2. “Brasil, mostra a tua cara!”

Tendo em vista as reflexões, em âmbito teórico e metodológico, que vêm sendo construídas até agora, dedicaremos as próximas páginas do presente trabalho ao resgate sócio-histórico de saberes do rock brasileiro, articulando-o à resistência para, dessa forma, buscar compreender as condições de produção da época que resultaram em determinados dizeres presentes na formação discursiva de resistência (FDR) e o processo de atravessamento dessa pela formação discursiva governamental (FDG).

Fazer esse resgate sócio-histórico é, na verdade, pensar as condições de formação dos saberes que perpassam a música brasileira, no recorte temporal escolhido para nossa pesquisa, e como esses saberes são reproduzidos e transformados nas diferentes FDs que emergem nos discursos estudados, especialmente os fatos históricos e sua presença (formulação) no intradiscurso

materializado nas letras de músicas do nosso *corpus*. Nessa perspectiva, no que concerne às condições de formação/produção dos saberes da MPB, cabe a ponderação de que esses discursos são marcados ainda pelas práticas sociais e políticas dos governos militares, o que significa que as condições de formação estão colocadas, por um lado, no eixo da memória, ou seja, o interdiscurso, uma vez que as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação [...] elas incluem o contexto sócio-histórico e ideológico” (ORLANDI, 2000, p. 30) e, por outro, na emergência da atualidade, ou seja, no intradiscurso.

Assim, o nosso ponto de partida, como diria Pêcheux parafraseando Marx, “não é o homem, o sujeito, a atividade humana, etc, mas, ainda uma vez, *as condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção*” (PÊCHEUX, 1995, p. 180, grifos do autor). Interessa-nos saber como essas relações estão no discurso, para isso é necessário fazer o entrecruzamento de três caminhos em nossas análises: o do acontecimento, da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação, ou seja, precisamos evocar o que é do domínio histórico e o que é do domínio linguístico percorrendo as urgências do cotidiano.

A música popular brasileira, que de certa forma ajuda a contar a história do Brasil nesse período, seria, décadas antes ao momento pesquisado, “inimaginável como música brasileira, pois já se fazia muito rock no Brasil, mas poucos conseguiam expressividade *pop* e viabilização comercial” (WORMS; COSTA, 2002, p.146). No entanto, a partir dos anos 1980, a indústria fonográfica enxergou nessas bandas de rock um mercado promissor. As letras abordavam temáticas políticas e sociais (reflexo do período de redemocratização) e seus cantores apresentavam uma grande capacidade de fazer críticas em tom de ironia.

Na materialidade dessas letras de música atesta-se o fato de que a língua significa porque a história intervém, uma história que reclama sentidos e o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história, um sujeito de linguagem que não é dono de seu dizer e também não tem a capacidade de dominar e controlar uma linguagem que não é transparente. Diante do exposto, a contribuição da AD consiste na reflexão sobre a opacidade e os equívocos presentes no uso dos signos e na análise sobre como “alguns significantes ‘tomam corpo’ na história, prendem-se a sentidos e se tornam signos para uma dada posição-sujeito de onde um sujeito enuncia em determinadas condições de produção, já interpelado pela ideologia, já falado pelo Outro” (MARIANI, 2003, p. 66).

Convém salientar que para a análise a que esse estudo se destina, temos como pano de fundo os acontecimentos dos últimos seis anos de governo militar, passando pela derrota da campanha pelas Diretas Já e pelo primeiro governo civil – que não foi resultado da eleição do povo – até chegar às eleições de 1989.

Segundo Piletti (1996), o poder ditatorial prolongou-se por longos 21 anos, de abril de 1964 a março de 1985, e apresentou duas fases distintas. A primeira fase, de recrudescimento, abrangeu os governos dos marechais Humberto de Alencar Castelo Branco (15/04/64 – 15/03/67) e Arthur da Costa e Silva (15/07/67 – 31/08/69), da junta militar (31/08/69 – 30/10/69) e do general Emílio Garrastazu Médici (30/10/69 – 15/03/74). A segunda fase, de recuo, teve a chamada “abertura lenta e gradual”, que se desenrolou nos governos dos generais Ernesto Geisel (15/03/74 – 15/03/79) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (15/03/79 – 15/03/85).

O coroamento da “abertura gradual” ocorreu com a extinção do AI – 5, o símbolo do arbítrio do regime militar. Através da Emenda Constitucional nº 11, aprovada em 13/10/78, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979, Geisel revogou os atos institucionais e complementares, ressalvados seus efeitos, que não poderiam ser julgados judicialmente. Quer dizer, o que está feito, está feito, mesmo que tenha sido arbitrário e contra os direitos dos cidadãos (PILETTI, 1996, p. 301).

Com a extinção do AI5 em 1979, os músicos puderam se expressar mais abertamente, cantando músicas de teor político. Inserida nesse contexto está a música *Que país é esse?* composta por Renato Russo em 1978 quando este ainda fazia parte da banda “Aborto Elétrico”. No entanto, essa música só foi gravada anos mais tarde, em 1987, pela banda Legião Urbana, da qual Renato fazia parte.

Em novembro de 1979 foi aprovada a “reforma partidária” que dissolveu os dois partidos políticos então existentes, ARENA e MDB. Com a inquestionável alegação de democratizar o sistema partidário, a reforma extinguiu o bipartidarismo, imposto pela força. Novos partidos foram criados com a obrigatoriedade da letra “P” na sigla. O MDB tentou manter-se inteiro. Por isso, seus líderes criaram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Da mesma forma, a Arena, criando o Partido Democrático Social (PDS), esperava manter seus integrantes e conseguir o apoio de outros. Os sindicalistas, juntamente com intelectuais e estudantes, criaram o Partido dos Trabalhadores (PT), com maior expressão em São Paulo. Os trabalhistas brigavam pela antiga sigla PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). O espólio de Getúlio Vargas foi disputado por sua sobrinha Ivete Vargas e pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Ivete ficou com a sigla, PTB, então Brizola não teve outra saída a não ser criar um novo partido, o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Os grupos mais conservadores do MDB uniram-se a ex-integrantes da Arena e formaram o Partido Popular (PP), que durou muito pouco, pois não conseguiu atender as exigências da legislação eleitoral de 1982, sendo, por conseguinte, incorporado ao PMDB.

O momento de abertura sofreu vários reveses no segundo semestre de 1980 e início de 1981. Muitos militares da “linha dura” temiam investigações a respeito dos abusos de poder que foram

cometidos desde o Golpe de 64, por isso iniciaram uma série de atos terroristas. Várias bancas de jornal que vendiam publicações ligadas à esquerda foram incendiadas. Apesar de todos os indícios apontarem para grupos de direita insatisfeitos com a abertura política, a polícia não fez questão de concluir nada a esse respeito.

De acordo com Piletti (1996), dois fatos merecem destaque pela sua gravidade. O primeiro ocorreu em 27 de agosto de 1980, com o envio de uma carta-bomba à sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Rio de Janeiro, que acabou matando a secretária da entidade. À mesma época, outra explosão ocorreria na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ferindo e mutilando um funcionário. O segundo fato importante ocorreu em 30 de abril de 1981 e ficou conhecido como episódio do Riocentro, aconteceu num show de música popular em comemoração ao 1º de maio⁵², o Dia do Trabalho. Milhares de pessoas estavam ali reunidas para comemorar quando, de repente, houve uma explosão no estacionamento. Um capitão e um sargento do exército esperavam, dentro de um carro Puma, o momento exato para detonarem uma bomba, porém, ocorreu uma falha operacional e o artefato acabou explodindo no colo do capitão, que morreu. O sargento ficou gravemente ferido. Foram muitas as promessas de que o episódio do Riocentro seria esclarecido o mais rápido possível, restava saber se os serviços de segurança e governo iriam admitir a verdade do fato. É claro que não foi isso que aconteceu, a conclusão forjada para o ocorrido era de que os militares é que tinham sido vítimas de um atentado, ou seja, alguém teria colocado a bomba no colo do capitão!

De qualquer maneira, em novembro de 1982 realizaram-se as eleições e “mais de 48 milhões de brasileiros foram às urnas para eleger de vereadores a governadores dos Estados. Estes seriam eleitos pelo voto direto pela primeira vez desde 1965” (FAUSTO, 2006, p. 281). “O PDS ganhou em 12 estados; o PMDB em 10 e o PDT em um” (WORMS; COSTA, 2002, p. 141). Os principais estados ficaram com a oposição que exigia cada vez mais concessões rumo à redemocratização completa do país. Os opositoristas queriam a formação de uma Assembleia Constituinte e eleições diretas para o próximo presidente. O governo não permitiria que isso ocorresse, pois tais encaminhamentos implicariam a perda do poder.

Uma grande crise econômica abateu-se sobre o país no período. Houve redução de investimentos, fechamentos de empresas e, como consequência, o aumento do desemprego e redução de salários. A inflação “tendo alcançado o índice anual de 110,2% em 1980, caiu para

⁵² Worms e Costa (2002, p. 141) esclarecem que entre 1979 e 1981 aconteceram os shows do 1º de maio. Idealizados por Chico Buarque, tiveram como objetivo arrecadar verbas para o fundo de greve. O primeiro encontro, de 1979, foi promovido pelo CEBRADE (Centro Brasil Democrático) – fundado em 1978, por 150 intelectuais, tinha o objetivo de defender os direitos humanos e a democracia – e dirigido por Fernando Faro. Depois do episódio do Riocentro, em 1981, ocorreram outros eventos com o mesmo perfil. A data não era necessariamente o Dia do Trabalho. O show passou a se chamar Canta Brasil. Vozes e tambores da MPB ensaiavam a exigência de eleições diretas para presidente.

95,2% em 1981 para voltar a subir em 1982 (99,7%). Desenhou-se naqueles anos um quadro de ‘estagnação’, combinando estagnação econômica e inflação” (FAUSTO, 2006, p. 279).

De 1970 a 1980 houve uma crescente concentração da renda no Brasil: os ricos ficaram ainda mais ricos e os pobres, ainda mais pobres. Os 5% mais ricos aumentaram sua participação de 30,3% para 34,7% na renda urbana e de 23,7% para 44,2% na renda rural. Enquanto isso, os 50% mais pobres diminuíram sua participação de 16% para 13,1% na renda urbana e de 22,4% para 14,9% na renda rural [...]. Em 1984, dois em cada três brasileiros passavam fome e cerca de mil crianças de até um ano morriam diariamente por inanição (PILETTI, 1996, p. 308).

Houve uma grande desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar para reduzir as importações e exportar produtos que aqui não estavam sendo consumidos devido à crise. Conforme Worms e Costa (2002), após os choques do petróleo – alta no preço do barril, em 1973 e 1979 – a forma que os Estados Unidos encontraram para recuperar sua economia, abalada desde 1968, foi a elevação das taxas de juros para atrair investidores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A dívida externa brasileira subiu ainda mais devido à alta dos juros e o Brasil teve de aumentar muito as suas exportações (sem que o país tivesse um excedente de produção, apenas contendo o consumo próprio através de um arrocho salarial) para tentar pagar os seus dividendos aos Estados Unidos. Esse dinheiro serviu para que os americanos se livrassem da crise pela qual estavam passando e retomassem o seu crescimento. Buscando satirizar esse momento vivido pelo nosso país, o cantor Raul Seixas compõe a música *Aluga-se* em 1980, sugerindo que a solução para essa crise seria “alugar o Brasil”. Seguindo a mesma tendência de ironizar o momento histórico, a banda Ultraje a Rigor lançava a música *Inútil*, composta por seu vocalista Roger Moreira. Um verdadeiro retrato do período de transição do governo militar para o governo civil. A música remonta momentos vividos pela nação como a alta dívida externa, quando destaca que “a gente pede grana e não consegue pagar”, e a Copa de 1982, na Espanha, quando, apesar de mais uma vez ter encantado o mundo, a seleção brasileira saiu derrotada: “a gente joga bola e não consegue ganhar”, canção que fora gravada em 1985, “mas já pôde ser ouvida antes, no programa ‘A Fábrica do Som’ da TV Cultura, e no circuito de danceterias que já se formava em São Paulo” (WORMS; COSTA, 2002, p. 148).

Diante da crise que se alastrava pelo país, a partir dos últimos meses de 1983, articulou-se um grande movimento pelas eleições diretas para presidente da República, a campanha ficou conhecida como Diretas Já! Do início de 1984 até abril, a campanha intensificou-se, estava prevista para aquele mês a votação da emenda do deputado federal Dante de Oliveira que restabelecia as eleições diretas para presidente da República.

O povo empolgou-se e começou a sair às ruas, vestido de amarelo (a cor da campanha), com camisetas, bandeiras e adesivos pelas diretas já: mais de trezentas mil pessoas na praça da Sé, em São Paulo (25/01/84); cerca de quatrocentas mil em Belo Horizonte; sessenta mil em Belém; um milhão no Rio de Janeiro; mais de um milhão no Rio de Janeiro; mais de um milhão no Anhangabaú, novamente em São Paulo (16/04/84). “Panelaços” e “buzinaços” foram organizados em todo o país: no mesmo dia e hora todas as pessoas eram convocadas a sair à rua e a fazer o maior barulho possível – bater panelas, tocar a buzina dos carros, soltar rojões, gritar “diretas já”, etc. (PILETTI, 1996, p. 324).

Mas o grupo que ocupava o poder queria permanecer usufruindo dos privilégios que acumulara ao longo de vinte anos de ditadura. “Embora tenha obtido maioria simples pela Câmara de Deputados, a emenda não conseguiu os dois terços de votos necessários para mudar a Constituição. As eleições de 84 seriam mesmo indiretas” (WORMS; COSTA, 2002, p. 144). Assim, a frustração tomou conta da nação, o amarelo dera lugar ao preto, em luto.

Segundo Piletti (1996), a disputa interna pelo candidato do PDS, vencida pelo ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, gerou descontentamento no partido do governo. Então, o vice-presidente do partido, Aureliano Chaves, resolveu abandonar o partido juntamente com um grupo de pedessistas e constituir a “Frente Liberal”, que, com o PMDB, formou a Aliança Democrática, apoiando as candidaturas do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves para o presidente e de José Sarney para vice. Em janeiro de 1985, Tancredo derrotou Maluf. Boa parte dos políticos que estavam no poder desde 1964 ficaram muito satisfeitos, pois continuariam no domínio da situação.

A expressão Nova República foi criada por Tancredo Neves que, embora não tenha sido eleito diretamente pelo povo, ganhou bastante prestígio popular, uma vez que simbolizava o fim do governo autoritário e despertava grandes esperanças para o povo brasileiro, que sonhava com uma mudança positiva para o país. Entretanto, conforme Piletti (1996), na noite de 14 de março de 1985, enquanto o país inteiro se preparava para a posse do primeiro presidente civil, após 21 anos de governos militares, Tancredo Neves era internado no Hospital de Base de Brasília, onde foi submetido a uma cirurgia de emergência no intestino. Quem tomou posse foi o seu vice. Tancredo veio a falecer no dia 21 de abril, com o diagnóstico de diverticulite. Seu enterro gerou grande comoção popular, “manifestações de rua reunindo milhares de pessoas ocorreram em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo del-Rei (MG), onde Tancredo Neves foi enterrado no dia 24 de abril” (PILETTI, 1996, p. 326). Sobre isso, “Uma parte das manifestações resultava da comoção provocada pela morte de um presidente, ainda mais em condições tão dolorosas. Mas havia também a sensação de que o país perdera uma figura política importante, em um momento delicado” (FAUSTO, 2006, p. 285). Sarney prometeu concretizar os planos do presidente eleito. Tarefa muito difícil diante dos graves problemas enfrentados pelo povo brasileiro.

De acordo com Worms e Costa (2002), José Sarney assumiu efetivamente a Presidência da República no dia 22 de abril, dia posterior à morte de Tancredo Neves. Havia duas tarefas: garantir liberdades políticas removendo o chamado “entulho autoritário” e recuperar o país economicamente⁵³. No âmbito da política os avanços foram permitir aos sindicatos a realização de reuniões em centrais sindicais e conceder o direito de voto aos analfabetos. Ampliou-se o pluripartidarismo. A “Frente Liberal” tornou-se o partido PFL e os partidos comunistas do PCB e PC do B que viviam na clandestinidade puderam requerer ao Tribunal Superior Eleitoral seus registros legais em maio de 1985. Em 28 de junho de 1985, Sarney enviou uma emenda constitucional para fevereiro de 1987. A emenda foi aprovada em novembro de 1986. A liberdade estava garantida, era o fim da censura. A população, habituada a anos de censura, surpreendia-se diante de cenas picantes ou ácidas críticas políticas em programas de TV ou com certas expressões em letras de músicas de rock⁵⁴ (WORMS; COSTA, 2002, p. 151).

No campo econômico, o governo de Sarney precisava combater muitos aspectos negativos que o Brasil trazia como herança da ditadura, tais como o descontrole financeiro, os altos índices inflacionários e os déficits público e externo. Buscando melhorar a sua popularidade, Sarney instaurou o decreto-lei do Plano Cruzado⁵⁵ em 28 de fevereiro de 1986:

O Cruzeiro seria substituído por uma moeda forte – o Cruzado – na proporção de 1000 por 1; [...] os preços e a taxa de câmbio foram congelados por prazo indeterminado e os aluguéis por um ano. Houve preocupação em não se agravar e até em melhorar a situação dos trabalhadores. Reajustou-se o salário mínimo pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Os reajustes posteriores seriam automáticos, sempre que a inflação chegasse a 20% (FAUSTO, 2006, p. 287).

Conforme Piletti (1996), em pouco tempo o plano econômico do governo começou a mostrar a sua fragilidade. O congelamento de preços somado à corrida pelo consumo fez com que muitas indústrias armazenassem a produção à espera da liberação de um aumento, as mercadorias começaram a sumir das lojas, alguns empresários faziam pequenas modificações “maquiagem” nos produtos para vendê-los por preços mais elevados; fazendeiros negavam-se a vender bois pelo preço de tabela; o ágio – cobrança além da tabela – alastrou-se; o valor dos aluguéis novos disparou.

⁵³ “O problema da dívida externa e interna subsistia a longo prazo, assim como o da inflação, que chegou aos níveis dramáticos de 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985” (FAUSTO, 2006, p. 286).

⁵⁴ Segundo Worms e Costa (2002, p. 151), o empresário Roberto Medina percebeu o momento do rock – transgressão e rebeldia no Brasil – e promoveu um grande evento que se tornou um marco desse período na música brasileira: o *Rock in Rio*. Em janeiro de 1985, bandas e músicos brasileiros se apresentaram junto de atrações internacionais das mais variadas tendências do pop-rock.

⁵⁵ “Apesar de ter sido imposto à sociedade, por meio de decreto, o Plano Cruzado fez com que o povo se engajasse na luta contra a alta dos preços. Surgiram os chamados ‘fiscais do Sarney’” (WORMS; COSTA, 2002, p. 153).

Quando em novembro de 1986 ocorreram as eleições para senadores e deputados federais – que comporiam a Constituinte⁵⁶ – e também para governadores e deputados estaduais, o Plano Cruzado já havia fracassado, mas isso não era perceptível ainda para a maioria da população que embalada pelo entusiasmo concedeu uma vitória esmagadora ao PMDB. O partido “elegeu 22 entre os 23 governadores e conseguiu folgada maioria no Congresso Nacional” (PILETTI, 1996, p. 332). Passados seis dias após o pleito, o Plano Cruzado foi suspenso e a inflação voltou a disparar, gerando um novo período de crise econômica. “A crise das contas externas levou o Brasil a declarar uma moratória em fevereiro de 1987 [...]. À euforia do Plano Cruzado seguia-se um clima de decepção e de desconfiança por parte da população, quanto aos rumos da economia” (FAUSTO, 2006, p. 288).

Piletti (1996) afirma que o último ano do governo Sarney foi desastroso para o país. Sua falta de autoridade tornou a administração federal terra de ninguém, onde cada grupo participante do poder procurava benefícios para si e para os amigos. A inflação atingiu patamares nunca vistos, gerando instabilidade econômica, aumentando a desigualdade social e o problema da dívida externa estava longe de ser resolvido. Nada foi feito para melhorar as condições de vida do povo brasileiro quanto a alimentação, saúde, educação, habitação, transporte etc., as verbas destinadas a essas áreas foram reduzidas no orçamento de 1990. Multiplicaram-se os escândalos financeiros, com desvio de dinheiro público para particulares. O músico conhecido como Cazuza, ex-vocalista da banda Barão Vermelho, é intérprete e um dos autores da canção intitulada *Brasil*, que refletia esse momento histórico na vida dos brasileiros.

Worms e Costa (2002) explicam que a troca de Ministro da Fazenda virou rotina no governo Sarney. Dilson Funaro foi substituído por Luís Carlos Bresser Pereira – criador do Plano Bresser, que congelou salários e preços por 90 dias, em 1987 – que foi substituído por Maílson da Nóbrega – criador do Plano Verão, de 1989, que substituiu o Cruzado pelo Cruzado Novo em mais uma tentativa frustrada de conter a inflação. No final do governo Sarney, mesmo com todos os choques econômicos, a inflação era de 90% ao mês, agravando-se a crise do desemprego e o descontentamento geral da população com a situação econômica do país. A banda Paralamas do Sucesso também faz um balanço final do governo Sarney com a música *Perplexo* (1989). Nos versos, uma alusão direta ao cenário político e aos vários planos econômicos “fim da censura, do

⁵⁶ Segundo Piletti (1996), o principal acontecimento político do governo de José Sarney foi a elaboração de uma nova Constituição para o país, realizada por uma Assembleia Constituinte eleita em 15 de novembro de 1986. A Assembleia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos em 1º de fevereiro de 1987. Até o término das votações, em 1º de setembro de 1988, transcorreram 19 meses de intensos debates. Fausto (2006) comenta que havia um anseio que a constituição não só fixasse os direitos dos cidadãos e as instituições básicas do país como resolvesse muitos problemas que estavam fora do seu alcance. Assim, o texto foi criticado, desde o início de sua vigência, por entrar em assuntos que tecnicamente não eram de natureza constitucional. Todavia, a Constituição de 1988 pode ser vista como o marco que pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário.

dinheiro, muda nome, corta zero”, bem como uma referência aos nomes de dois pugilistas da época “eu sou Maguila, não sou Tyson”, metáforas para Brasil e Estados Unidos, respectivamente.

As primeiras eleições diretas para a Presidência da República desde 1960 foram realizadas em 1989. Diante da instabilidade política, econômica e social reinante, todos os candidatos procuraram fazer oposição ao governo Sarney, buscando com isso aumentar suas chances eleitorais junto à população. “Depois de 29 anos de presidentes impostos, os eleitores tendiam a dar preferência àqueles candidatos que apareciam como ‘novos’, ‘modernos’, que prometiam acabar com a fonte de privilégios em que se transformara o governo federal” (PILETTI, 1996, p. 333). As pesquisas apontavam o nome de três fortes candidatos: Fernando Collor de Mello⁵⁷, Luís Inácio Lula da Silva⁵⁸ e Leonel Brizola⁵⁹.

“A nova Constituição determinara que seria considerado eleito, em primeiro turno, o candidato que obtivesse mais de 50% dos votos válidos. Caso nenhum candidato obtivesse maioria absoluta de votos, os dois mais votados disputariam um segundo turno” (FAUSTO, 2006, p.290). Foi o que aconteceu, Lula e Collor disputaram o segundo turno. Lula enfatizou o tema da desigualdade social e apelou para os setores populares organizados, Collor baseou a campanha em sua juventude, prometeu modernizar o país, integrando-o à economia capitalista mundial, reduzir os gastos públicos, combatendo altos funcionários públicos – “os marajás” – que recebiam salários astronômicos e governar para os descamisados e os pés-descalços (os que nada têm).

“No dia 14 de dezembro, as pesquisas de opinião pública indicavam empate técnico. Aconteceu então o último debate entre os candidatos em rede de televisão – Collor não havia participado de nenhum dos debates para o primeiro turno” (WORMS; COSTA, 2002, p. 162). Piletti (1996) postula que Lula começou a perder a eleição quando Collor recebeu o apoio ostensivo da TV Globo. Na época, a emissora explorou eleitoralmente o sequestro do empresário Abílio Diniz, cujos sequestradores foram apresentados como correligionários de Lula e também editou cenas do último debate, mostrando Collor como o vitorioso e mais bem preparado.

Dessa forma, em 17 de dezembro, elegeu-se pelo voto direto o Presidente do país, o que não acontecia desde 1961. “Fernando Collor de Mello foi eleito com 35 milhões de votos (42, 7%;

⁵⁷ Segundo Worms e Costa (2002), Collor começou na política pela ARENA, ele foi prefeito indicado de Maceió, deputado federal pelo PDS e eleito governador de Alagoas pelo PMDB do Plano Cruzado. Sua candidatura à presidência foi pelo recém-criado e pouco expressivo PRN (Partido da Reconstrução Nacional). A família de Collor era muito importante em Alagoas, dona do maior jornal alagoano e da rede de TV concessionária da Rede Globo no estado. Meio caminho andado para que sua candidatura fosse apadrinhada pelo poderoso Roberto Marinho, o que lhe permitiu levantar vultosos recursos. Os grandes empresários também apoiaram a campanha de Collor, pois estavam assustados com a possibilidade de Lula, um trabalhador e líder sindical, chegar à presidência da República.

⁵⁸ De acordo com Piletti (1996), Lula foi o candidato da Frente Brasil Popular, uma aliança que reuniu o PT (Partido dos Trabalhadores), o PC do B (Partido Comunista do Brasil) e o PSB (Partido Socialista Brasileiro).

⁵⁹ Conforme Piletti (1996), Brizola, candidato do PDT (Partido Democrático Trabalhista), obteve apoio especialmente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, estados em que foi governador e onde gozava de muito prestígio.

51,5% dos votos válidos) e Lula obteve 31,1 milhões de votos (37,9%; 48,5% dos votos válidos)” (WORMS; COSTA, 2002, p.162).

Muito embora seja relevante o desenrolar desse fato para a história brasileira, não iremos expor aqui suas consequências. Limitamo-nos a analisar neste estudo como ocorreu o processo de transição do regime militar para a redemocratização do país. Esse período marca a retomada da organização dos movimentos sociais que cumpriram um papel central na denúncia que revelava o caráter centralizador e autoritário de algumas instituições brasileiras, ao mesmo tempo em que esses movimentos reivindicavam alternativas de participação nas esferas de decisão da vida pública e privada. As bandeiras de luta variavam de interesses, dada a diversidade política e cultural brasileira, mas convergiam na discussão sobre a atuação em áreas como saúde, educação, trabalho e habitação.

Nesse ambiente, era esperado que a noção de cidadania brasileira incorporasse, além de direitos e deveres, uma perspectiva ideológica convertida para a mobilização política e social, definida a partir dos interesses da população, porém, da mesma forma que observamos na materialidade histórica a não concretização desse anseio, também veremos na retomada do interdiscurso pelo intradiscurso essa questão observando-se na materialidade linguística o imaginário de Brasil e brasileiro correspondentes ao período.

Como já abordamos nos capítulos um e dois, a construção imaginária que o brasileiro faz de si, como sujeito brasileiro, ou mesmo, como povo, enfim, o modo como ele se percebe e percebe os outros e como a MPB discursiviza sobre a vida desses sujeitos, em diferentes espaços e circunstâncias, será mobilizado na análise de três recortes, sobre os quais se ancoram nosso estudo.

É pertinente fazermos uma reflexão nesse viés, porque muito da autoestima, mesmo depois da ditadura militar, ainda continua em baixa. Fato é que de uma ou outra forma, o imaginário de “Brasil” e “brasileiro” em letras de música de rock nacional (1979 a 1989) se desenvolve num contexto de contradições. Assim, para começarmos nossa análise, trazemos o primeiro recorte, subdividido em duas seções, o imaginário que o brasileiro tem de si pelo viés da determinação.

3.2.1 Recorte 1 – O imaginário que o brasileiro tem de si I_A (A)

No início deste capítulo apresentamos a MPB a formação discursiva de resistência – FDR – numa compreensão de que ela instaura um novo campo discursivo, materializando saberes de formações ideológicas próprias. Ela diferencia-se de outras resistências, entre as quais estão a do PMDB, por exemplo, permeada por saberes de oposição do governo, mas que, apesar disso, não trazem saberes anarquistas, socialistas, comunistas, de organização popular. Cabe observar que a FDR também se apropria de saberes empresariais/capitalistas, mas para desarranjá-los e rearranjá-

los. Trata-se de um processo que envolve acontecimentos históricos e discursivos, como a ditadura militar, a política governamental militar, investimentos no crescimento industrial e no nacionalismo exagerado. Havia pressão da classe média por maiores liberdades, pelo fim da censura, pela anistia dos presos políticos e pelo controle da inflação. A culminância desse novo período –chamado por Tancredo Neves de Nova República – foi as “Diretas Já”, iniciando uma nova fase no Brasil, dando fim à ditadura militar e instaurando um período de redemocratização e estabilidade econômica. Por outro lado, os saberes (empresariais/capitalistas) e práticas sociais, políticas de outras FDs atravessam os da FDR, porque o endividamento ao FMI abarca todas as instâncias que orientam as práticas administrativas, uma vez que, contraditoriamente, os militares eram repressores e presos à política externa.

Nessa perspectiva, organizamos as análises em torno dos domínios de saberes da Formação Discursiva de Resistência – FDR - e o atravessamento de saberes de gestão empresarial/capitalista, de relação de subordinação da força de trabalho que compõem a Formação Discursiva Governamental – FDG. Para pensarmos essas questões, é preciso considerar outros saberes que se articulam à FD elegida como referência para este estudo. Com tal finalidade, organizamos a seção a seguir.

3.2.1.1 – A determinação de brasileiro no funcionamento dos pronomes

Segundo Coracini (2007), nomear é dar realidade ao objeto. É possível afirmar que falar de um povo e até mesmo de um indivíduo é dar-lhes existência, fazê-los serem e acreditarem que são ou que existem. Antes que o sujeito fale, dele é falado. Indursky (1997, p. 178) afirma que essa determinação é o modo pelo qual “o sujeito é compelido, pela formação discursiva que o afeta”, é uma seleção que ocorre ideologicamente e não uma escolha individual. Portanto, para que se pertença ao “conjunto dos brasileiros”, é necessário que “seja produzido” como brasileiro, tal qual um *made in brazil*, o que supõe não a existência do sujeito, mas a existência eficaz do “Brasil” e de suas instituições políticas e jurídicas. A partir dessa formulação de Coracini (2007), trazemos as sequências discursivas 1 a 5. Vejamos:

SD1 – “A solução pro nosso povo eu vou dá [...] nós não vamos pagar nada” (A)

SD2 – “Ninguém respeita a Constituição/ mas todos acreditam no futuro da nação” (Q)

SD3 – “Mas o Brasil vai ficar rico/ vamos faturar um milhão/ quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão” (Q)

SD4 – “Inútel, a gente somos inútel” (I)

SD5 – “Não penso mais no futuro/ é tudo imprevisível/ posso morrer de vergonha/ mas eu ainda estou vivo” (P)

Na SD1, o sujeito inscrito na FDR (o da MPB), sob o imaginário de como se deve governar o país, tem a ilusão de ser a origem do que diz ao utilizar o pronome pessoal reto *eu*. Ao dizer *a solução pro nosso povo eu vou dar*, evoca a “impressão de realidade de seu pensamento para o sujeito-falante (eu sei o que estou dizendo, eu sei o que estou falando), impressão deflagrada pela abertura constitutiva da qual esse sujeito se utiliza constantemente através do retorno sobre si do fio de seu discurso” (PÊCHEUX, 1995, p.174). O sujeito antecipa o efeito que sua fala poderá gerar e percebe a discrepância introduzida nesse discurso pelo discurso de um outro (como próprio outro) para explicar e explicitar a si mesmo o que ele diz e “aprofundar o que ele pensa”. Verificamos nessa SD o esquecimento número dois (pré-consciente), caracterizado pela “retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente”. Nas palavras de Authier-Revuz (1990), o *eu* tem um papel indispensável na reconstituição da imagem de um sujeito autônomo, anulando o decentramento real.

Dando continuidade ao seu discurso, o sujeito da SD1 apresenta-se como *nós: nós não vamos pagar nada*. O pronome pessoal *nós* marca a chamada do outro na constituição do dizer, ou seja, dos outros brasileiros, que funcionam como testemunhas que compartilham dos saberes da formação discursiva da FDR. Ao enunciar *nós não vamos pagar nada*, podemos recuperar por meio do intradiscurso a situação a qual ele está se referindo, que é a dívida externa. Interessante observar que o primeiro pronome que o sujeito utiliza na SD1 é o possessivo *nosso*, referindo-se à solução encontrada por ele para melhorar as condições de vida do povo que estava na miséria, já a ocorrência do outro pronome *nós*, em *nós não vamos pagar nada*, não remete só ao povo brasileiro, mas também aos seus governantes, fazendo uma crítica de que nada mais precisava ser pago da dívida externa e o povo não deveria ter que continuar pagando “a conta” dessa desastrosa economia nacional, pois o Brasil já estava sendo “entregue de bandeja” aos estrangeiros pelo rumo que os acontecimentos políticos estavam tomando. Assim, utilizando a ironia, o sujeito garante que não é preciso mais pagar a dívida, pois o país já estava sob o domínio do FMI.

Na SD2, os pronomes indefinidos *ninguém* e *todos* estão, em verdade, mais definidos do que nunca. Através do intradiscurso podemos recuperar o interdiscurso (memória discursiva) ao qual o sujeito inscrito na FDR está se referindo, ou seja, *ninguém respeita a constituição, mas todos acreditam no futuro da nação* remete evoca os saberes da FDG de não respeitar as leis da democracia e acreditar que o país e a nação prosperariam sob aquela postura política repressora.

Žižek (1992, p. 59) chama isso de “razão cínica, o paradoxo de uma falsa consciência esclarecida”, é uma das estratégias mais eficazes para cegarmo-nos ao poder estruturador da fantasia ideológica. O nível fundamental da ideologia, entretanto, não é de uma ilusão que mascare o verdadeiro estado de coisas, mas de uma fantasia que estrutura nossa própria realidade social. Para Žižek (1996b, p. 316), “a distância cínica é apenas um modo – um de muitos modos – de nos cegarmos para o poder estruturador da fantasia ideológica”. Assim, o sujeito da SD2, ao trazer os saberes da FDG, procura denunciá-los ao povo brasileiro para que este mostrasse resistência a essa fantasia ideológica e não aceitasse essa situação, buscando contestar os fatos.

Ao utilizar os verbos *vamos* e *vendermos*, o sujeito da SD3 remete o seu dizer ao pronome pessoal *nós*, o qual também podemos recuperar pelo intradiscurso e verificar que se trata mais uma vez do *nós* da FDG. Novamente o sujeito da FDR evoca os dizeres do outro, da FDG, para denunciar a posição-sujeito capitalista por eles adotada: *vamos faturar um milhão, quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão*. A existência do discurso transversal também chama a atenção em nosso gesto de interpretação, pois, conforme Pêcheux (1995, p. 167), “o interdiscurso enquanto discurso-transversal atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído [...]”. Assim, o sujeito falante busca no seu interdiscurso enunciados referentes ao discurso fundador sobre o índio e o discurso capitalista, entrecruzando-os e fazendo com que eles se incorporem ao seu intradiscurso por meio da ironia.

A fala do sujeito em SD3 é atravessada pela memória de que os índios foram vítimas de uma verdadeira barbárie na história do Brasil cometida pelos colonizadores. Conforme Carboni e Maestri (2003, p. 72, grifos dos autores):

A designação lusitana dos habitantes da costa com termos *genéricos* de origem europeia – *brasis*, *índio*, *gentio* etc – registrou o desprezo para com as comunidades autóctones, descritas em geral como formadas por seres humanos incompletos. Os termos que os *colonizadores* fundiram ou dos quais se serviram no processo colonial foram profundamente determinados pela ideologia “colonizadora”.

Primeiro os índios foram cativados para o trabalho de exploração do pau-brasil, em troca de objetos supérfluos que exerciam fascínio sobre eles, depois veio a escravidão e a tentativa de fazê-los trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar. Por fim, suas terras foram sendo tomadas e os que não se submeteram ao colonizador e não conseguiram fugir Brasil adentro morreram após lutar corajosamente por sua terra e liberdade. O discurso irônico de vender todas as almas dos nossos índios no leilão metaforiza o fetichismo capitalista da exploração do dominante sobre o dominado, trazendo para a materialidade discursiva o viés histórico da exploração dos índios que se tornaram

objetos, mercadorias, moeda de troca nas mãos do colonizador. Esse dizer também recobra o interdiscurso de “vender a alma ao diabo” – que, nessa situação, pode ser representado pelo capitalismo selvagem que estava sendo exercido pela FDG – para os governantes conseguirem o que queriam a qualquer custo. Conforme Žižek (1996b, p. 316), “numa sociedade em que os produtos do trabalho humano adquirem a forma de mercadorias, as relações cruciais entre as pessoas assumem a forma de relações entre coisas, entre mercadorias – em vez de relações imediatas entre pessoas, temos relações entre coisas”.

O que também está recalcado é o fato de que os índios parecem não fazer parte da nação. De acordo com Dias (1996, p. 74), “a situação do índio é interessante, porque se aponta para uma contradição: ele é membro da nação, mas não participa constitutivamente dela. [...] Essa é uma forma de negar a uma parte dos brasileiros um lugar na história da nação”.

A SD 4 evoca a locução *a gente* e utiliza um registro de língua informal para se referir ao povo brasileiro. Conforme Cunha (2008), semanticamente, “a gente” corresponde ao pronome pessoal *nós*; já gramaticalmente corresponde à terceira pessoa do singular e designa o grupo em que se integra quem fala ou escreve. No entanto, essa locução corresponde gramaticalmente ao pronome pessoal *ela*, logo, à terceira pessoa do singular, por exemplo, “a gente não sabe”, agramatical em relação ao pronome “nós”, o que origina produções do tipo: *a gente somos inútel*.

Há que se destacar que no estudo do nosso recorte leva-se em conta o fato de que na AD o discurso é pensado na materialidade da língua, mas na ordem do enunciável, não na do gramatical. Sobre isso, destaca Ferreira (2000, p. 14, grifos da autora)

O ponto instigante e desafiador é que o sistema da língua guarda em si tanto a possibilidade do jogo quanto a necessidade do ordenamento, acompanhando a tensão constante entre a liberdade e a coação que lhe é constitutiva. Através da dimensão do humor, do chiste, do trocadilho, vislumbra-se mais nitidamente o dito de que *todo enunciado está exposto ao equívoco da língua*, e se percebe melhor o funcionamento dos fatos que surpreendem a linguagem, perturbam a ordem do sistema e driblam suas regras.

A língua não abarca ou exprime todos os sentidos possíveis, o que coloca a necessidade do equívoco e do deslizamento (marcas de resistência que afetam a regularidade do sistema da língua, manifestando-se através de falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos e ambiguidades) na constituição do sentido, tanto por parte de quem enuncia como de quem escuta.

Através da ironia que serve como forma de resistência para o sujeito da SD4, observamos inscrito na ordem própria da língua o funcionamento do impossível. Ferreira (2000, p. 24) escreve que o impossível da língua se dá justamente porque os enunciados da língua “podem sempre

escapar à organização [...], ao trabalho da razão e da lógica sobre a linguagem. É nesse espaço que se localizam os ‘furos’ e as ‘faltas’ que são estruturantes e próprios à ordem da língua”.

Nesse caso, não é a separação entre o correto e o incorreto que se deve levar em conta, mas o funcionamento do real da história como espaço para a contradição. A materialidade linguístico-discursiva “a gente” aponta para um sujeito ocupando espaço de porta-voz. Note-se que ao dizer *a gente somos inútel*, o sujeito do discurso discursiviza uma realidade em que os brasileiros precisam reagir. Ao fazer isso, o sujeito assume lugar de líder e, ao mesmo tempo em que se dirige aos dirigentes do país, também fala aos seus representados. A espessura semântica da locução *a gente* ganha ancoragem na inserção do pronome *nós*, que, embora não marcado na língua, está materialmente inscrito na memória, faz ressoar outros discursos.

O sujeito da SD5, ao enunciar *não penso mais no futuro, é tudo imprevisível, posso morrer de vergonha, mas ainda estou vivo*, coloca-se no lugar do povo brasileiro. Aqui o pronome *eu* não assume a voz de um indivíduo em especial, mas a voz de toda coletividade. O sujeito enfatiza a situação desoladora do país em *não penso mais no futuro, é tudo imprevisível*, o que expõe justamente uma contradição, ele prefere não pensar no futuro porque sabe que a previsão não é nada boa: dívida externa, desemprego, inflação, aumento da desigualdade social. O sujeito busca chamar a atenção do povo e dos políticos, ao invés de dizer *podemos morrer de vergonha, mas ainda estamos vivos*, ele prefere marcar sua fala pela singularidade, o que acentua ainda mais a sensação de abandono do povo por parte dos governantes e até a falta de mobilização do povo para reagir. Entretanto, o sujeito faz questão de ressaltar que está resistindo à política que foi implantada através do dito *mas ainda estou vivo*.

3.2.1.2 – A determinação de brasileiro no funcionamento da negação

Com a finalidade de refletir sobre o funcionamento da negação na determinação de brasileiro no interior da FDR, destacamos três sequências discursivas, que analisamos ao longo desta e das próximas páginas. Consideremos, primeiramente, que as SDs6 e 7 foram extraídas da mesma letra de música – *Inútil* gravada pela banda Ultraje a Rigor em 1985, e a SD8 da música *Perplexo* gravada pela banda Paralamas do Sucesso em 1989. Entendemos que ocorre uma determinação, no texto e pela memória. As sequências discursivas são as seguintes:

SD6 – “A gente não sabemos escolher presidente/ a gente não sabemos tomar conta da gente/ a gente não sabemos nem escovar os dente” (I)

SD7 – “A gente faz carro e não sabe guiar/ a gente faz trilho e não tem trem pra botar/ a gente faz filho e não consegue criar/ a gente pede grana e não consegue pagar [...] A gente faz música e não consegue gravar/ a gente escreve livro e não consegue publicar/ a gente faz peça e não consegue encenar/ a gente joga bola e não consegue ganhar” (I)

SD8 – “Desempregado, despejado, sem ter onde cair morto/ endividado sem ter mais com que pagar” (P)

Tanto na SD6 como na SD7, observamos o funcionamento da negação para o brasileiro determinado coletivamente como *a gente*. Já na SD8, o sujeito representa a coletividade (brasileiros), mas é determinado em sua individualidade *desempregado, despejado, sem ter onde cair morto, endividado sem ter mais com que pagar*. Essa última SD requer um comentário no sentido de que além do *não* explícito nas SDs 7 e 8, existe outro marcador de negação presente na SD9 que é o *sem*, nesse caso, está funcionando como advérbio de negação, substituindo-o pelo *não* e fazendo as devidas alterações necessárias teríamos: *desempregado, despejado, não tendo onde cair morto, endividado, não tendo mais com que pagar*. Mas antes de analisá-la voltaremos a SD6.

A negação na SD6 é direta, do tipo *não é x* e emerge como recalque causando estranheza e expondo o real da língua. Vejamos o quadro a seguir:

Designação brasileiro (sentido coletivo)	Não é x
A gente	não sabemos escolher presidente
A gente	não sabemos tomar conta da gente
A gente	não sabemos nem escovar os dente

Observamos em SD6, a exemplo do que ocorreu na SD4, porém agora pelo viés da negação, que esse registro de língua informal serve para determinar o povo brasileiro desqualificando-o, mas no intuito de fazer com que ele contestasse as mazelas do cenário político e social inscrevendo-se na FDR. Novamente verificamos através da materialidade discursiva da FDR a situação de desamparo em que o brasileiro se encontrava. A repetição da mesma estrutura *a gente não sabemos [...]* apontando para uma regularidade não é mera paráfrase; em realidade trata-se do efeito metafórico que se move evidenciando o silêncio local ainda vivo na memória discursiva, fazendo ecoar o passado, os vinte e um anos de ditadura militar em que o povo permaneceu subalterno, dominado e impossibilitado de reagir. A negação continua marcando essa impossibilidade; apesar do término da ditadura, o povo ainda não tinha conseguido trilhar o caminho certo para alcançar a plena democracia e, por isso, o brasileiro figurava como um *(in)útil* ou, melhor dizendo, um elemento não

útil para transformar o país principalmente após a frustração de não ter conseguido fazer valer o seu direito na campanha pelas diretas já. Mas se *a gente não sabemos [...] quem é que sabe?*

As pessoas que têm que tomar decisões para a coletividade têm o poder de tomar tais decisões legitimado de alguma forma com base no saber de que elas dispõem: o princípio seria de que o saber necessário para tomar decisões coletivas é diferente em qualidade e em quantidade do saber necessário para tomar decisões de valor ou alcance individual ou familiar. Para tomar tais decisões é necessário conhecer noções úteis para a subsistência diária. Ao contrário, no saber considerado relevante para legitimar decisões de caráter público, é importante uma componente de saber que não tem aplicações práticas, tal como filosofia, história, línguas clássicas, literatura. Essas áreas de saber e de atividade intelectual estão em relação estrita com a verbalização e a expressão linguística em geral, e a retórica em particular (GNERRE, 1998, p. 26).

Pode-se pensar então nesse sujeito brasileiro como um produto da instituição capitalista, o que significa dizer que o seu “poder” não é de âmbito social porque passou pelo túnel da educação formal e nele foram inculcadas as posições sociais e um mapa da estratificação social para reconhecimento de quem é quem: um processo de continuação e naturalização das desigualdades sociais que é imposto pela manutenção da língua padrão.

A sacralização do falar culto jamais pressupôs a sua efetiva universalização. Tal processo exigiria que as comunidades subalternizadas fossem efetivamente integradas à nacionalidade, o que era e é inaceitável para as classes dominadoras, já que questionaria a própria função fundamental desses setores como produtores de riquezas marginalizados do gozo das mesmas. A incorporação efetiva dos segmentos populares à cidadania significaria uma universalização do ensino e um respeito à cultura popular que poriam fim ao próprio conceito de língua padrão (CARBONI; MAESTRI, 2003, p. 39).

Um gesto de interpretação possível para o dizer *não sabemos escolher presidente* ou *não sabemos tomar conta da gente* é que apresenta-se aí uma forma de denúncia do discurso outro, uma vez que eram exatamente esses saberes que estavam inscritos na FDG: o brasileiro não estava preparado para escolher um presidente, o brasileiro não estava apto para ter um representante de sua preferência para tomar conta dos seus interesses.

A SD7 traz a negação como contradição, a inoperância do sujeito diante da estrutura do sistema brasileiro, pois, ao mesmo tempo em que o brasileiro possui capacidade para criar, ele não possui condições materiais, nem permissão para a concretização de ações. A contradição marcada na estrutura da língua *é x, mas não [...]* pode também ser observada no funcionamento discursivo que, ao acionar uma memória, aponta para o silêncio (local), para os modos de proibição, uma vez que ele *faz música, escreve livro, escreve peça*, e (mas) não pode *cantar, publicar, encenar*. O que a FDR denuncia é que as práticas do sujeito brasileiro estão enraizadas no interior dos aparelhos ideológicos de estado, evidencia-se que enquanto sujeito ele é agido pelo sistema.

Já, quando o sujeito diz *faz carro, faz trilho, faz filho, pede grana, joga bola* e (mas) não *sabe guiar, não tem trem prá botar, não consegue criar, não consegue pagar, não consegue ganhar*, recuperamos, pela memória, as contradições geradas no mundo do trabalho, do capital, uma vez que o sujeito não pode usufruir dos benefícios do seu próprio trabalho. Todo o potencial para o trabalho passa a ser fonte de exploração. A moeda de troca é a riqueza produzida pelo esforço do operário, do intelectual (cantor, ator, escritor), do esportista (jogador de futebol); enfim, pela maioria dos grupos de brasileiros desprovida de condições materiais, sem condições de higiene e sem poder de decisão.

Para fins de ilustração do funcionamento da negação como contradição, marcado na estrutura da língua *é x [...]. e mas não x*, processo pelo qual a MPB desconstrói saberes do domínio intelectualidade (capacidade e inteligência) e rearranja (reconstrói/reformula) no domínio do interdiscurso em que não basta saber e querer, mas ter condições materiais, para concretização de algumas ações, apresentamos o quadro abaixo:

É x – capacidade	Mas não (pode/deve) ...
A gente faz carro e não sabe guiar
A gente faz trilho e não tem trem prá botar
A gente faz filho e não consegue criar
A gente pede grana e não consegue pagar...
A gente faz música e não consegue cantar
A gente escreve livro e não consegue publicar
A gente escreve peça e não consegue encenar
A gente joga bola e não consegue ganhar

Nesse sentido, cabe registrar que, para o sujeito do discurso, o sentimento de brasilidade está em baixa, porque ele está imaginando um lugar para si, mas não consegue simbolizá-lo como seu de direito. O que se percebe é que os artistas e autores representam uma facção de resistência e denunciam o funcionamento do silêncio, da censura, da interdição, passando a nominar o brasileiro como inútil, pelo fato de ele não poder dizer, não poder fazer [...], porque ele está apagado, silenciado, mas resistindo por esse pequeno grupo.

Analisando os fatos pelo viés das condições de produção em que o contexto situacional e o interdiscurso se imiscuem, é possível perceber que o sujeito da SD8 está marcado no intradiscurso pelo individualidade mas fala por uma coletividade relatando a situação social precária em que se encontrava a maioria dos brasileiros naquele período. Explicitando de uma forma mais clara; a SD8 foi retirada de uma música composta em 1989, assim, um ano antes de sua composição o Brasil já havia reconquistado o direito de eleger presidente, governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores. No imaginário do povo estava a possibilidade de escolher os representantes e de participar de partidos, sindicatos e movimentos sociais que parecia levar ao tão sonhado mundo da

cidadania. A chamada "Constituição cidadã" criada em 1988 assegurava os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, bem como as responsabilidades do poder público, da sociedade, da família e do indivíduo.

Mas alguma coisa parece que deu errado para o sujeito retratado na SD8, uma vez que é determinado como *desempregado*⁶⁰, *despejado*, *sem ter onde cair morto e sem ter com que pagar*. Isso porque, num conceito mais político-jurídico tradicional, ser parte de um Estado soberano, cuja adesão lhe concede um certo *status*, bem como votar e poder ser votado, são as únicas condições para a definição de cidadania. Assim, estariam em jogo duas dimensões: pertencer ou não a uma soberania e ser por ela reconhecido como parte de seus cidadãos, o que passa por critérios de aceitação definidos nas esferas político – diplomático e cívico-jurídica;

[...] para ser considerado cidadão, o indivíduo precisa entrar nas regras do jogo hegemônico, ou seja, nas regras do jogo do poder e, nele, dentro dele, encontrar o seu lugar. Fictícia ou ilusoriamente, acreditamos que, num Estado democrático, todos têm a possibilidade de se tornarem cidadãos: basta ir à escola e se conscientizar de seus direitos políticos – que, na verdade, para uns (maioria do Brasil) não passam de deveres (afinal, no momento de votar, todos são promovidos a cidadãos: basta saber assinar seu nome e fazer uma cruz – ao lado do nome de um político “indicado” – por mão própria ou por sistema eletrônico), mas, quanto aos direitos civis, o caso muda de figura [...] (CORACINI, 2007, p. 106).

Assim, a negação na SD8, assim como na SD anterior, faz emergir novamente o real da história na língua denunciando o fato de que a maioria dos brasileiros não tem garantido o seu lugar de sujeito-cidadão, ou seja, não tem emprego, não tem casa, não tem onde “cair morto” e não tem como pagar as suas contas. Eis a contradição, uma vez que ele *faz música, escreve livro, escreve peça*, e (mas) não pode *cantar, publicar, encenar...*

Diante do exposto, ao que precede esses ditos sobre o brasileiro está o “processo de interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”, isto é, X, o quidam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas relações sócias jurídico-ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 159, grifos do autor). Nas palavras de Orlandi (2012, p. 165), “não é por acaso, desvio, ou falha que a sociedade burguesa desrespeita a dignidade do ser humano. É porque é assim que ela se estrutura e funciona”. O que nos leva a repetir algo que não está explicitamente escrito – o sujeito é agido pelo sistema, uma vez que o antagonismo como real, não cessa de não se inscrever.

⁶⁰ Segundo Ribeiro (apud PILETTI, 1996, p. 316), as diretrizes do privatismo e da irresponsabilidade social resultaram no enriquecimento mais escandaloso dos ricos e no empobrecimento mais perverso dos pobres. O desemprego tornou a massa trabalhadora descartável. A miséria resultante desencadeou a fome, a violência e o abandono de milhares de crianças.

3.2.2 Recorte 2 – O imaginário que o brasileiro tem do outro $I_A(B)$

Levando em consideração os apontamentos de Coracini (2007), observaremos nas próximas análises relativas a esse segundo recorte a forma como o outro constitui o imaginário de “brasileiro”, assim como se constitui através do seu próprio discurso. Esse é um dos principais pressupostos extraídos da psicanálise lacaniana e das teorias do discurso. É possível afirmar que as representações que fazemos do outro e as representações que o outro faz de nós atravessam, de modo constitutivo, o sentimento de identidade subjetiva, social e nacional.

Conforme Lacan (1999), em *O estádio do espelho como formador da função do Eu*, a criança que ainda não está coordenada e não possui qualquer autoimagem como uma pessoa “inteira” se vê ou se “imagina” a si própria refletida “no espelho do olhar do outro”, que nomeia a imagem do espelho e, assim, lhe confere uma identidade, a partir dessa identificação. A formação do eu no “olhar” do outro inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos, que passam a constituí-la.

Já pelo viés marxista-althusseriano, “o que acentua o caráter imaginário é o aspecto produtivo da ideologia, ou seja, o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (ALTHUSSER, 1992, p. 85).

Analisaremos nas SDs 9 a 15 como essa relação ocorre observando a materialidade da ideologia através do discurso.

3.2.2.1 – A (in)determinação do outro no Discurso Relatado Marcado e no Discurso Relatado Indireto Informal.

Pêcheux (1980, p. 195) afirma que a “heterogeneidade discursiva é entendida como elemento constitutivo de práticas que se dominam, se aliam ou se afrontam num certo estado da luta ideológica e política, no seio de uma formação social e numa conjuntura histórica determinada”.

Segundo Authier-Revuz (1990), existem duas maneiras pelas quais se apresenta a alteridade no discurso: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada (sendo a última marcada ou não marcada), uma vez que esses pontos de vista exteriores e os deslocamentos que eles operam em seu próprio campo são fundamentais.

A heterogeneidade constitutiva remete à presença do Outro⁶¹, diluída no discurso, não como objeto, mas como presença integrada pelas palavras do outro, condição mesma do discurso, e o

⁶¹ Authier-Revuz tomou de Lacan a designação Outro (com a letra “O” inicial maiúscula). Esse “Outro”, em contraposição ao “outro” (minúsculo) que designa o exterior, o social constitutivo do sujeito, refere-se ao desejo e sua

sujeito desaparece para dar espaço a um discurso-outro. Por outro lado, a heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. É uma negação que ocorre sob forma de denegação. As aspas, os parênteses, o itálico, são algumas formas de heterogeneidade mostrada marcada. Também sobre a heterogeneidade mostrada, Benites (2002, p. 56, grifos do autor) afirma:

Ao mostrar o fragmento discursivo inserido no seu, o locutor pode assumir duas posições: a primeira, denominada *autonímia simples*, consiste em apenas exibir esse fragmento como um objeto estranho, pela utilização de termos metalinguísticos, de diacríticos ou de outros mecanismos que marquem a delimitação do texto e o caráter pluriarticulado do discurso. Por outro lado, nos chamados casos de *conotação autonímica*, o locutor, ao mesmo tempo em que menciona o fragmento, faz uso dele, integrando-o à cadeia discursiva, num *continuum* estrutural.

Benites (2002) esclarece que, na heterogeneidade mostrada, o discurso citado introduz um distanciamento muito variável entre o locutor citante e o locutor citado. O sentimento do locutor citante se apoia como um “não estou afirmando nada; estou apenas relatando o que o outro falante disse sobre o assunto”.

Authier-Revuz (1990) explica que há também formas complexas em que a presença do outro não é explicitada por marcas unívocas na frase como nos casos de discurso indireto livre, da ironia, antífrase, da alusão, imitação, pastiche, da reminiscência em que se joga com o outro discurso (às vezes, tornando-o mais vivo) não mais, contudo, no nível da transparência, do explicitamente mostrado ou dito, mas no espaço do implícito, do sugerido, podendo incluir aqui a pressuposição e o pré-construído, classificando-se por sua vez tal heterogeneidade como mostrada não marcada. Efetivamente, essas formas não marcadas representam a incerteza que caracteriza a referência ao outro, outra forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva; uma forma mais arriscada, porque joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado, mas também onde pode se perder.

SD9 – “Será que é o meu fim?/ Ver TV a cores/ na taba de um índio/ programada pra só dizer “sim, sim” (B)

SD10 – “Mandaram avisar/ que agora tudo mudou/ eu quis acreditar/ outra mudança chegou/ fim da censura, do dinheiro, muda nome, corta zero/ entra na fila de outra fila pra pagar” (P)

manifestação pelo inconsciente, sob forma de linguagem. Sendo o inconsciente, também, constituído socialmente, o “Outro” refere-se ao desejo do outro como constitutivo do desejo do “eu”.

Na SD9 verificamos a heterogeneidade discursiva de forma explícita, ou seja, o discurso-outro aparece através do uso da citação marcada por aspas “sim, sim”. Segundo Authier-Revuz (1990, p. 29-30), “o sujeito ao marcar explicitamente em seu discurso ponto(s) de heterogeneidade, delimita o lugar do ‘outro’, aí circunscrevendo-o ilusoriamente, como se o ‘outro’ não tivesse em todos os lugares”. O sujeito assim procedendo opõe esse ponto ao resto da cadeia discursiva. Dessa forma, ele indica com clareza de que “outro” é preciso se defender. Esse outro na SD em questão é o discurso midiático no qual está inscrita a FD capitalista.

Para Coracini (2007), a mídia exerce um grande poder na construção do imaginário do país, uma vez que a identidade é produzida ou construída socialmente por aqueles a quem se atribui maior poder, e, portanto, a quem se concede autoridade para, legitimamente, dizer verdades sobre os fatos, o povo, o indivíduo. São essas verdades internalizadas que garantem “a possibilidade de o ser humano se constituir como sujeito da linguagem, isto é, sujeito do discurso, atravessado por elas, e, assim, atravessado pelo(s) outro(s), presente(s), mas escondido(s) na opacidade do esquecimento” (CORACINI, 2007, p. 60). São esses discursos que, repetidos (“sim, sim”), ao mesmo tempo transformados em narrativas, vão constituindo a memória discursiva de um povo e construindo uma nação.

O sujeito da SD9 coloca-se novamente como porta-voz do povo brasileiro (o proletário) e quer se defender, resistir ao discurso midiático, que, como aparelho ideológico de estado, age interpelando-o a favor da FD capitalista na qual estão inseridos os saberes sobre a necessidade de trabalhar para poder consumir, de tal modo que as condições reais de existência atribuídas pelo modo de produção capitalista ao proletariado constituem, para esse último, uma “evocação” constantemente do lugar que lhe é construído: deve ficar vendo *TV a cores na taba de um índio programada pra só dizer “sim, sim”*, ou seja, não deve questionar sua condição de subserviente. Mas o sujeito da SD9 questiona: *será que é meu fim?*, registrando, com isso, que não gostaria de continuar sendo explorado pois o imaginário criado pelo discurso-outro (FDG) estabiliza sentidos e cristaliza a história silenciando sobre a verticalização das relações de contiguidade em que a elite está em cima e a massa está embaixo.

Por meio do intradiscurso podemos perceber que o sujeito da SD9 também retoma o discurso transversal sobre o pré-construído a respeito dos índios que conseguiram sobreviver sendo submetidos a um processo de descaracterização cultural através da catequese e da própria convivência com o branco. Dessa forma, muitos foram mudando a sua identidade cultural, substituindo seus valores, crenças e costumes pelos dos europeus. Isso reforça o que a Análise do Discurso propõe ao dizer que a identidade é um movimento na história, justamente porque fala do processo de significação, é um deslizamento em redes de filiação (na relação entre formações

discursivas, no conjunto da memória) de tal modo que o sujeito se produz ao mesmo tempo como repetição e como deslocamento.

Os saberes relacionados à FDR estão aí atestando que é preciso resistir para que o povo brasileiro em geral, a exemplo do que aconteceu com o índio, não seja transformado em seres marginalizados e excluídos pelos governantes, pela burguesia, pelos estrangeiros que têm forte poder de manipulação e convencimento na construção do imaginário da nação.

Na SD10 verificamos a presença do discurso relatado marcado indireto informal, também chamado de discurso indireto livre, no qual não existe o compromisso de relatar fielmente o discurso-outro. De acordo com Authier-Revuz (1990), o DRII⁶², por não apresentar uma sintaxe previsível, tem como característica a “tradução” do discurso-outro, podendo, por isso, trair ou distorcer esse discurso. A não previsibilidade sintática também possibilita que o responsável pelo discurso-outro se apresente linguisticamente indefinido, é o que ocorre na SD10, o sujeito da FDR, ao relatar o discurso-outro, enuncia *mandaram avisar que agora tudo mudou*. Quem mandou avisar? O que mudou? Por mais que exista a indeterminação referencial, podemos interpretá-la à luz da memória discursiva e da reconstrução das condições histórico-sociais do discurso. O sujeito evoca em seu dizer as mudanças que eram prometidas pelo governo Sarney, como congelar os preços e estabilizar a inflação. Seria a solução para o povo brasileiro que sofria com o desemprego, a estagnação, a desigualdade social. Esquematizando esses dizeres nas duas FDs antagônicas, teríamos:

- Dizeres que se inscrevem na FDG *mandaram avisar que agora tudo mudou* (discurso-outro).
- Dizeres que se inscrevem na FDR denunciando a contradição *eu quis acreditar, outra mudança chegou, fim da censura, do dinheiro, muda nome, corta zero* (brasileiros).

Podemos fazer um gesto de interpretação de que o sujeito da SD10 não relata o dizer do outro com fidelidade porque o que interessa é a sua versão para os fatos. Por meio dela é que o sujeito da SD10 quer especificar o que aconteceu. De fato houve uma mudança positiva: o fim da censura, mas logo que o regime militar terminou, os brasileiros descobriram que mais difícil do que derrubar a ditadura seria reorganizar politicamente o país e enfrentar os seus graves problemas econômicos e sociais. Junto com o *fim da censura*, veio também o *fim do dinheiro*, os juros extorsivos, avassalando a economia brasileira que a tornavam insolvente dentro do sistema de intercâmbio internacional, o Brasil estava entrando consecutivamente *na fila de outra fila pra*

⁶² Discurso Relatado Indireto Informal.

pagar. É claro que quem mais sofria com isso era o povo, que tinha que arcar com esse endividamento.

Diante do exposto, é possível perceber que o discurso da FDG é rejeitado. Essa rejeição abre espaço para a reorientação do discurso-outro. Isso pode ser observado através do funcionamento discursivo que permite ao sujeito do discurso da SD10, a apresentação de outro ponto de vista, isto é, de outro discurso próprio de sua FDR.

3.2.2.2 – A (in)determinação do outro no funcionamento da negação

Através da negação também é possível perceber via intradiscursos a heterogeneidade discursiva. Conforme Ducrot (1987), o princípio da negação está inscrito no princípio da afirmação – só se nega algo já afirmado. Para esse autor, os enunciados negativos não podem ser imputados a um mesmo autor, pois um enunciado negativo estabelece um movimento argumentativo que traz à tona duas perspectivas distintas. Ducrot (1987) também aponta para o fato de que um número significativo de enunciados negativos faz aparecer, em sua enunciação, o choque de atitudes antagônicas. Vamos analisar agora como se processa essa ocorrência nas SDs 11 e 12.

SD11 – “Não me ofereceram nem um cigarro/ fiquei na porta/ estacionando os carros/ não me elegeram chefe de nada/ o meu cartão de crédito é uma navalha [...] Não me sortearam a garota do Fantástico/ Não me subornaram” (B)

SD12 – “Eu vou lutar/ eu sou Maguila/ não sou Tyson” (P)

No funcionamento discursivo da SD11 temos a estrutura *não é x [...] é y*, que segundo Cazarin (1998, p. 93) “mostra a presença de dois enunciados distintos, antagônicos entre si; são discursos em confronto que convivem no mesmo enunciado”. Repetidamente, faz-se presente a operação de negação indicando a tensão entre duas FDs antagônicas, materializando linguisticamente essas contradições interdiscursivas, bem como as fronteiras entre esses domínios de saber.

<i>Não é x (FDG)</i>	<i>é y (FDR)</i>
Não me ofereceram nem um cigarro	fiquei na porta estacionando carros
Não me elegeram chefe de nada	o meu cartão de crédito é uma navalha

Não me sortearam a garota do fantástico	Será que é meu fim? Ver TV a cores na taba de um índio, programada pra só dizer “sim, sim” ⁶³
Não me subornaram	

Para analisar o funcionamento discursivo da SD11 precisamos recorrer à memória discursiva e acionar, mais uma vez, a conjuntura histórico-social mobilizando dizeres pré-construídos. O sujeito da FDR recorre ao saberes do discurso-outro (FDG) para denunciar a prática ideológica capitalista de exploração da força de trabalho do brasileiro *fiquei na porta estacionando carros* (o manobrista pode ter toda a destreza para estacionar o carro dos outros, mas não pode comprar um carro para si) essa é uma das frustrações. A outra frustração refere-se a sua situação econômica, *o meu cartão de crédito é uma navalha*: aqui podemos fazer pelo menos dois gestos de interpretação possíveis devido a indeterminação da palavra “navalha” nesse contexto, o cartão de crédito pode ser tanto algo que está lhe ferindo, lhe prejudicando, pois não tem mais dinheiro para mantê-lo ou pode ser que a navalha, instrumento cortante, esteja servindo para ele cometer algum delito e obter dinheiro, sendo assim, a navalha seria o seu “cartão de crédito”. É claro que os governantes (burgueses) mascaram a luta de classes como ela não existisse:

As relações de dominação e servidão são recalçadas: formalmente parecemos estar lidando apenas com sujeitos livres, cujas relações interpessoais estão isentas de qualquer fetichismo; a verdade recalçada – a da persistência da dominação e da servidão – emerge num sintoma que subverte a aparência ideológica de igualdade, liberdade e assim por diante (Žižek, 1996b, p. 310).

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 165) postulam que a ideologia é “uma das condições não-econômicas de reprodução [...] das relações de produção existentes”. Para a perpetuação dessa reprodução, a ideologia funciona interpelando os sujeitos, os quais se percebem livres e com condições de alcançar posições mais altas na hierarquia social; todavia, não se dão conta de que o sistema capitalista os conduz a ocupar uma determinada função nas relações de produção (ou de exploração). Por isso que o sujeito da SD11 argumenta que *não me elegeram chefe de nada, não me sortearam a garota do fantástico, não me subornaram*. Todas essas posturas indicam as práticas da FD antagônica à FDR, pois podemos recuperar por meio da memória discursiva que quem era chefe em cargos políticos, quem podia ter a garota mais bonita e também deveria receber suborno eram os integrantes da FDG. O antropólogo Darcy Ribeiro (apud PILETTI, 1996, p.316) fez o seguinte comentário para aquele contexto social “generalizou a corrupção até nas cúpulas dos órgãos

⁶³ Esse trecho da música já foi analisado na SD9. Não pretendemos estender a análise até ele novamente. No entanto, sua presença no quadro demonstrativo faz-se necessária para elucidar na sequência do intradiscorso os saberes da FDR utilizados para refutar os saberes da FDG.

supremos do poder. Temo, mesmo, que ela tenha quebrado na juventude da classe média o nervo ético e o sentimento cívico, levando enorme parcela dela ao desbunde e à apatia”.

As classes sociais não expressam ideologias da mesma maneira como os indivíduos exibem um estilo particular de andar; a ideologia é, antes, um campo de sentido complexo e conflitivo, no qual alguns temas são estreitamente vinculados à experiência de determinadas classes, enquanto outros são mais “soltos”, puxados ora para cá, ora para lá, na luta entre os poderes em disputa. (EAGLETON, 1996, p. 187)

Assim, para Žižek (1996b, p. 318), “o que chamamos de ‘realidade social’ é, em última instância, um constructo ético”, sustenta-se na fantasia ideológica⁶⁴. Althusser (1992) comenta sobre esse processo de interpelação mediante o qual a máquina simbólica da ideologia é “internalizada” no indivíduo através da experiência ideológica, porém essa “internalização”, por uma necessidade estrutural, nunca tem pleno sucesso, há sempre um resíduo, um resto, uma mancha de irracionalidade que se agarra a ela. É esse real da história que também aparece na materialidade do discurso que emerge por meio da denúncia do sujeito da SD11. As condições reais de existência do proletariado não podem ser apagadas pela ideologia dominante. A exploração da força de trabalho existe e produz seus efeitos, ocorre ainda que, nos piores casos, tenta-se justificar ‘a vida é assim mesmo!’, ‘quanto a isso, não se pode fazer nada’, mas o ‘isso’ permanece, atestando alguma coisa, é por isso que o sujeito da SD11 questiona-se *será que é meu fim? Ver TV a cores na taba de um índio programada pra só dizer “sim, sim”*. Assim, a “espontaneidade proletária”, que resulta da representação (imaginária) do proletariado com suas condições reais de existência, caracteriza a maneira pela qual este último pode “estar no verdadeiro” (reconhecer que *isso* não pode durar, que é preciso fazer algo *a esse respeito*, etc) sem nunca poder “dizer o verdadeiro”.

A SD12 traz o mesmo tipo de negação analisado na SD11, *não é x [...] é y*, mostrando no intradiscurso que o sujeito rejeita uma FD antagônica a sua, ele nega o discurso-outro. Nesse caso, o outro também pode ser recuperado, ele representa o estrangeiro, mas especificamente os americanos. Por meio da metonímia, isto é, resgatando o todo através da parte, o sujeito da SD12 representa a coletividade: *eu vou lutar, eu sou Maguila* (defendo os brasileiros), *não sou Tyson* (não defendo os americanos). Vejamos:

é y (FDR) (é porta-voz dos interesses brasileiros)	Não é x (FDG) (subordinada aos interesses dos americanos)
eu sou Maguila	não sou Tyson

⁶⁴ O termo “fantasia ideológica” está bem explicitado na seção sobre “A ideologia em Marx, Althusser e Žižek”.

Na SD12 presentifica-se o discurso transversal da luta, o sujeito evoca no intradiscurso o nome de dois pugilistas famosos em seus países de origem. Mas o termo luta é metaforizado, uma vez que pode representar a resistência do sujeito na FDR. Podemos recobrar na memória discursiva os saberes da FDR de não entregar as riquezas do Brasil para os americanos, não aceitar a submissão ao FMI, não apoiar a política do entreguismo⁶⁵ da qual a FDG fazia parte.

3.2.2.3 A (in)determinação do outro no/ pelo efeito metafórico (redes parafrásticas)

Pêcheux (1995) articula a noção de efeito a outras noções, como, por exemplo, efeito de sentido, efeito de significante, efeito metafórico. De acordo com Leite (1994), o efeito de sentido refere-se à exterioridade implicada no processo de significação e deve ser pensada nos termos da materialidade da língua. Já o efeito significante designa ao sujeito seu lugar, identificando-o a um certo ponto da cadeia dos enunciados, e o efeito metafórico é o que produz significações deslocando-as.

A linguagem é uma prática simbólica que se constitui pela via do significante, o significante, que não é o signo, e, como tal, não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido.

O sentido é o efeito de uma relação no elemento do Significante, relação que J. Lacan designou como metáfora, dizendo “uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora” e acrescentando a seguinte nota, excepcionalmente esclarecedora para nosso propósito: “A metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*” (PÊCHEUX, 1995, p. 262)

Então, para Pêcheux (1995), a palavra, expressão ou proposição não tem um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade; nem sentido deriváveis a partir dessa literalidade. O sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seu sentido da formação discursiva à qual pertencem. Conforme Orlandi (2000, p. 36)

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos

⁶⁵ Entreguismo, também chamado, no Brasil, de cosmopolitismo, em sentido estrito, é o preceito, mentalidade ou prática político-ideológica de entregar recursos naturais de uma nação para exploração por entidades, empresas etc [...] de outro país e de capital internacional. O entreguismo consiste na desnacionalização sistemática da indústria, especialmente de setores considerados por determinados segmentos ideológicos e políticos como setores-chave da indústria de produção, mediante a transferência de seu controle para capitais estrangeiros.

espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização.

Dessa forma, Pêcheux (1995, p. 177) registra que “o espaço de reformulações-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar do que chamamos de imaginário linguístico”. Para tanto, vamos analisar agora mais três SDs em que o efeito metafórico se faz presente:

SD13 – “Os estrangeiros/ eu sei que eles vão gostar/ tem o Atlântico/ tem vista pro mar/ a Amazônia é o jardim do quintal/ e o dólar deles/ paga o nosso mingau [...]” (A)

SD14 – “Tem gringo pensando que nós é indigente [...]” (I)

SD15 – “Não me convidaram/ pra esta festa pobre/que os homens armaram/ pra me convencer/ a pagar sem ver/ toda essa droga/ que já vem malhada/ antes de eu nascer [...] Brasil, mostra a tua cara/ quero ver quem paga pra gente ficar assim!” (B)

Na SD13, o outro emerge no discurso por redes parafrásticas como os *estrangeiros*, o *dólar deles*, num primeiro momento poderia estar se tratando de qualquer estrangeiro interessado no país, porém, mais adiante o sujeito especifica qual outro ele está trazendo à lembrança e discursivizando no intradiscurso, são os americanos. Para pensar os efeitos de sentido possíveis dessa evocação ao outro precisamos expor esse dizer à sua exterioridade e às suas condições de produção. O sujeito da SD13 ao relatar que os estrangeiros vão gostar do nosso país, o faz como se esse fosse um imóvel que estaria para alugar e recorre ao discurso transversal do capital, do negócio para expor “uma mercadoria” ressaltando as suas qualidades no intuito que o possível consumidor fique interessado e queira usufruir dos seus benefícios. Seguindo essa mesma matriz de sentido atentamos para os dizeres *o Atlântico tem vista pro mar, a Amazônia é o jardim do quintal*. Um imóvel é muito valorizado se tiver vista para o mar e um quintal grande e bonito, da mesma forma que um país é bastante visado se tiver uma rica variedade de fauna e flora, bem como grandiosos recursos hídricos.

O sujeito da SD13 inscrito nos saberes da FDR quer fazer uma denúncia de forma irônica retomando a política injusta praticada pelos governantes que em troca de migalhas estava entregando os recursos mais preciosos da nação ao capital estrangeiro. Essa troca desigual é retratada de forma metaforizada pelo funcionamento intradiscurso de *o dólar deles paga o nosso mingau*. É possível recuperar pela memória discursiva a questão da exploração do Brasil por parte dos estrangeiros, principalmente americanos (empresas multinacionais e especuladores) que, usufruindo da política entreguista militar, desencadearam um processo predatório de loteamento,

devastação e tráfico de animais e vegetais medicinais da Floresta Amazônica. Além do pré-construído sobre a criação da Zona Franca de Manaus em 1967 e a inauguração da Rodovia Transamazônica em 1972, uma obra faraônica que nunca cumpriu devidamente a proposta de melhorar o trânsito de pessoas e mercadorias naquela região.

Na SD14 ressoam dizeres do discurso fundador, a questão da exploração, do colonialismo, do menosprezo aos índios, o sempre “já-lá” da época do achamento: um povo inculto, atrasado, preguiçoso sob os olhos do colonizador. Orlandi (2000, p.38) afirma que:

Os sentidos da “colonização” e seus efeitos em nós oscilam entre a repetição e a diferença. “Esses sentidos se constituíram ao longo de uma história a que já não temos acesso e ‘falamos’ em nós. Isto é a memória, o interdiscurso. Por outro lado, a cada vez que dizemos ‘colonização’, ou que nos significamos em relação a essa história, esses sentidos retornam mas, ao mesmo tempo, podem derivar para outros sítios de significação, produzindo novos sentidos, efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade da história.

A palavra *indigente* está sendo utilizada para determinar o povo brasileiro segundo o imaginário que o outro faz dele: alguém que é ingênuo, pobre, carente que pode ser facilmente ludibriado e comprado. Porém atentamos para voz da resistência quando o sujeito da SD14 inscrito na FDR também determina o outro de uma maneira pejorativa: *gringo*⁶⁶. Então a partir do enunciado *tem gringo pensando que nós é indigente* o sujeito da FDR relata o imaginário que o estrangeiro tem do povo brasileiro e o imaginário que o povo brasileiro tem do estrangeiro, configurando-se uma relação de antagonismo entre os dois.

Esse dizer *nós é indigente* atesta também que a sintaxe significa e pode fazer ecoar na memória o quadro educacional em que se encontrava o Brasil ao final da ditadura. Conforme Ribeiro (apud PILETTI, p. 316) “na educação, o ensino primário piorou tanto que nossas escolas produzem mais analfabetos que alfabetizados. O ensino de nível médio, reduzido a três anos, deteriorou a formação de mão de obra e a preparação para os cursos superiores”.

Assim, de certa forma o adjetivo *indigente* poderia sim ser aplicado ao povo brasileiro, uma vez que o governo se tornou incapaz de manter os serviços médicos e educacionais, bem como a Previdência Social e os programas assistenciais. O que se “recalca” não é a origem desse imaginário, mas o fato de que ele não tem que ser aceito como verdadeiro, mas como constitutivo. É lamentável que no Brasil, a construção da cidadania e a afirmação dos direitos do homem e do cidadão tenham percorrido caminhos tão difíceis e tortuosos.

⁶⁶ Conforme Houaiss (1992), o termo “gringo” se aplica no Brasil a “indivíduo estrangeiro, especialmente quando louro ou ruivo, diferente do padrão mais encontrado no país”, ou, com conotação mais pejorativa, a qualquer indivíduo estrangeiro, especialmente quando não fala o Português.

A ideia de cidadania não funciona ainda em nosso território político como efeito de um pré-construído, algo já lá que se estabeleceu como uma base de sentidos, como por exemplo, funciona na França, em relação ao cidadão francês que, quando há crise, só reativa o sentido já lá dessa cidadania, só a reivindica como algo já existente. Nós, brasileiros, a cada passo temos de defini-la, de construí-la, de comprová-la. (ORLANDI, 2002, p. 221-222)

Diferente de outros países, a construção do Estado foi orientada para a manutenção de relações que beneficiaram as elites políticas, econômicas e sociais. Em vez de lutas contra privilégios que instaurassem o regime dos direitos, tivemos arranjos políticos que preservaram privilégios de poucos. Assim, a desmobilização da sociedade civil brasileira não é um traço do caráter do povo brasileiro. Sobretudo, é um resultado histórico de uma ação política que impediu a organização da sociedade, silenciou grupos discordantes e definiu o favor e o corporativismo como a principal relação entre o Estado e a sociedade.

Observando o intradiscurso da SD15 percebemos que o outro aparece indeterminado num primeiro momento *não me convidaram pra essa festa pobre*, porém na sequência ele é designado de forma genérica *que os homens armaram pra me convencer*. Por meio do sintagma observamos que esses dizeres estão inscritos numa FD antagônica àquela do sujeito enunciador do discurso, fato atestado pela negação. Recobrando esses sentidos pela memória, fazemos um gesto de interpretação de que esse outro que é falado é o outro-governante, o outro-estrangeiro, porém eles se escondem nas suas práticas, é uma forma de poder sem rosto, fato esse que leva o sujeito do discurso a criar várias famílias parafrásticas como: *pagar sem ver*, *Brasil, mostra a tua cara, quero ver quem paga pra gente ficar assim*, denunciando o escamoteamento da cara dos seres que têm responsabilidades sociopolíticas para com o povo brasileiro, é uma forma de denegação do político. Esse é um dos mascaramentos característicos da ideologia – impor sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”. Conforme Althusser (1992, p. 95), “assim se exerce a função de reconhecimento ideológico, que é uma das funções da ideologia enquanto tal (sendo o seu desconhecimento a sua função inversa)”.

Outra forma de rejeição dos saberes da FDG acontece através da desqualificação desse outro pelo adjetivo *pobre* o qual se refere à festa de que não fora convidado. O adjetivo *pobre* obviamente não está se referindo a pobreza material, uma vez que o lugar do outro é o de dominante capitalista. O que se denuncia é a pobreza de espírito dos participantes dessa festa, que por meio de armações buscam enganar o povo brasileiro. Infelizmente, a luta de classes sempre foi assim, os ricos precisam dos pobres para terem a quem explorar. Conforme postula Žižek (1996a, p. 28):

Os capitalistas criam meios de produção para reduzir o valor relativo e absoluto da força de trabalho: o valor da força de trabalho em si não é objetivamente dado, mas resulta da luta de

classes etc). Em suma, não é possível isolar nenhum processo ou mecanismo social “objetivo” cuja lógica mais íntima não implique a dinâmica “subjetiva” da luta de classes.

O cantor da MPB se coloca no lugar do povo brasileiro contestando porque é preciso *pagar sem ver toda essa droga que já vem malhada antes dele nascer*. Esse dizer nos faz lembrar das palavras de Althusser (1992, p. 134) “os indivíduos são sempre já sujeitos”; mesmo antes de nascerem já estão predeterminados a se identificarem com determinados sujeitos ideológicos, seja em razão do sexo, comportamento, crença religiosa, etc., ou seja, o sujeito é concebido como preso a uma série de significantes que lhe preexiste. É enquanto sujeito que qualquer pessoa é “interpelada” a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. Quando nascemos esses discursos já estavam em processo e nós é que entramos nesse processo.

Assim, podemos inferir que esse discurso-outro é algo que nos constitui, não temos como escapar da heterogeneidade pois ela está presente, até mesmo no nosso próprio discurso. Estamos em consonância com Orlandi (1990, p. 48) que “não é o discurso do Brasil que define o brasileiro, é o discurso sobre o Brasil”.

Conforme o que foi analisado, nossa brasilidade é fruto de nossa memória discursiva, de dizeres outros que ajudam a construir e perceber simbolicamente a realidade retomando sentidos pré-existentes. Para Orlandi (1998a, p.86), “só pela referência às sociedades e à história que ‘aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação, abrindo a possibilidade de interpretar”.

3.2.3 Recorte 3 – O imaginário do brasileiro sobre o Brasil I_A(R)

Bem, chegamos ao nosso último recorte de análises! Aqui vamos observar como os saberes das FDs governamental e resistente inscrevem suas determinações para o imaginário sobre o nosso país. Conforme registra Pêcheux (1995, p. 169):

[...] “o ponto de vista cria o objeto”, toda noção e, do mesmo modo, todo conceito aparecem como ficções cômodas, “maneiras de falar” que põem em dúvida, ao se multiplicarem os seres fictícios e os mundos possíveis, a existência independente do real como exterior ao sujeito.

De acordo com o que Pêcheux (1995, p. 184) “essa identificação simbólica domina as identificações imaginárias através das quais toda a representação verbal, portanto toda “palavra”, “expressão”, ou “enunciado”, se reveste de um sentido próprio, “absolutamente evidente” que lhe pertence”.

3.2.3.1 A determinação de Brasil no funcionamento da interrogação

Pêcheux (1995) concebe os lugares vazios, as elipses e as interrogações como espaços em que se coloca em jogo o discurso-outro. Ao fazer isso, o autor permite-nos recobrar a concepção de que o espaço vazio marcado pelas interrogações é o lugar da produção de sentidos.

De acordo com Grantham (2009, p. 141), a interrogação é incompletude, “essa incompletude convida os leitores a preencherem aquela lacuna porque reclama por uma injunção àquele discurso sinalizado como incompleto”. É um espaço que representa uma lacuna significativa em que podem ser produzidos vários sentidos, porém não qualquer sentido. Assim, a interrogação remete a um trabalho do sujeito-autor e a resposta, a um trabalho do sujeito-leitor. Na sequência observaremos nas SDs 16, 17 e 18 o funcionamento da interrogação.

SD 16 – “Que país é esse?” (Q)

SD17 – “Brasil/ qual é o teu negócio?/ o nome do teu sócio?/ confia em mim... (B)

SD18 – “Nesse país, nesse país, nesse país/ que alguém te disse que era nosso. Será?” (P)

Na SD 16, o sujeito da FDR busca convocar o seu interlocutor para que responda *Que país é esse?* Sua pergunta é polêmica, em tom de indignação e pessimismo e parece que a resposta pode ser dada tanto através dos saberes mobilizados pela FDR como pela FDG no intuito de compreender o que estava acontecendo com o país naqueles anos finais de ditadura.

Já na SD 17, podemos fazer um gesto de interpretação que o sujeito da FDR coloca-se no lugar do povo brasileiro sendo o seu porta-voz para perguntar, desta vez, somente aos governantes, *qual era o negócio* que estavam planejando? E quem eram os seus *sócios*? Pela memória discursiva evocamos que esse negócio seria entre os governantes brasileiros e os estrangeiros. Novamente observamos o atravessamento do discurso-outro relacionado à política capitalista desigual, ao entreguismo do país, à dissolução do conceito Brasil pátria pelo Brasil negócio.

Ao sinalizar o seu discurso com o ponto de interrogação, o sujeito da SD18 faz, primeiramente uma afirmação ao seu interlocutor *nesse país que alguém te disse que era nosso* para depois questionar se essa asserção é verdadeira *será?* Com isso ele deixa de dizer algo, mas, ao mesmo tempo, indica que esse espaço não é mais dele, e sim do seu interlocutor com o qual parece ter proximidade e comungar dos mesmos saberes da FDR. No intradiscurso também podemos reconhecer a indeterminação, até certo ponto, de um outro que retomado pelo interdiscurso aponta

para dizeres da FDG: a garantia de que o Brasil era nosso por meio dos pré-contruídos sobre o amor pela nação e pelo país lembrando até dizeres como “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Todos esses questionamentos emergem como um sintoma, uma contradição levando em consideração a postura política adotada pelos governantes. A interrogação age como um silenciamento local, algo que remete aos efeitos da interdição do passado militar, porém ela não deixa de ser uma forma de resistência convocando uma possível resposta de seu interlocutor para completar seus sentidos.

3.2.3.2 A determinação de Brasil no funcionamento da contradição

SD19 – “Negócio bom assim/ ninguém nunca viu/ tá tudo pronto aqui/ é só vim pegar/ a solução é alugar o Brasil! [...] É tudo free/ tá na hora/ agora é free/ vamo embora/ dá lugar pros gringo entrar/ esse imóvel está pra alugar” (A)

SD20 – “Nas favelas, no Senado/ sujeira pra todo lado” (Q)

SD21 – “No Amazonas, no Araguaia iá iá/ na baixada fluminense/ Mato Grosso, Minas Gerais e no nordeste/ tudo em paz/ na morte eu descanso/ mas o sangue anda solto/ manchando os papéis e documentos fiéis/ ao descanso do patrão” (Q)

SD22 – “Grande pátria/ desimportante/ em nenhum instante eu vou te trair” (B)

O sujeito da FDR representante do povo brasileiro na SD19 evoca novamente o discurso transversal do capitalismo, do Brasil como mercadoria, ao ironizar que não existe melhor negócio do que alugar o Brasil para os estrangeiros. Pelo interdiscurso recuperamos a submissão ao capital externo, os exorbitantes juros pagos ao FMI, a política do entreguismo. Interessante observar que, ao mesmo tempo que o sujeito resiste ao americano chamando-o pejorativamente de *gringo*, ele também determina o Brasil negativamente como um *imóvel que está pra alugar* o que revela um fetiche institucional que é elemento fundamental da manutenção do modo de produção capitalista. Pois agora é *tudo free*, o povo irá embora e dará lugar aos americanos. Aqui percebemos a força do dominador que se faz presente também através da inserção de sua língua a nossa. Conforme afirmam Carboni e Maestri (2003, p.116), “a língua do capital imperialista esforça-se para se impor crescentemente sobre as línguas das nações dominadas, direta ou indiretamente, com objetivos econômicos, culturais, políticos e ideológicos”

Mas, para que a vida social provida de propósitos tenha andamento, essas verdades impalatáveis devem ser mascaradas no registro do imaginário. O imaginário é, pois, em certo sentido, falso: veda de nossos olhos o modo como os sujeitos e as sociedades realmente

funcionam. Mas não é falso no sentido de ser um mero engodo arbitrário, já que é uma dimensão totalmente indispensável da existência social, tão essencial quanto a política ou a economia. E também não é falso na medida em que a verdadeira maneira como vivenciamos nossas relações com nossas condições sociais é investida nele. (EAGLETON, 1996, p. 215)

Dessa forma, o sujeito que é ideológico por natureza, resiste através da ironia. Tenta “mascarar” sua prática apresentando uma aparente “aceitação”, *dá lugar pros gringo entrar que esse imóvel tá pra alugar*, e por meio do imaginário ocorre o efeito metafórico que deixa “vazar” o que ele realmente gostaria de dizer e não disse. Essa é a voz do colonizado que para sobreviver, precisa aceitar o lugar que lhe é concedido, ainda que esse lugar o transforme em objeto de prazer para o outro: afinal, esse também é um modo de garantir sua existência. E é no espaço da ilusão que sujeitos e sentidos se movem, “os fatos ‘problemáticos’ são os que chegam mais perto da língua, funcionando como modos de resistência que passam a significar na sua inter-relação com a história” (FERREIRA, 2000, p. 32).

A SD20 produz um estranhamento inicial causado pelo uso da palavra *sujeira* para designar dois ambientes bem diferentes *favela* e *senado*. Como? De que lugar ele “vê” isso? Como se estrutura seu espaço simbólico para que ele possa perceber como um excesso perturbador o fato de que *nas favelas, no senado, sujeira pra todo lado*. Em outras palavras, devemos ter em mente aqui o lema de Lacan de que no real não falta nada: toda percepção de uma falta ou de um excesso implica sempre um universo simbólico.

Ocorre que essa *sujeira* conduz a mais de uma significação, remetendo ao “lugar onde falta limpeza” no primeiro caso em que se refere a favela e “lugar de políticos desonestos e indecentes” para caracterizar o senado brasileiro. Desse discurso emerge o efeito ambíguo. Para a Análise do Discurso, a ambiguidade não é um “acidente”, ela é inerente a todo o discurso. Não se trata apenas de um procedimento estilístico, mas de uma fonte de estratégia discursiva. O enunciado não é, de certo modo, jamais completo, pois é sempre suscetível de ser completado por outros complementos ou proposições e é dessa possibilidade em aberto que vai surgir a ambiguidade.

O que se indaga é como definir o papel do sujeito em relação à “exigência de interpretação” que a ambiguidade aciona. Os enunciados ambíguos, como ocorre com os demais enunciados, “reclamam interpretação”. O que talvez os distinga é que eles vão convocar uma atuação mais efetiva e atenta dos interpretantes que, eventualmente, poderão “tropeçar” em certas construções. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p.60)

A ambiguidade como estratégia discursiva fundamenta-se na existência de conflitos, tanto psíquicos quanto sociais, que são expressos por uma indeterminação latente. O conhecimento e a manipulação dessas indeterminações e ambiguidades constituem-se em uma forma de poder, de

resistência que, evidentemente, não é de acesso geral, mas os intelectuais da MPB conseguiam fazer valer nas sua expressividade.

A SD 21 evoca regiões muito problemáticas do Brasil *No Amazonas, no Araguaia, na baixada fluminense, Mato Grosso, Minas Gerais, no nordeste* (regiões sobre as quais existem pré-construídos relacionados a exploração de minerais, vegetais, animais, violência, secas...) o que se contradiz com a expressão que vem logo na sequência de que nesses lugares está *tudo em paz*. Remetendo essa expressão ao não dito tem-se “nada em guerra”. Porém, dito de outra maneira, a própria *paz*, a ausência de luta, já é uma forma de luta, é a vitória (temporal) de um dos lados na luta que é o do dominador capitalista inserido na FDG. Após, o sujeito da FDG deixa escapar o real da história quando afirma *na morte eu descanso*. Sendo assim, que apagamento social-histórico é preciso recuperar para pensar nas possibilidades de deslizamento de sentido existentes nessa asserção? Mas que paz é essa se o descanso vem após a morte? Desfaz-se o estranhamento inicial e descobre-se que existe aí um silenciamento, o “tudo em paz” ou “nada em guerra” refere-se a uma falsa impressão de paz, de calma aparente, pois na verdade “o sangue anda solto”, as pessoas que não mantiverem o silêncio morrerão e se for necessário que se manchem os papéis, “documentos fiéis” para o apagamento de atos ilícitos e “descanso do patrão”, isso será feito. Existe uma relação vertical, o dito “patrão” nos remete ao não dito, porém não menos existente, “empregado” inscritos em FDs antagônicas. Reconhece-se, nessa sequência discursiva, um dominante que, preocupado em não perder o seu poderio utiliza a força.

O sujeito da FDR na SD22 ao declarar *grande pátria* atualiza um pré-construído discursivo muitas vezes já-dito: O Brasil é um gigante. É fácil recuperar o discurso que deu origem a tal pré-construído, já que no Hino Nacional, o país é apresentado como um gigante – *gigante pela própria natureza* – que está *deitado eternamente em berço esplêndido*. Estamos diante de um discurso fundador, “que funciona como referência básica no imaginário constitutivo desse país” (ORLANDI, 1990, p. 7).

O dizer inscrito na FDG *gigante pela própria natureza* está repetido na FDR em *grande pátria* concordando ambos na asserção de que o Brasil é grande em território. O pré-construído da FDG busca exaltar a terra adorada e o discurso da FDR 22 também visualiza um sujeito que demonstra seu amor pela pátria jurando que em nenhum instante ela será traída por ele, todavia, a negação aliada ao adjetivo utilizado para caracterizar a pátria como *desimportante* evidencia que em algum momento essa pátria já foi traída e está fragilizada, ao contrário da FDG que silencia as mazelas do país apresentando-o como *belo, forte e impávido colosso*. Santos (2001, p. 13) afirma que:

ser cidadão de um país sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

O Brasil é um país de dimensões continentais, com aproximadamente 192.000.000 de habitantes e extremas desigualdades, onde a busca pelo espaço social é constante e as oportunidades de sobrevivência cada vez mais esporádicas. Por isso, o efeito de sentido obtido pelo uso da determinação *desimportante* opõe-se radicalmente a descrição opulenta do nosso país presente no hino, mostrando uma ruptura de sentido. Esse dito remete a saberes contraditórios entre a FDG e a FDR gerando um efeito intradiscursivo de pejoratividade. Conforme Ferreira (2000, p. 32) “Serão os fatos indesejáveis, aqueles que precisam ser explicados, que vão fornecer sinais de deslizamentos que fazem parte da língua e de sua estruturação”.

A determinação *grande pátria desimportante* é parte repetição e parte estranhamento. Um não-sabido, um não-reconhecido, uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma memória lacunar ou com falhas.

3.4. Arrematando os fios

Conforme o que observamos nesses recortes analisados, Brasil e brasileiro não significam o mesmo para o Estado, para as pessoas de diferentes classes sociais e nem para os estrangeiros etc. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. Esses aspectos são importantes na constituição do sujeito e sua relação com o sentido.

Pois é a linguagem que estabelece uma mediação entre o sujeito e sua realidade, é uma prática simbólica que se relaciona com as práticas sociais em geral. Para fazer sentido, a língua, sujeita a falhas (divisão), se inscreve na história, produzindo a discursividade. Por meio da materialidade discursiva percebemos como a linguagem se confronta com o social e político. O discurso é o lugar em que observamos a articulação entre língua e ideologia.

Dessa forma, as representações de Brasil, brasileiro que observamos em nosso *corpus* de pesquisa foram produzidas pela ideologia que interpela os sujeitos “sob a evidência da constatação que veicula e mascara a norma identificadora.” (PÊCHEUX, 1995, p. 159). É a ideologia que representa essa relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência.

Essas representações não são coisas com as quais nós nascemos, mas formadas e transformadas no interior dessa representação que pré-existe ao sujeito. A ideologia ao interpelar o indivíduo em sujeito faz com que ele se identifique consigo mesmo como um ser uno, racional, pensante e o leva também a identificar-se como membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, algo que lhe pareça familiar e que possa chamar de seu lar.

Identificando-me como brasileira é triste reconhecer que muitos dizeres analisados em nosso *corpus* continuam atuais, pois grande parte dos brasileiros ainda não encontrou o seu lugar para exercer a cidadania, para esse brasileiro o Brasil pátria continua diluído no Brasil negócio.

A análise dessa situação reclama o real da língua, do mundo e do indivíduo a fim de se tomar uma atitude diante da conceituação tradicional e desestabilizar os sentidos para uma dimensão mais ampla e profícua de cidadania. Disso resultaria o alcance a efetiva participação do povo brasileiro na justiça social, de reais práticas de igualdade, no envolvimento com os processos de construção do espaço político e do direito de ter voz e de ser ouvido.

PARA EFEITOS DE CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo sobre o imaginário de Brasil e brasileiro em letras de música do rock nacional (1979-1989). É um tema complexo, mas ao mesmo tempo, instigante, o que justifica nossa inquietação em tentar fazer um desfecho para algo que não tem desfecho, que está sempre em aberto, em falta, pois falar do discurso é falar de algo da ordem do inconsciente, da incompletude, de uma língua que tem um real que a torna incomparável.

No início dessa dissertação, quando da elaboração do projeto, tínhamos como propósito a análise das formas de determinação de Brasil e brasileiro em letras de música brasileiras num espaço temporal bem maior. Em contato com esses discursos, chamavam-nos a atenção os diferentes funcionamentos para as mesmas formas de emprego e nos perguntávamos acerca dos efeitos de sentido produzidos por esses funcionamentos. O que vimos no estudo desse discurso é que a determinação dos sentidos, embora materialmente marcada no linguístico, está relacionada com a memória.

Guimarães (2000, p. 30) em estudo sobre a designação da língua nacional no Brasil, ensina-nos que “a língua funciona movimentada por uma memória de sentidos, que é uma exterioridade que a constitui”. Se, de acordo com este autor, “todo discurso vem constituído, tramado pela história, que age incessantemente na língua, é porque, como formula Henry (1990, p. 58-59), todo discurso ‘concreto’ é duplamente determinado, de um lado, pelas formações ideológicas que relacionam este discurso a formações discursivas, de outro lado pela autonomia relativa da língua”; é porque “não é possível traçar a priori uma linha de demarcação entre o que releva de uma ou outra destas determinações”.

Neste viés, abordar a determinação como uma das questões que tangenciaram o imaginário de Brasil e brasileiro, no período de 1979 a 1989, mobilizou alguns retornos a pontos de resistência, que se desenvolveram em diferentes espaços, como o da música popular brasileira no rock da década de 80. Assim, ainda que o estudo de letras da música não seja algo novo, o modo de resistir tem sua (re)introdução na agenda do mundo intelectual, nestas últimas décadas. Podemos pensar, como algumas razões para esse (re)surgimento de estudos, na busca de alguns sentidos que ecoam em nossa memória, a partir de um imaginário como resultado de algumas projeções de processos anteriores sobre o rock no Brasil, mais especificamente anos de ditadura militar.

Considerando que o foco de nossa pesquisa é o estudo do imaginário de Brasil e Brasileiro em letras de música do rock nacional (1979 a 1989) – momento de transição do governo militar para a Nova república -, é pertinente destacarmos que as práticas discursivas dos sujeitos da formação discursiva de resistência (FDR) estão inseridos em um contexto bastante conturbado, as

mudanças de sentidos passam pelas condições de produção históricas e ideológicas. O fantasma que rondou o país foi a dívida com o FMI e a política do entreguismo. Tais sentidos foram-nos possíveis empreender pelos mecanismos discursivos. A articulação entre a linguística e a história, como afirma Schons (2006, p. 90), é apoiada nos estudos de Pêcheux, porque “toca nas questões de linguagem pelo viés da política”.

Nesse movimento de interlocução, observamos que, para constituir, apontar efeitos de (des) valorização do país, a prática político-administrativa dos governantes (militares) fez com que o Brasil descesse ao nível de um objeto, um negócio, um imóvel, fato denunciado pela FDR presente nas letras de músicas analisadas. Esse modo de determinar instaura, no discurso, a posição-sujeito do sujeito afetada pelas relações de poder, mais especificamente pelo imaginário do aparelho ideológico e repressivo de Estado, caracterizando as relações de antagonismo entre governantes e intelectuais. E isso vai estabelecer a contradição, porque o sujeito da FDR faz emergir sentidos para o fato de o brasileiro não ter o seu lugar de cidadão, pertencer e não pertencer ao Brasil, ter e não ter a Amazonia, uma vez que nada mais pertence ao Brasil. Não ter, não pertencer, não ser faz com que a brasilidade seja diluída, ou seja, viver de favor num lugar que é nosso significa exclusão.

Nesse caso, dizemos que Brasil pátria fica diluído à designação Brasil imóvel. E num imóvel em que todos entram, alguns precisarão sair. Já houve outro momento na história em que o brasileiro (o índio, nativo) perdeu lugar para o outro, que no caso eram os portugueses. O nosso carrasco mudou, porém continuamos sendo explorados pelos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos.

Conforme percebemos nas músicas, o sujeito mesmo ao silenciar ou mudar as formas linguísticas continua significando porque algo mais forte está funcionando sobre a língua, que é a historicidade, a ideologia, o imaginário, a contradição, a negação, a resistência.

Finalizando nosso gesto de interpretação, as reflexões propiciadas pela Análise do Discurso podem levar a uma compreensão mais ampla da história de nosso país que se conta pela língua e seus deslizamentos de sentidos, podemos, dessa forma, recobrar a citação da epígrafe de que “O Brasil é feito por nós. Só falta desatar os nós”, talvez a tentativa de desvendamento da duplicidade do “nós” tenha nos ajudado um pouco a responder a pergunta: Afinal, “Que país é esse?”

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. (1970) Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, 1990, p. 25-42.
- BAKHTIN, (VOLOSHINOV-1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo, SP. Hucitec, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: _____. *Questões de estética e literatura: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1993, p. 71-210.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão; revisão de tradução de Mariana Appenzeller. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BENITES, Sonia. A. L. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Artes & Ciência, 2002.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise de Discurso*. 6. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CAZARIN, Ana Ercília. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político*. L.I. Lula da Silva. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Cortez, 1980.
- CORACINI, Maria José. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.
- COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.
- _____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. (1981). Trad. Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: EdUFSCar, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ŽIŽEK, Slavoj; ADORNO, Theodor W. et al. *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2000.

_____. *Glossário de termos do discurso*. Projeto de pesquisa A aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.

_____. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz F. Baeta Neves. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda, 1972.

GADET, Françoise *et al.* Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 39-60.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GRANTHAN, Marilei Resmini. *Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua nacional, sujeito, enunciação; o cidadão e as línguas no Brasil. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 2000, p. 30-36.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. “La sémantique et La coupure saussuriense: langue, langage, discours”. In: *Langages n°24*. Paris, Didier-Larousse, 1971, p. 93-106.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas, (19): p. 43-64, jul/dez. 1990.

- _____. *A ferramenta imperfeita; língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Unicamp, 1992.
- _____. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). Trad. Bethania S. Mariano. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997, p. 13-38.
- HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.
- INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ŽIŽEK, Slavoj; ADORNO, Theodor W. et al. *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- LEITE, Nina. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- MARIANI, Bethania. Subjetividade e imaginário linguístico. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v.1, n.1. p. 55-72, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*.(1933). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MAZOLLA, Renan Belmonte. Análise do Discurso: um campo de reformulações. In: MILANÊS, N.; SANTOS, J. (Org). *Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares*. São Carlos, SP : Claraluz, 2009.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Segmentar ou recortar? *Estudos*, Uberaba, n.10, p.9-26, 1984.
- _____. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Cortez, 1990.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.
- _____. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês.(Org). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998b.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2000.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história de ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. Remontémons de Foucault à Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monteforte. *El discurso político*. México, Nueva Imagem, 1980.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Trad. Eni P. Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a. p. 61-161.

_____. A Análise de discurso: três épocas (1983). Trad. Jonas de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b. p. 311-315.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (1983). Trad. Eni P. Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997c.

PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHONS, Carme Regina. *Adoráveis revolucionários: produção e circulação de práticas político discursivas no Brasil da Primeira República*. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) - UFRGS, Porto Alegre, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

WORMS, Luciana Salles; COSTA, Wellington Borges. *Brasil século XX: ao pé da letra da canção popular*. Curitiba, PR: Nova Didática, 2002.

ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1992.

_____. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj; ADORNO, Theodor W. et al. *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a.

_____. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, Slavoj; ADORNO, Theodor W. et al. *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b.

ANEXOS

Músicas	Compositor(es)	Gravado por
Anexo 1) <i>Aluga-se</i>	Raul Seixas e Cláudio de Azevedo	Raul Seixas (1980)
Anexo 2) <i>Inútil</i>	Roger Moreira	Ultraje a Rigor (1985)
Anexo 3) <i>Que país é esse?</i>	Renato Russo	Legião Urbana (1987)
Anexo 4) <i>Brasil</i>	Cazuza, George Israel e Nilo Romero	Cazuza (1988)
Anexo 5) <i>Perplexo</i>	Herbert Vianna	Paralamas do Sucesso (1989)

ANEXO 1

ALUGA-SE

A solução pro nosso povo
 Eu vou dá
 Negócio bom assim
 Ninguém nunca viu
 Tá tudo pronto aqui
 É só vim pegar
 A solução é alugar o Brasil!

Nós não vamo paga nada
 Nós não vamo paga nada
 É tudo free!
 Tá na hora agora é free
 Vamo embora
 Dá lugar pros gringo entrar
 Esse imóvel tá prá alugar
 Ah! Ah! Ah! Ah! Ah! Ah!

Os estrangeiros
 Eu sei que eles vão gostar
 Tem o Atlântico
 Tem vista pro mar
 A Amazônia
 É o jardim do quintal
 E o dólar deles
 Paga o nosso mingau...

Nós não vamo paga nada
 Nós não vamo paga nada
 É tudo free!

Tá na hora agora é free
 Vamo embora
 Dá lugar pros gringo entrar
 Pois esse imóvel está prá alugar
 Alugar! Ei!
 -Grande Solução!...

Nós não vamo paga nada
 Nós não vamo paga nada
 Agora é free!
 Tá na hora é tudo free
 Vamo embora
 Dá lugar pros outro entrar
 Pois esse imóvel tá prá alugar
 Ah! Ah! Ah! Ah!
 Nós não vamo paga nada
 Nós não vamo paga nada
 Agora é free!
 Tá na hora é tudo free
 Vamo embora
 Dá lugar pros gringos entrar
 Pois esse imóvel
 Está prá alugar...

Está Prá Alugar Meu Deus!
 Nós não vamo paga nada!
 Nós não vamo paga nada!
 É tudo free!
 Vamo embora!

ANEXO 2**INÚTIL**

A gente não sabemos escolher presidente
A gente não sabemos tomar conta da gente
A gente não sabemos nem escovar os dente
Tem gringo pensando que nós é indigente...
"Inúteu"!
A gente somos "inúteu"!

A gente faz carro e não sabe guiar
A gente faz trilho e não tem trem prá botar
A gente faz filho e não consegue criar
A gente pede grana e não consegue pagar...

"Inúteu"!
A gente somos "inúteu"!
"Inúteu"!
A gente faz música e não consegue cantar
A gente escreve livro e não consegue publicar
A gente escreve peça e não consegue encenar
A gente joga bola e não consegue ganhar

ANEXO 3**QUE PAÍS É ESSE?**

Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

No Amazonas, no Araguaia iá, iá,
Na baixada fluminense
Mato grosso, Minas Gerais e no
Nordeste tudo em paz
Na morte o meu descanso, mas o
Sangue anda solto
Manchando os papeis e documentos fieis
Ao descanso do patrão
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

Terceiro mundo, se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai fica rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

ANEXO 4

BRASIL

Não me convidaram
 Pra esta festa pobre
 Que os homens armaram
 Pra me convencer
 A pagar sem ver
 Toda essa droga
 Que já vem malhada
 Antes de eu nascer...

Não me ofereceram
 Nem um cigarro
 Fiquei na porta
 Estacionando os carros
 Não me elegeram
 Chefe de nada
 O meu cartão de crédito
 É uma navalha...

Brasil!
 Mostra tua cara
 Quero ver quem paga
 Pra gente ficar assim
 Brasil!
 Qual é o teu negócio?
 O nome do teu sócio?
 Confia em mim...

Não me convidaram
 Pra essa festa pobre
 Que os homens armaram
 Pra me convencer
 A pagar sem ver
 Toda essa droga

Que já vem malhada
 Antes de eu nascer...
 Não me sortearam
 A garota do Fantástico
 Não me subornaram
 Será que é o meu fim?
 Ver TV a cores
 Na taba de um índio
 Programada
 Prá só dizer "sim, sim"

Brasil!
 Mostra a tua cara
 Quero ver quem paga
 Pra gente ficar assim
 Brasil!
 Qual é o teu negócio?
 O nome do teu sócio?
 Confia em mim...

Grande pátria
 Desimportante
 Em nenhum instante
 Eu vou te trair
 Não, não vou te trair...

Brasil!
 Mostra a tua cara
 Quero ver quem paga
 Pra gente ficar assim
 Brasil!
 Qual é o teu negócio?
 O nome do teu sócio?

ANEXO 5**PERPLEXO**

Tentei te entender
Você não soube explicar
Fiz questão de ir lá ver
Não consegui enxergar

Desempregado, despejado, sem ter onde cair morto
Endividado sem ter mais com que pagar
Nesse país, nesse país, nesse país
Que alguém te disse que era nosso. Será?
Ah, ah, ah, ah...

Mandaram avisar
Que agora tudo mudou
Eu quis acreditar
Outra mudança chegou

Fim da censura, do dinheiro, muda nome, corta zero
Entra na fila de outra fila pra pagar
Quero entender, quero entender, quero entender
Tudo o que eu posso e o que não posso

Não penso mais no futuro
É tudo imprevisível
Posso morrer de vergonha
Mas eu ainda estou vivo

Segunda-feira, Terça-feira, Quarta-feira
Quinta-feira, Sexta-feira, Sábado de aleluia
Eu vou lutar, eu vou lutar
Eu sou Maguila, não sou Tyson.